

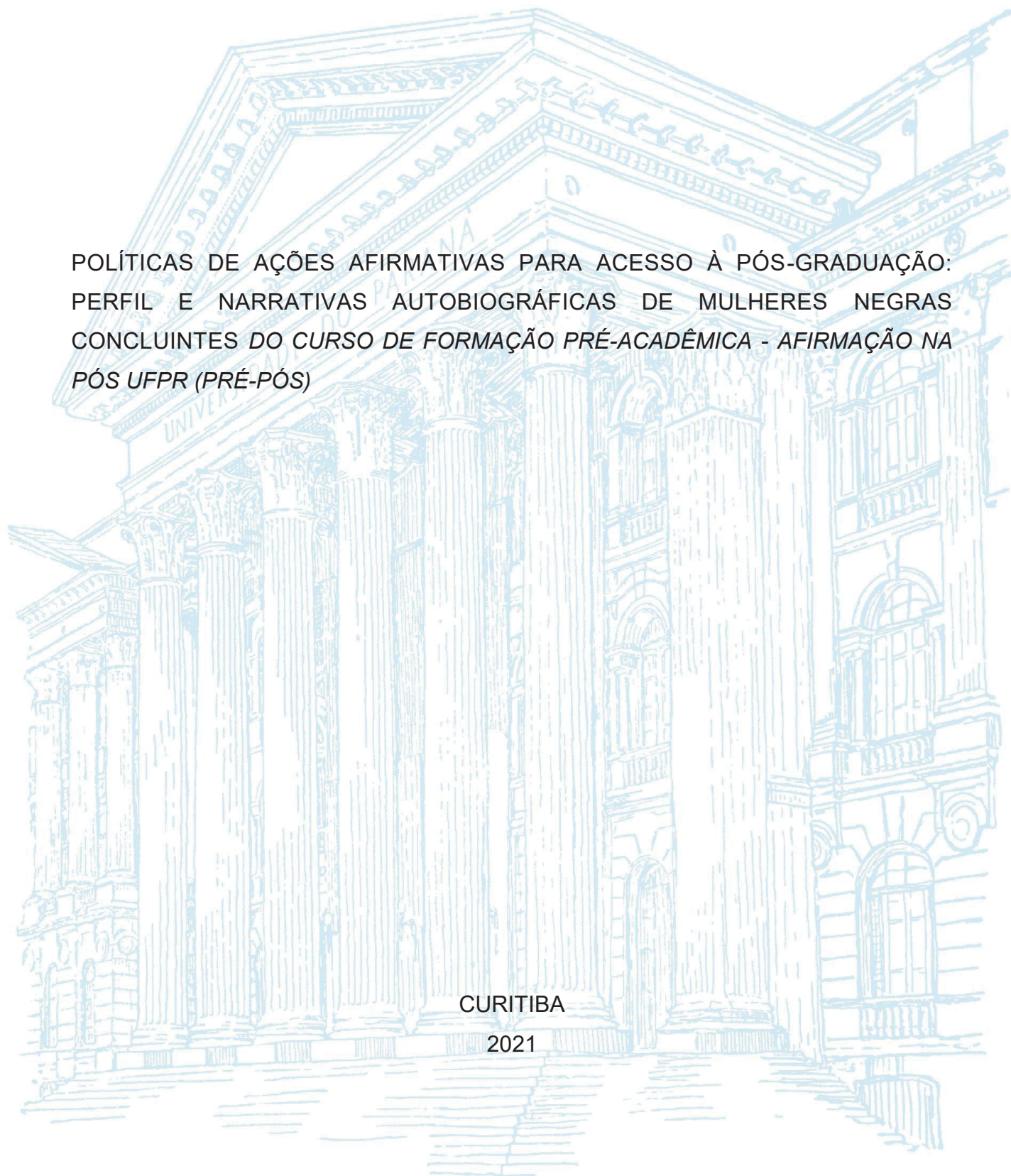
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

GRACIELE ALVES BABIUK

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ACESSO À PÓS-GRADUAÇÃO:  
PERFIL E NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE MULHERES NEGRAS  
CONCLUINTES DO CURSO DE FORMAÇÃO PRÉ-ACADÊMICA - AFIRMAÇÃO NA  
PÓS UFPR (PRÉ-PÓS)

CURITIBA

2021



GRACIELE ALVES BABIUK

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ACESSO À PÓS-GRADUAÇÃO:  
PERFIL E NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE MULHERES NEGRAS  
CONCLUINTES *DO CURSO DE FORMAÇÃO PRÉ-ACADÊMICA - AFIRMAÇÃO NA  
PÓS UFPR (PRÉ-PÓS)*

Dissertação apresentada como requisito para  
qualificação, pela linha de pesquisa Educação:  
Diversidade, Diferença e Desigualdade Social, do  
Programa de Pós-Graduação em Educação, do Setor de  
Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva

CURITIBA

2021

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Babiuk, Graciele Alves

Políticas de ações afirmativas para acesso à pós-graduação : perfil e narrativas autobiográficas de mulheres negras concluintes do Curso de Formação Pré-Acadêmica : Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) / Graciele Alves Babiuk. – Curitiba, 2021.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientador: Prof. Dr. Paulo Vinícius Baptista da Silva

1. Mulheres negras – América Latina. 2. Universidades e faculdades – Pós-graduação. 3. Mulheres – Identidade étnica. 4. Mulheres na Educação. I. Silva, Paulo Vinicius Baptista da. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -  
40001016001P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **GRACIELE ALVES BABIUK** intitulada: **Políticas de ações afirmativas para acesso à pós-graduação: perfil e narrativas autobiográficas de mulheres negras concluintes do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós)**, sob orientação do Prof. Dr. PAULO VINICIUS BAPTISTA DA SILVA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 17 de Dezembro de 2021.

Assinatura Eletrônica  
30/12/2021 12:09:27.0

PAULO VINICIUS BAPTISTA DA SILVA  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
19/01/2022 07:39:06.0

APARECIDA DE JESUS FERREIRA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica  
04/01/2022 21:05:21.0

MAYSA FERREIRA DA SILVA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
06/01/2022 12:22:30.0

VANDA LÚCIA PRAXEDES  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS)

---

Rockefeller nº 57 ? Rebouças - CURITIBA - Paraná - Brasil  
CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6255 - E-mail: ppge.ufpr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 140433

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>  
e insira o código 140433

Dedico à todas mulheres negras que resistem e fazem da ocupação da academia um  
ato Político!



## AGRADECIMENTOS

Ao Ser Maior por tudo e por tanto!

Às interlocutoras, mulheres negras concluintes do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020 que aceitaram dar voz a esse trabalho. Gratidão pela generosidade e confiança. Foi um prazer e uma honra pesquisar com vocês;

Aos meus ancestrais, que me fizeram retomar o caminho de luta e persistência. Minha representatividade como a primeira da família à concluir a graduação e, agora, o mestrado;

Ao meu amor, Guilherme Augusto e por toda a força, amparo e afago cotidianos; pela nossa amizade e parceria, pelo nosso respeito e amor. Tudo é mais leve e feliz ao seu lado: “que a gente leve a gente à amar”;

Ao fruto do amor, Gael. Você literalmente acompanhou a “mã” nessa caminhada desde o ventre. Eu não poderia ter melhor companhia! Obrigada por ser o melhor e mais compreensível bebê do meu mundo. Tudo para você e por você!

À minha mãe, Odiene Babiuk, ao meu pai, Nelci Babiuk, meus queridos, por guiarem minha caminhada e auxiliarem de todas as formas possíveis nesse percurso. Vocês são o meu espelho e a minha fortaleza. Gratidão a Deus pela vida e pela saúde de vocês, meus amores!

Às minhas irmãs, Priscila, Gisele e Tatiany, ao meu irmão Felipe. Sinto-me privilegiada por ter vocês, meus melhores amigos, meus parceiros eternos de vida e de cumplicidade. Aos meus cunhados Jean, Anderson, Fabiano e sobrinhos Gabriel Matheus, Juan Carlos e Vitchenso por compreenderem as ausências inerentes a conclusão dessa etapa acadêmica;

Aos meus sogros, Maria Herlene e Romão Cícero de Oliveira, amados, por mesmo a distância, fazerem-se presentes, pelo apoio incondicional, pela motivação e incentivo;

Às minhas amigas queridas, Aline Gelinski e Dawana Ferreira, pelas palavras motivadoras e por me conhecerem tão bem e não me deixar desistir mesmo nos momentos mais desafiadores;

Ao meus amigos de profissão, trabalho e luta Samuel Salezio e a maravilhosa Edna Carvalho, por me incentivarem e acreditarem no meu potencial;

Às minhas amigas de trabalho pela compreensão com minhas ausências durante a finalização desse trabalho, Ana Paula Gerent, Gabriela Sabaggi e Isabel.

À todas/os/es minhas/meus colegas de turma, de academia, de orientação, de pesquisa, aqui representadas/os por Sílvia Maria Lima, Jussara Medeiros, Flávia Rocha, Helena Coutinho e Ditinho da Silva.

À Neli Gomes, pelo apoio, pelas palavras de incentivo e motivação, por contribuir com esse trabalho e com a reprodução da vida de forma imensurável! Gratidão pela nossa rede de mulheres superpoderosas;

Ao corpo docente do PPGE/UFPR, aqui representadas pela Professora Carolina dos Anjos de Borba e professora Lucimar Rosa Dias;

À SIPAD, representada por Nathalia Savione Machado, que tanto auxiliou no acesso aos dados;

À todas/os/es integrantes do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná – NEAB-UFPR pela acolhida e troca cotidiana, presencial e virtual;

Ao meu orientador, professor Paulo Vinicius Baptista da Silva, pela sensibilidade, respeito, carinho, compreensão incomparável e humanidade;

Às professoras Aparecida de Jesus Ferreira (UEPG), Maysa Ferreira da Silva (UFGD) e Vanda Lúcia Praxedes (UFMG) por aceitarem contribuir com essa produção, pela sensibilidade e pelas importantíssimas contribuições.

“Ah, comigo o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é.”

Carolina Maria de Jesus

## RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar o perfil e narrativas autobiográficas de mulheres negras que participaram da turma 2/2020 no programa Pré-Pós UFPR. Para tanto, utilizou-se como metodologia pesquisa qualitativa com recursos da pesquisa quantitativa, tendo as narrativas autobiográficas como fonte de dados. Em um primeiro momento foi analisado o perfil das pessoas inscritas, de concluintes e de mulheres negras que concluíram o Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós UFPR (Pré-Pós) na Turma 2/2020 por meio de levantamento de dados. No segundo momento e tendo como respaldo a pesquisa qualitativa, foram analisada 20 Cartas de Apresentação que mulheres negras elaboraram no ato da inscrição do Pré-pós e 7 Escritas Autobiográficas que integraram Oficina de Escrita Criativa. Os resultados apontam que as raízes dessas mulheres, as relações familiares e a ancestralidade são aspectos importantes na construção da identidade racial das interlocutoras. Quanto às vivências, sobrevivências, superações e resistências, verifica-se que as interlocutoras constroem em seus cotidianos estratégias de sobrevivência, por meio de superação e resistências forjadas por meio da ocupação do espaço acadêmico, trazendo suas contranarrativas quanto a relevância que dar continuidade aos seus estudos têm para as mulheres negras e, em suas vivências, reconhecem o Pré-pós como importante ferramenta e oportunidade para avançar etapas acadêmicas posteriores a conclusão do Ensino Superior, como os cursos de mestrado e doutorado.

Palavras-chave: Mulheres Negras 1. Pós-graduação 2. Políticas afirmativas 3. Academia 4. Narrativas autobiográficas 5.



## **ABSTRACT**

This study aimed to analyze the profile and autobiographical narratives of black women who participated in the 2/2020 class in the Pre-Post UFPR program. Therefore, qualitative research is used as a methodology with quantitative research resources, having autobiographical narratives as a data source. At first, the profile of people enrolled, graduates and black women who completed the Pre-Academic Training Course: Affirmation in Post UFPR (Pre-Post) in Class 2/2020 was analyzed through data collection. In the second moment, and having as support the qualitative research, 20 Presentation Letters that black women elaborated in the act of registering the Pre-post and 7 Autobiographical Writings that were part of the Creative Writing Workshop were analyzed. The results show that the roots of these women, family relationships and ancestry are important aspects in the construction of the interlocutors' racial identity. As for the experiences, survivals, overcomings and resistances, it appears that the interlocutors build in their daily lives of overcoming and forged resistance through the occupation of the academic space, bringing its counter-narratives in terms of providing that continuing studies have for black women and, in their experiences, recognizing the Pre-Post as an important tool and opportunity to advance academic activities after the conclusion of Higher Education , such as master's and doctoral courses.

Keywords: Black Women 1. Graduate Studies 2. Affirmative Policies 3. Academia 4. Autobiographical Narratives 5.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Distribuição do número de estudantes de mestrado e doutorado e da população por sexo e cor/raça. Brasil 2000 e 2010.....</b>	<b>25</b>
--	-----------

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> Candidatas/os/es e alunas/os/es por sexo .....	88
<b>Gráfico 2</b> - Inscrições, por identidade/expressão de gênero e raça/cor .....	94

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Área de interesse para a pesquisa, por inscrição e cursista .....	99
<b>Quadro 2</b> - Area de interesse para a pesquisa – Concluintes geral x mulheres negras concluintes .....	113

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Idade, por inscrições x cursistas.....	91
<b>Tabela 2</b> - Inscrições e cursistas, por sexo e raça/cor .....	92
<b>Tabela 3</b> - Relação inscrições e cursistas, por tipo de instituição da escolaridade.....	96
<b>Tabela 4</b> - inscrições e cursista, por renda familiar per capita.....	97
<b>Tabela 5</b> - Idade de concluintes e mulheres negras concluintes.....	102
<b>Tabela 6</b> - Identidade de gênero das mulheres negras concluintes .....	102
<b>Tabela 7</b> - Estado civil das mulheres negras concluintes .....	104
<b>Tabela 8</b> - Composição familiar das mulheres negras concluintes .....	105
<b>Tabela 9</b> – Escolaridade das mulheres negras concluintes, Ensino Médio por tipo de instituição .....	106
<b>Tabela 10</b> - Escolaridade das mulheres negras concluintes, Ensino Superior .....	107
<b>Tabela 11</b> – Trabalho e renda das mulheres negras concluintes.....	109

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 O Chão que piso .....	15
1.2 Breves reflexões introdutórias .....	21
1.3 Metodologia .....	35
1.4 Organização da Dissertação.....	38
<b>2. POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL</b> .....	39
2.1 Relações étnico-raciais no Brasil e atuação do Movimento Negro brasileiro .....	39
2.2. Ações afirmativas e cotas raciais no Ensino Superior .....	52
2.3. Pós-graduação no Brasil: breve ponderações sobre a origem e constituição ...	56
<b>3. CURSOS PREPARATÓRIOS COMO POLÍTICA AFIRMATIVA PARA INGRESSO DE PRETOS E PARDOS NA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i></b> .....	67
3.1 Origem dos cursos Pré-Pós e precursores no Brasil.....	67
3.2 Curso Pré-Pós UFPR .....	71
<b>4. MULHERES NEGRAS NO PRÉ-PÓS UFPR</b> .....	77
4.1. Apresentação das interlocutoras da pesquisa.....	77
4.2 Mapeamento do perfil.....	86
4.3 Narrativas autobiográficas.....	115
4.3.1 Raízes, ancestralidade e identidade: um salve para as que vieram antes ...	116
4.3.2 Vivências, sobrevivências, superações e resistências .....	126
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	136
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	140
<b>ANEXO I</b> .....	151



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 O Chão que piso

A presente pesquisa busca uma aproximação com o perfil das pessoas que cursaram e com as narrativas autobiográficas de mulheres negras que participaram do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) no ano de 2020.

O interesse nessa pesquisa remonta minha trajetória pessoal e acadêmica. Para tanto, faz-se necessário retomar o chão em que caminho. Sou mulher autodeclarada negra, de cor parda, advinda da periferia de Curitiba.

Fui estudante da rede pública durante toda minha trajetória escolar e, apesar disso, o sonho de acessar a universidade pública era praticamente utópico, motivo pelo qual sequer cogitei prestar o vestibular na Universidade Federal do Paraná, após concluir o Ensino Médio. Segui o caminho supostamente “predestinado” a mim: ingressei no mercado de trabalho, sem perspectiva de cursar o Ensino Superior. Todavia, algo dentro de mim não se conformava com o espaço que ocupava naquele momento, eu queria algo a mais!

Retomei os estudos por conta própria, fiz Enem e fui contemplada com a bolsa do ProUni<sup>1</sup> no Curso de Serviço Social de uma universidade privada. Assim como diversos estudantes beneficiários desse programa de acesso ao Ensino Superior, precisei conciliar trabalho formal e os estudos durante os quatro anos de curso.

Aproximei-me dos estudos de gênero ainda na graduação de Serviço Social e, identificando-me como uma das poucas alunas negras do curso, senti a necessidade de me imbuir de informações concernentes à raça, racismo, discriminação, preconceito racial – termos os quais serão aprofundados posteriormente - e tudo que possibilitasse conhecer e reconhecer minha ancestralidade, por tanto tempo invisibilizada.

---

<sup>1</sup> Conforme informações do Ministério da Educação, “O Programa Universidade para Todos (Prouni) do Ministério da Educação é um programa que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior. Para concorrer às bolsas integrais, o estudante deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até 1,5 salário mínimo. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até 3 salários mínimos por pessoa. Somente poderá se inscrever no Prouni o estudante brasileiro que não possua diploma de curso superior e que tenha participado do Enem mais recente e obtido, no mínimo, 450 pontos de média das notas. Além disso, o estudante não pode ter tirado zero na redação” (MEC, s/a). Fonte: <http://prouniportal.mec.gov.br/> acesso em 04/09/2021

Conclui a graduação em 2014 e, no mesmo ano, fui aprovada no processo seletivo da Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça na Universidade de Brasília – UnB. A partir disso, passei a entender o meu compromisso com a Educação para as Relações Étnico Raciais – EREER, para além do autorreconhecimento. Desde então, atuo profissionalmente com olhar sensível à questão racial e sinto que possuo compromisso social para produzir conhecimento sobre essa temática, resguardando-me no meu lugar de fala<sup>2</sup>.

Em minha trajetória profissional, dentre outros espaços sócio-ocupacionais, atuei como Assistente Social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nesse concurso, fui aprovada e nomeada para exercer o cargo na vaga reservada a pessoas negras, portanto, cotista racial. No cotidiano profissional, passei a identificar uma grande procura de estudantes negras (pretas e pardas) de graduação, maioria ingressante pela Política de Cotas Raciais, para atendimento do Serviço Social, tornando-me uma das profissionais de referência para atendimento desse público. Também integrei (e ainda integro) Bancas de Validação para ingresso de Pretos e Pardos nos cursos de graduação da mesma instituição, bem como para ingresso em cargos públicos, por meio de concurso público.

Importante fazer o adendo que o Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE adotou o critério da autoclassificação segundo raça/cor da pele em cinco categorias: branco, preto, pardo, amarelo e indígena, a partir do Censo de 1991, quando foi convencionado denominar de população negra o somatório de pretos e pardos. Assim, quando me referir às pessoas negras, englobo aquelas autodeclaradas de cor preta e parda.

Percebi que o constante aprimoramento intelectual é imprescindível para as lutas travadas coletivamente por meio dos movimentos sociais feministas que participo e que pautar a raça e o racismo que ainda persistem no nosso cotidiano é

---

<sup>2</sup> Reduzir a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala somente às vivências seria um grande erro, pois aqui existe um estudo sobre como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito a fala, à humanidade. O fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, ela até poderá dizer que nunca sentiu racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca possuiu por isso. E, sabemos o quanto alguns grupos adoram fazer uso dessas pessoas. Mas o fato dessa pessoa dizer que não sentiu racismo, não faz com que, por conta de sua localização social, ela não tenha tido menos oportunidades e direitos. A discussão é sobretudo estrutural e não “pós-moderna” como os acusadores dessa teoria gostam de afirmar. (RIBEIRO, 2017, p. 67-68). RIBEIRO, Djamilia. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017

necessário a todo momento. Tive e tenho a felicidade de integrar a ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, a qual é exerce papel fundamental para a sociedade e atua no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial, na busca por uma sociedade justa e equânime. Além disso, pude participar de comissões organizadoras de eventos de relevância social para nós, população negra e, especificamente, nós, mulheres negras, como o Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as.

Com essa inserção no campo profissional e militante, meu desejo de avançar uma etapa acadêmica se intensificou. Em 2017, a convite de uma colega de trabalho, tive a oportunidade em participar como aluna ouvinte em algumas aulas do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós UFPR (Pré-Pós).

Esse curso visa preparar pessoas que fazem parte de grupos sub-representados na pós-graduação stricto sensu para ingressarem em programas de mestrado e doutorado – e sem dúvidas, as aulas que pude acompanhar foram determinantes para minha aprovação no processo de mestrado do ano seguinte, para ingresso em 2019. A saber, tais grupos são: 1) mulher negra; 2) autodeclarar-se como negro/a ou indígena; 3) egresso/a de programa de ação afirmativa no ensino superior, na modalidade de cotas ou bônus; 4) quilombola e/ou povos do campo; 5) pessoa com deficiência; 6) travestis, transexuais e/ou comunidade LGBTI+<sup>3</sup> (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais – o símbolo “+” representa a multiplicidades de formas de vivenciar a sexualidade, identidade e expressão de gênero ); 7) migrantes humanitários e/ou Refugiados; 8) pertencer a um grupo de vulnerabilidade socioeconômica; 9) provir de famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais).

O Pré-Pós é uma proposta de ação afirmativa da UFPR que emergiu, inicialmente, com a aprovação no Programa Equidade, apoiado pela Fundação Ford e realizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC), quando foi realizada a primeira edição do curso em 2013, por meio Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

A finalidade era/é ofertar um curso de extensão para pessoas egressas de instituições de ensino superior e tinha/tem como fundamento a preparação para o

---

<sup>3</sup> Terminologia utilizada nos editais dos Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós UFPR (Pré-Pós).

ingresso na pós-graduação em nível mestrado e doutorado, nas diversas áreas do conhecimento.

Na UFPR, houve mudanças no financiamento e apoio do Pré-Pós, as quais possibilitaram a realização do total de cinco edições, até o momento, conforme descrevo a seguir:

A segunda edição foi realizada em 2014, por meio do NEAB/UFPR com o projeto aprovado pelo Programa Abdias do Nascimento e contou com duas turmas.

Em 2017, a terceira edição foi financiada pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; institucionalmente, contou com o apoio da Coordenação de Políticas Inovadoras de Graduação (CEPIGRAD), do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) e realizado pelo NEAB, ofertou turmas presenciais tanto em Curitiba, nas dependências da UFPR – como na Comunidade Quilombola de João Surá – Adrianópolis/PR, mais uma turma em colaboração com o Núcleo de Estudos Interdisciplinar Afro-Brasileiros (NEIABE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

A quarta edição, em 2019, contou com o apoio executivo da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) por meio da Área de Promoção de Igualdade Racial vinculada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFPR) e as aulas foram ministradas de forma presencial nas dependências da UFPR – campus Curitiba.

Em 2020, aconteceu a quinta edição do Curso de Formação Pré-acadêmica: Afirmção na Pós (Pré-Pós), organizado pela SIPAD em parceria com o NEAB e ofertou três turmas, sendo a primeira destinada a cursistas que já tivessem participado de alguma edição do Curso Pré-Pós (edições de 2013; 2014, 2017 ou 2019); a segunda turma foi aberta para o público-alvo, sem restrição de localidade de moradia, pois realizado de forma remota e a terceira turma era exclusiva para residentes do litoral Paranaense.

A sexta edição foi realizada no ano corrente (2021) e, novamente, ocorreu de forma remota devido ao contexto de saúde pública mundial e nacional.

Feito as necessárias considerações introdutórias sobre o Pré-Pós/UFPR, retomo as questões atinentes a essa pesquisa, destacando a minha compreensão sobre a conclusão do ensino superior e o ingresso em Programas de Pós-Graduação

(PPG), especificamente, *stricto sensu*<sup>4</sup> (mestrado e doutorado) pode ser permeado por desafios para nós, mulheres negras considerando os múltiplos sistemas de opressão que vivenciamos. Pretendo aprofundar essa reflexão no decorrer do presente trabalho, especificamente quando trato das discriminações interseccionais. Ter a possibilidade de fazer um curso de preparação pré-acadêmica como o Pré-Pós está se configurando como um grande aliado para mulheres negras avançarem para outras etapas de ensino e pesquisa.

Assim, com a presente pesquisa, vislumbro me aproximar da vivência de mulheres negras para acessar PPG por meio do curso Pré-Pós da UFPR, buscando possíveis elementos que denotem as estratégias de resistência e de enfrentamento que constroem (individualmente e coletivamente). Parto, então, da perspectiva do curso de formação pré-acadêmica como a ação afirmativa para o ingresso e ocupação de vagas em mestrado e doutorado em Programas de Pós-graduação (PPG) para a população negra.

Diante disso, busco responder o seguinte problema: “Qual é o perfil e o que as narrativas autobiográficas de mulheres negras que concluíram Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós UFPR – Turma 2/2020 revelam?”

Com esse problema de pesquisa, a delimitação do tema contempla o universo de mulheres negras (gênero e raça), participantes da 2ª turma de 2020 do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós UFPR.

Para responder o problema de pesquisa e considerando os aspectos aqui apontados, delinheiro como objetivo geral analisar o perfil e narrativas autobiográficas de mulheres negras que participaram da turma 2/2020 no programa Pré-Pós UFPR.

Para tanto, desmembro-o em quatro objetivos específicos a) Compreender as contextos das relações étnico-raciais e a incidência das ações afirmativas no Brasil, especificamente aquelas atinentes ao ensino superior e pós-graduação *stricto sensu*; b) refletir sobre as condições de ingresso de mulheres negras na universidade e na

---

<sup>4</sup> Conforme informações do Ministério da Educação – MEC “As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos (art. 44, III, Lei nº 9.394/1996.). Ao final do curso o aluno obterá diploma. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação - Resolução CNE/CES nº 1/2001, alterada pela Resolução CNE/CES nº 24/2002”. MEC. **Pós-graduação *stricto sensu***: mestrado e doutorado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pos-graduacao/pos-graduacao> Acesso em 21/06/2021

produção científica no Brasil; c) Analisar o perfil de pessoas inscritas, cursistas e das mulheres negras concluintes do Pré-Pós UFPR; d) refletir sobre os elementos constantes nas narrativas autobiográficas das mulheres negras concluintes do curso Pré-Pós UFPR.

A escolha por pesquisar especificamente dessa turma se deu pelo motivo do contexto de 2020, sendo essa a primeira turma realizada no formato de Ensino à Distância – EaD, ou seja, 100% online, em decorrência da pandemia da Covid-19<sup>5</sup>. Tal modalidade foi adotada como resposta às ações de cuidado e prevenção exigidas, mas consequentemente, abriu possibilidade de pessoas de outras localidades do Brasil se candidatarem e cursarem o Pré-Pós UFPR, o qual anteriormente era realizado de forma presencial, portanto, exclusivamente para pessoas que tivessem disponibilidade em frequentar as aulas *in loco*.

Ainda, opto pelo referido recorte racial partindo do pressuposto que o próprio curso se constitui como uma ação afirmativa para ingresso de grupos socialmente apartados da pós-graduação. Como dito anteriormente, em seus editais, consta que, para participação, deve pertencer a um ou mais dos grupos, dentre mulheres negras; população negra e indígena; candidatas, candidatos e candidates<sup>6</sup> egresso de programa de ação afirmativa; comunidade LGBTI+; pessoas com deficiência, e outros.

Estudar a questão racial e de gênero no Brasil, além da identificação pessoal, é indispensável quando lançamos o olhar para variáveis de estratificação social e segregação racial, desigualdade social, acesso/inacesso a políticas públicas,

---

<sup>5</sup> A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde “em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus (...) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2)”. OPAS. **Folha informativa sobre COVID-19**. Disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19> Acesso em 23/08/2021 e OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19> Acesso em 23/08/2021.

<sup>6</sup> Adotamos a linguagem de gênero considerando a identidade de gênero dentro da perspectiva de diversidade sexual. Conforme Marcela Mokwa (2019), a linguagem Neutra ou Não-Binária (LN-B) é uma adaptação político-social do Português Brasileiro, a qual partiu do movimento feminista e no ativismo trans com o objetivo de contemplar pessoas que possuem identidade de gênero e orientação sexual diversa a separação binária da língua (masculino e feminino, ou a generalização das pessoas pelo uso do masculino) na linguagem, inclusive acadêmica).



exclusão educacional, mobilidade e status social e participação política na sociedade brasileira.

## 1.2 Breves reflexões introdutórias

Diante do proposto, compreendo como necessário retomar, mesmo que brevemente, alguns aspectos sobre o Ensino Superior no Brasil, que por longo período histórico, foi destinado exclusivamente às elites. Segundo Carlinda Moreira dos Santos (2013, p.11)

A representação desigual dos diferentes grupos raciais quanto ao acesso à educação superior tem sua origem na forma como se deu o processo civilizatório, baseado na expropriação de direitos de um grupo em favor de outro, se desenvolvendo, mais tarde, o pensamento e difusão de ideias que davam conta de justificar as hierarquias raciais a partir da atribuição de um conjunto de significados morais e intelectuais às características fenotípicas e biológicas dos seres humanos.

No Paraná, especificamente, a formação da Universidade Federal, reconhecida como a “Universidade do Mate”<sup>7</sup>, foi permeada por redes de parentesco. Oliveira e Leite (2012) descrevem que um grupo de indivíduos com rede familiar e de parentesco da elite paranaense, donos do poder regional, identificaram a necessidade da modernização dos aspectos produtivos da região e contar com uma instituição de ensino superior (IES) contribuiria com essa finalidade.

A criação da Universidade do Paraná foi, portanto, integrante de um “projeto político de modernização conservadora dentro dos marcos da tradicional conciliação política e social brasileira” (OLIVEIRA; LEITE, 2012, p. 47).

Inicialmente a UFPR se constituiu como universidade privada e, mesmo com a sua estatização, permaneceu com o mesmo público-alvo, qual seja, homens, ricos e brancos, filhos das famílias dominantes economicamente no Paraná.

No mesmo sentido, Ana Christina Vanali e Paulo Vinícius Baptista da Silva (2019) apontam que “negros, indígenas e pessoas de baixa renda estavam ausentes

---

<sup>7</sup> Ana Crhistina Vanali em seu relatório pós-doutoral intitulado Reflexões sobre a universidade do mate: análise da distribuição de cor/raça dos docentes e discentes de pós-graduação da UFPR, aponta que Wachowicz (1983) nominou a Universidade do Paraná de “Universidade do Mate” “visto o surgimento da instituição estar vinculado à economia predominante do Estado na época, a extração da erva-mate, que formou uma elite econômica local que precisava garantir a formação de seus descendentes” (VANALI, 2018, p. 6).

ou eram minoritários, presentes em cursos pouco valorizados” e, por isso, conduzidos a espaços de pouco privilégio no mercado de trabalho, situação a qual agudizava desigualdade histórica vivenciada pela população parte desses grupos sociais/raciais.

Por meio desses elementos, é possível observar que a conexão entre tais elementos históricos afetou e afeta o âmbito das políticas públicas no Brasil e no estado, a medida em que grupos sociais interessados na manutenção da estrutura social segregacionista buscam se mantêm no poder.

Considero que a desigualdade racial que é estrutural e estruturante na sociedade brasileira, conforme já apontado por Nilma Lino Gomes (2011); Paulo Vinicius Baptista da Silva e Fúlvia Rosemberg (2008); Silvio Almeida (2018). O racismo opera como fundamento estruturador das relações sociais na sociedade brasileira, por meio da formalização de um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais na sociedade, reverberando na segregação racial (ALMEIDA, 2018). Sua expressão ocorre de forma interseccional em outros marcadores de diferença, como gênero, classe, religião, região de origem, geração, e conforme a ascensão nos níveis de escolarização, as desigualdades ficam ainda mais explícitas.

Fúlvia Rosemberg (2013), em análise dos dados do censo de 2010, aponta que a desigualdade escolar entre negros e brancos ainda é expressiva, em todos os níveis de ensino. A defasagem racial entre brancos e negros aumenta conforme o avanço das etapas acadêmicas: a diferença entre brancos e negros que concluem o ensino fundamental foi de 14% e 50% na conclusão do ensino médio.

Compreendo que as políticas de ações afirmativas para ingresso no ensino superior para população negra, que foram postuladas como política pública desde o início de sua operacionalização, em 2003, são as responsáveis por apresentar a diminuição na desigualdade de escolarização entre negros e não negros, bem como mudar, mesmo que paulatinamente “a cara do ensino superior brasileiro”, trazendo maior diversidade racial e social. Destaco que, com constantes e históricas denúncias do Movimento Negro que reivindicaram e ainda reivindicam a ocupação do Ensino Superior, percebe-se processos de democratização do ensino superior, especificamente com a implementação de políticas de ações afirmativas.

Importante contextualizar a realidade da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a adoção da Política de Reserva de vagas de graduação aprovada pelo Conselho Universitário – (COUN) o qual é órgão máximo normativo, deliberativo e

consultivo da UFPR<sup>8</sup>, bem como a última instância recursal da Universidade e composto por membros na comunidade acadêmica conforme definido no Estatuto e Regimento Geral da UFPR.

Por meio da Resolução nº 37/04-COUN<sup>9</sup>, o Conselho Universitário estabeleceu e aprovou o Plano de Metas de Inclusão Racial e Social<sup>10</sup> em 10 de maio de 2004. Essa resolução previu a disponibilização, pelo período de 10 (dez) anos a contar de 11/05/04, 20% das vagas dos processos seletivos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), para estudantes negros, em todos os cursos de graduação, cursos técnicos e ensino médio oferecidos por esta Instituição.

Além disso, também dispôs sobre o quantitativo reservado para estudantes oriundos de escolas públicas<sup>11</sup> (também 20%), totalizando 40% de vagas reservadas, em todos os cursos de graduação, cursos técnicos e ensino médio oferecidos pela instituição. Ainda, em seu Art. 3º disponibilizou vagas suplementares para concorrência exclusivamente de estudantes indígenas residentes no território nacional.

Posteriormente, a UFPR realizou a adequação da porcentagem preconizada na legislação federal com a aprovação da Lei de Cotas, nº 12.711 de 29 de agosto de 2012<sup>12</sup>, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Dentre essas, o quantitativo de 50% de reserva de vagas deveria ser direcionado para estudantes com origem escolar do ensino público, com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) por pessoa. Também determina a reserva de vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência.

---

<sup>8</sup> Conforme a Resolução nº 11/19-COUN/UFPR, disponível em < <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2019/04/COUN1119.pdf>> acesso em 16/08/2021

<sup>9</sup>Disponível em <[http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/resolucao\\_coun\\_11052004-112.pdf](http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/resolucao_coun_11052004-112.pdf)>. Acesso em 12/09/2020.

<sup>10</sup> Conforme os Parágrafos 1,2 e 3, para efeito da Resolução, foram considerados negros/as, os/as candidatos/as de cor preta ou parda, com os traços fenotípicos do grupo racial negro, que se autodeclarassem negro/a. Ficou definido que seria composta Banca de Validação e Orientação da Auto-Declaração com representantes da comunidade interna e externa. Importante informar que houve alteração posterior com a Resolução nº17/07-COUN.

<sup>11</sup> Conforme os Parágrafos 1 e 2, aos/às candidatos aptos ocupar as vagas reservadas à estudantes de escolas públicas é obrigatório ter cursado o Ensino Fundamental e Médio exclusivamente em escolas públicas, fazendo tal opção no formulário de inscrição e devendo apresentar, quando exigida, documentação conforme Edital do Processo Seletivo.

<sup>12</sup> Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)

Com esses marcos iniciais de democratização do ensino superior, foi identificada a mudança paulatina, do perfil socioeconômico de estudantes de graduação da UFPR.

Em 2019, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) divulgaram o estudo: *V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos graduandos, das graduandas, des graduandes instituições federais de ensino superior brasileiras - 2018*.

Neste estudo, um dos dados verificados foi de graduandas/os segundo cor ou raça e se identificou, em números absolutos, que houve expressivo aumento de graduandas/os autodeclaradas/os pretas/os ou pardas/os de 2003, que totalizou 132.834 de pardos e 27.693 de pretos para 2018, que somou 470.227 de estudantes partos e 143.599 considerando assim um avanço. Saliento que tal expressão demonstra o quanto a política de cotas é necessária para garantir o ingresso de pessoas negras nas Universidades Federais no país.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou a publicação *“Estatísticas de gênero – indicadores sociais das mulheres no Brasil”*, que traz um cenário atualizado. Segundo o IBGE (2018), as mulheres brasileiras se destacam no quesito de ensino superior completo com 21,5%, enquanto os homens apresentam 15,6%. Todavia, ao se realizar o recorte de sexo e raça, verifico que somente 10,4% das mulheres negras concluem a graduação, enquanto o percentual entre as mulheres brancas é de 23,5%, assim, sendo 2,3 vezes maior do que mulheres pretas ou pardas.

No mesmo documento consta que a cor ou raça é fator preponderante na desvantagem educacional desigualdade entre mulheres brancas e mulheres pretas ou pardas, mesmo sendo esse grupo (de mulheres) é aquele que mais se beneficiou da crescente escolarização. Está registrado que “a diferença entre homens brancos e mulheres pretas ou pardas que conseguiram completar o ensino superior ainda é superior a 10 pontos percentuais” (IBGE, 2018, p. 7) e, ainda que as mulheres apresentem os melhores resultados educacionais, não alcançaram resultados compatíveis com sua qualificação no mercado de trabalho, tampouco acesso aos demais níveis de ensino.

Rosemberg (2013) aponta que o ensino superior ainda identificava, com base no censo 2010, a diferença de 200% a mais de brancos se formavam em relação aos negros, o que denota baixa diversidade étnico-racial nas universidades em geral.

Corroborando com o apontado pela autora, Moreira e Silva (2020) apontam que os impactos foram tímidos acerca da reivindicada democratização do ensino superior público federal no Paraná, especificamente relacionado às cotas raciais. Por outro lado, informam que, considerando variáveis como raça/gênero, essa primeira iniciativa favoreceu mais o ingresso de mulheres pretas e pardas do que outros grupos analisados.

Observo que, nós, mulheres negras somos atingidas por múltiplos sistemas de discriminações, que demarcam nossas trajetórias de vida, de educação e escolarização, acadêmica, profissional e, conseqüentemente, econômica e impactam nos espaços que buscamos ocupar, em maior ou em menor grau. Verificar, por meio de dados que estamos ocupando a academia traz uma grande satisfação, mas continuamos galgando outros espaços, como a pós-graduação *stricto sensu*.

No que tange ao pós-graduação, Rosemberg (2013) destaca que o censo apontou a existência de defasagem entre brancos e negros em 450%.

**Figura 1 - Distribuição do número de estudantes de mestrado e doutorado e da população por sexo e cor/raça. Brasil 2000 e 2010.**

Sexo/cor/ raça	Estudantes na pós-graduação					População geral				
	2000		2010		Variação (2-1)	2000		2010		Variação (2-1)
	(1)	%	(2)	%		(1)	%	(2)	%	
Homem branco	65.681	40,4	87.180	34,2	32,7%	43.818.985	25,8	43.426.738	22,8	-0,9%
Homem negro	10.436	6,4	29.684	11,6	184,4%	38.444.203	22,6	48.588.437	25,5	26,4%
Total homem*	78.015	48,0	118.794	46,5	52,3%	83.602.317	49,2	93.406.634	49,0	11,7%
Mulher branca	71.321	43,9	99.738	39,1	39,8%	47.479.057	27,9	47.194.337	24,7	-0,6%
Mulher negra	11.130	6,8	33.863	13,2	204,2%	37.428.213	22,0	48.582.748	25,5	29,8%
Total mulher*	84.496	52,0	136.441	53,5	61,5%	86.270.527	50,8	97.348.530	51,0	12,8%
Total	162.511	100,0	255.234	100,0	57,0%	169.872.844	100,0	190.755.164	100,0	12,3%

Fonte: Rosemberg (2013, p. 97).

Conforme os dados trazidos na tabela elaborada por Rosemberg (2013), verifica-se que entre 2000 e 2010, houve avanço no acesso de negras e negros nos PPGs, ainda assim, a sub-representatividade se manteve. Nesse sentido, respaldome em **Maria Clara Saboya (2013)** a qual aponta que outros teóricos já versaram sobre o tema, afirmando que

Velho e Prochazka (2003), Hayashi (et al., 2007) e Melo (2008), mostram que mesmo que os dados não estejam à mão, basta olhar quem ocupa as pró-reitorias e diretorias nas universidades, a composição dos conselhos superiores das mais variadas agências de financiamento, os comitês assessores, a filiação honorífica às academias, e rapidamente se revela a preponderância do sexo masculino (SABOYA, 2013, p. 08).

E, conforme já apontado, quando inclui o olhar para mulheres com recorte racial, isso fica ainda mais evidente. Retomando os dados aludidos por Rosemberg (2013) que estão sendo analisados, verifica-se que no período entre 2000 e 2010, as mulheres negras, especificamente, tiveram um aumento de 6,4 pontos percentuais, sendo em números absolutos 11.130 (7%) de um total de 162.511 em 2000 para 33.863 (13%) do total de 255.234 discentes em 2010, dados os quais demonstram a ascensão do quantitativo, mas proporcionalmente, ainda permaneceram sub-representadas. As mulheres brancas permaneceram como maioria que acessam a pós-graduação no Brasil, seguido pelos homens brancos.

Esse dado demonstra a importância de incentivar e fomentar que os cursos de formação pré-acadêmica se institucionalizem, bem como a contínua adoção de ações afirmativas para ingresso de negros e negras nos PPGs, pois a ainda a pós-graduação nas Universidades são expressão da hegemonia racial branca.

Na UFPR, quando se avalia o ingresso de mulheres negras em Programas de pós-Graduação (PPG), existem dados que precisam, igualmente, ser considerados. Silva e Vanali (2019) identificaram que em outubro de 2017 os 136 programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal do Paraná tinha o total de 7.298 discentes divididos em 526 no mestrado profissional, 3.876 no mestrado acadêmico e 2.896 no doutorado.

A análise sobre o perfil de discentes do mestrado acadêmico evidenciou que 2% (99 discentes) de 3.876 se autodeclararam de cor preta e 9% (374 discentes) de cor parda, representando 473 discentes com autodeclaração negra, ou seja, 12,2%



do total, frente aos 73% de discentes que se autodeclararam não negros. Os homens negros estavam mais presentes (244 discentes – 6%) do que as mulheres negras (229 discentes – 5%), enquanto as mulheres brancas somaram 1.639 e os homens brancos 1.192 discentes.

Já a análise sobre o perfil de discentes do doutorado apontou que aqueles que se autodeclararam de cor branca ultrapassavam 73%, enquanto se autodeclararam de cor preta corresponderam a 2,07% e de cor parda somaram 8,39%, totalizando 10,4% de pessoas negras, em número absolutos, 303 discentes que se autodeclararam como integrante da população negra no universo de 2.896.

Considerando o recorte sexo, Vanali e Silva (2019) identificaram que, assim como no mestrado acadêmico, as mulheres brancas constituíam a maioria dentre as pessoas que estavam cursando doutorado, totalizando 42%. As mulheres negras representaram 4,6% de doutorado na UFPR, com a representação de 134 alunas.

Nesse sentido, faz-se também necessárias ações afirmativas para proporcionar o acesso e ingresso de grupos sociais sub-representados na pós-graduação. No presente trabalho, temos o foco, especificamente em abarcar as categorias gênero e raça na análise, portanto, a participação de mulheres negras nos cursos de pré-graduação.

As desigualdades sociais e étnicas-raciais são latentes e não devem ser concebidas como algo novo. Isso porque, especificamente no Brasil, se demonstram por meio de várias facetas, multideterminações e expressões, que perpassam a distribuição de papéis sociais, a exclusão, a segmentação e a estratificação social.

Quando acrescido raça, gênero, classe, as desigualdades demonstram desdobramentos diferenciados e têm rebatimentos em âmbito educacional, no trabalho, na profissionalização, na habitação e nas condições de vida e de sobrevivência da população negra<sup>13</sup>. Luiza Bairros (1995) reflete sobre a imprescindibilidade das pesquisas e produção de conhecimento que tenham o foco

---

<sup>13</sup> Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - IBGE ainda persistem relevantes diferenças nos dados coletados entre famílias brancas e negras (conforme já exposto, consideradas pessoas de cor preta e parda). Conforme a referida pesquisa, o rendimento da população branca somou 73,9% a mais do que o auferido pela população negra. Ainda, com base nas estatísticas, as mulheres ainda têm defasagem salarial na média de 72,9% em relação aos homens. Na questão habitacional, especificamente em regiões que não são atendidas por saneamento básico, residem, majoritariamente, pessoas pretas e pardas.

de ampliar e pautar a discussão de gênero, especificamente, as mulheres, conjuntamente com a questão racial.

É fundamental a ponderação sobre os avanços quanto à cidadania das mulheres, reconhecendo que não atingem a todas de forma homogênea, tendo em vista a desigualdade vivenciada por mulheres negras. Apreende-se que as funções femininas sofreram diversas transformações no decorrer da história, tendo momentos repressores e opressores, mas também de conquistas e de resistências. Considero importante destacar as categorias trabalhadas e a perspectiva que serão abordadas no presente trabalho.

Início com a categoria gênero pelos estudos de Joan Scott (1994) que menciona as relações de poder como um fator preponderante na conceituação e tal poder pode agir no estabelecimento e na manutenção tanto na igualdade quanto na desigualdade de gênero. Segundo ela,

Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo [...] determina univocamente como a divisão social será estabelecida. (SCOTT, 1994, p. 13)

Há um conjunto de fatores socioculturais atribuídos aos corpos, estabelecendo a ideia de masculino e de feminino, ou seja, a condição de gênero está intrinsecamente relacionada com a representação de ser homem ou de ser mulher na sociedade. Essas representações, por conseguinte, não podem ser atreladas ao sexo biológico de forma inequívoca, tendo em vista que tem relação direta com as condições e os significados sociais e culturais, bem como com as relações hierárquicas e de poder perpetuadas ao longo da formação social e dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

Pelo exposto, no presente trabalho, não consideramos o termo gênero como sinônimo de mulher, compreendendo a complexidade dessa categoria e as diversas expressões e identidades de gênero existentes. O termo gênero será utilizado, portanto, para refletir os aspectos que envolvem a agudização das desigualdades

sociais vivenciadas pelas pessoas, especificamente, por mulheres negras e pela representação dos seus corpos na sociedade.

Lélia Gonzalez (1988) versou sobre o tema e reconheceu a importância do feminismo nas nossas lutas e conquistas das mulheres. Para a autora, o feminismo como teoria e prática evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres ao centrar as análises em torno do conceito do capitalismo patriarcal. Ademais, pautando a categoria gênero, o feminismo trouxe a conquista de espaços para a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI+) ao propor a discussão sobre sexualidade. González (1988) reflete que, em que pese o feminismo tenha dado contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, outras discriminações não foram pautadas pelo movimento, como a discriminação racial.

Posiciono-me também sobre o conceito de raça, aqui considerada uma construção social por meio do pensamento de Nilma Lino Gomes (2005, p. 47),

Os militantes e intelectuais que adotam o termo raça não o adotam no sentido biológico, pelo contrário, todos sabem e concordam com os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo raça atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete. Por isso, muitas vezes, alguns intelectuais, ao se referirem ao segmento negro utilizam o termo étnico-racial, demonstrando que estão considerando uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros no Brasil.

Nesse sentido, compreende-se que “raça” não se refere à realidade natural, mas sim aos processos sociais, políticos e culturais, reverberados nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. A autora menciona que, ainda nos tempos atuais, o termo “raça” dá a dimensão mais aproximada da discriminação contra negras/os, bem como o que é o racismo que pessoas negras vivenciam.

Gomes (2005, p.52) ainda define o racismo como “um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc.”.

O racismo também pode ser citado como desdobramento da desigualdade racial que possui reflexos diretos nas instituições sociais e públicas, dentre elas, a

elaboração de políticas públicas que durante décadas desconsideraram as especificidades, as demandas e as necessidades sociais da população negra, que abrangem as questões econômicas, sociais e culturais. Nessa esteira, quando há a negação da realidade do racismo e das desigualdades, ocorre a legitimação de suas existências.

Para tanto, é necessário lançar o olhar transversal e considerar a interdisciplinaridade para ampliar analisar esse contexto, permite uma análise de forma abrangente das formas como o racismo estrutural opera na sociedade e se relaciona com outras categorias, como gênero e classe.

Igualmente, por meio de uma perspectiva da intercentridade de raça e racismo, interseccionalizada com categorias classe e gênero, como constitutivas e estruturantes das relações de poder que permeiam a sociedade, observo que, historicamente as mulheres negras são violentamente invisibilizadas e oprimidas, considerando contexto de racismo e sexismo (WERNECK, 2008). O presente escrito possui enfoque interseccional, pois considero o cruzamento entre os sistemas de subordinação, que operam por meio de processos de dominação e opressão racial e social, na vivência de mulheres negras, como o entrelaçamento do gênero, raça e classe como o tripé estruturador das desigualdades. Para além, busco compreender as estratégias de vida e sobrevivência, a resistência, força e potência dessas mulheres.

Apesar de ainda não ter cunhado o termo interseccionalidade à época, destaco o papel de Lélia Gonzalez no que se refere a reflexão precursora no Brasil quanto a múltiplas discriminações e a coexistência de opressões vivenciadas pelas mulheres negras, as quais trazem elementos importantes para a tal conceito que será utilizado no presente trabalho. Segundo a autora, “na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como seu lugar na força de trabalho” (GONZALEZ, 1982, p. 96).

Nessa perspectiva, Jurema Werneck (2008) afirma que é possível identificar diversas violências, quando se articula patriarcado, racismo, colonialismo e capitalismo, verificando que tais fatores não podem ser dissociados de um contexto de exploração, de exclusão, de escravidão, de dominação e de opressão.

Tal conjunto de marcadores sociais da diferença é abordado por Heilborn et al, (2010) quando afirmam que a interseccionalidade deve compreender as múltiplas complexidades que envolvem a situação de indivíduos e de grupos, tendo em vista contextos e coexistência de características desiguais.

Kimberlé Crenshaw (2002, p.177), intelectual estadunidense pioneira na utilização do termo interseccionalidade, apesar de ter sido colocado em pauta e debatido por outras intelectuais negras em períodos anteriores, define o conceito de interseccionalidade como:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Assim, compreendo que a interseccionalidade advém de sistemas de opressões que atuam de forma concomitante, na maioria das vezes se somando, em contexto e em situações específicas com contradições, antagonismos, quebras, gerando situações de desigualdades e de discriminações mais intensas para determinados grupos sociais.

Entendo que o cotidiano das mulheres é permeado pelas várias expressões da questão social<sup>14</sup> advindas do modo de produção capitalista, da divisão social e sexual do trabalho, que ainda possuem rebatimento nos papéis sociais ainda atribuídos à homens e mulheres; à brancos e à negros.

---

<sup>14</sup> Segundo TELES, (1996, p. 85) "... a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação". TELES, Vera da Silva. Questão Social: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95

Werneck (2008) elucida a importância da ancestralidade combativa, o protagonismo das mulheres nos cultos/religião, bem como a ação política, a resistência baseada na etnicidade, denunciando as violências sofridas pelas pessoas negras durante a formação sócio-histórica do Brasil.

Assim, compreendo que as mulheres negras são protagonistas nos movimentos de resistência e considero, nesse sentido, que a conclusão da graduação e o ingresso em Programas de pós-graduação se constituem em ato político. Sendo um dos principais motivos de busca pelas respostas e pelas inquietações apresentadas desta proposta de pesquisa. Nas universidades públicas, há o reconhecimento que, apesar dos avanços dos últimos anos, há muito o que se conquistar e os coletivos feministas e negros possuem papel ímpar.

Justifico, academicamente, a presente pesquisa no que tange à produção de conhecimento gerado, visto que as problemáticas apresentadas podem contribuir com debates sobre a garantia dos direitos, assim como subsidiar a institucionalização de políticas públicas de Estado para as mulheres, em particular negras, que acessam o ensino superior e pretendem avançar a outros níveis de ensino.

Também será possível demonstrar o recorte temporal de 2020 da realidade do programa de formação pré-acadêmica da UFPR, especificamente, acerca da participação de mulheres negras, contribuindo assim para as pesquisas na área de ações afirmativas na pós-graduação. Relembro que esse recorte temporal foi escolhido pelo fato da turma 2/2020 ser a primeira realizada de forma 100% online, na modalidade de Ensino à Distância.

Sobre as justificativas sociais, acredito que a relevância deste trabalho para o campo de pesquisa das políticas educacionais se dá por meio do conhecimento do perfil socioeconômico, acadêmico e cultural das participantes do curso Pré-Pós da UFPR. Dessa maneira, é de fundamental importância desenvolver este estudo e estudos posteriores para propiciar à formação profissional e à sociedade produções científicas que proporcionem contribuições sobre as políticas que buscam combater as opressões.

Para a UFPR, considerando a institucionalização do curso Pré-Pós por meio da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPIAD)<sup>15</sup> e que terá grande relevância para fazer as articulações necessárias para dar continuidade no referido programa.

Além disso, almejo me aproximar da forma como a produção teórica do setor de Educação têm se realizado, bem como às respostas e/ou intervenções empreendidas, no que tange a cursos de formação pré-acadêmica.

Também terá importância para nós, mulheres negras, visto que somos sujeitos sociais que compõem e constroem a história. Nós que, cotidianamente, construímos processos de resistência nas universidades, por meio da ocupação desse espaço e avançando para outras etapas acadêmicas como mestrado e doutorado, o que considero aqui um ato político.

Para tal análise, portanto, é imprescindível a utilização de embasamento teórico que sustente os argumentos defendidos no presente trabalho e faço, como escolha metodológica, a opção pela Teoria Racial Crítica (TRC). Originalmente cunhada pelo campo do Direito estadunidense na década de 70, a Teoria Racial Crítica (TRC), originalmente denominada de Critical Race Theory (CRT).

A TRC pode ser definida como “um conjunto de teorias sobre desigualdade racial e como funciona a raça na sociedade” (Ladson-billings 2019, p. 630). Igualmente, é considerada “ferramenta intelectual e social para a desconstrução, reconstrução e construção: desconstrução das estruturas e discursos opressivos, a reconstrução da agência humana, e construção da equidade e relações de poder socialmente justas.” (LADSON-BILLINGS, 1998 apud FERREIRA, 2014, p. 243).

Dentre os materiais disponíveis sobre a TRC no Brasil, encontra-se a entrevista de Gloria Ladson-Billings concedida a Luís Armando Gandin, Júlio Emílio Diniz-Pereira, Álvaro Moreira Hypolito (2002). Ladson-Billings relata nessa que “uma das premissas é que a noção de raça não tem sido suficientemente teorizada” a partir daí, “a base do esforço de constituir a teoria racial crítica” (GANDIN, DINIZ-PEREIRA, HYPOLITO, 202, p. 275-276).

A entrevista aborda, inclusive, o livro *How the Irish became white* (Como os

---

<sup>15</sup> Instituída pela Resolução nº 34/17 – COPLAD que aprova o Regulamento da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade – SIPAD da Universidade Federal do Paraná



irlandeses se tornaram brancos), afirmando que “ser branco é um privilégio social concedido às pessoas. Se formos checar suas verdadeiras bases, ser branco não tem uma relação direta com a biologia” (GANDIN; PEREIRA; HIPÓLITO, 2002, p. 280).

No campo educacional, a TRC está sendo utilizada com objetivo de compreender as intersecção com classe, gênero e sexualidade. Ladson-Billings (2011) destaca que, na Educação pode ser considerada importante ferramenta analítica para o exame das desigualdades bem como a raça é colocada como central para a compreensão e discussão sobre as desigualdades sociais.

Por fim, destaco que Ferreira (2014, p. 242) embasada por teóricos especialistas no tema, aponta a existência de princípios que definem a Teoria Racial Crítica, sendo esses:

De acordo com Tate (1997), há cinco princípios que definem a Teoria Racial Crítica (Critical Race Theory):

1. A Teoria Racial Crítica reconhece que o racismo é endêmico na sociedade estadunidense, profundamente impregnado do ponto de vista legal, cultural e mesmo psicológico (Tate, 1997, p. 234).
2. A Teoria Racial Crítica atravessa barreiras epistemológicas, pois usa de várias tradições, como, por exemplo, lei e sociedade, feminismo, marxismo, pós-estruturalismo, estudos críticos legais. Dessa forma obtém uma análise mais completa de raça (Tate, 1997, p. 234).
3. A Teoria Racial Crítica reinterpreta o direito aos direitos civis à luz de suas limitações, mostrando que as leis para reparar a desigualdade racial são sempre minadas antes mesmo que elas sejam completamente implementadas (Tate, 1997, p. 234-235).
4. A Teoria Racial Crítica retrata as afirmações legais dominantes de neutralidade, de objetividade, de “*color blind*” de não ver cor e a meritocracia como camuflagem para o próprio interesse de entidades poderosas da sociedade (Tate, 1997, p. 235).
5. A Teoria Racial Crítica reconhece o conhecimento experiencial das pessoas de cor (Tate, 1997, p. 235).

A autora (Idem, p. 243) pondera, adicionalmente, que há versão atualizada dos princípios:

1. A intercentricidade de raça e racismo. A Teoria Racial Crítica na educação começa com a premissa de que raça e racismo são endêmicos e permanentes na sociedade dos EUA (de Bell, 1992) e que o racismo faz a intersecção com as formas de subordinação com base em gênero, classe, sexualidade, linguagem, cultura e status de imigrante (ver Crenshaw, 1991; Espinoza, 1998).
2. O desafio à ideologia dominante. A Teoria Racial Crítica desafia reivindicações de objetividade, neutralidade, raça, meritocracia, não ver cor, e igualdade de oportunidades, alegando que essas posturas mascaram a divisão e problemas associados com poder e privilégio dos grupos dominantes (ver Solórzano, 1997).



3. O compromisso com a justiça social. A agenda de pesquisa da justiça social e racial da CRT expõe a "convergência de interesse" dos ganhos de direitos civis, como o acesso ao ensino superior (ver Delgado e Stefancic, 2000), e trabalhos para a eliminação do racismo, sexismo e pobreza (ver Freire, 1970; Solórzano & Yosso, 2001).

4. A perspectiva interdisciplinar. A Teoria Racial Crítica se estende para além das fronteiras disciplinares para analisar raça e racismo no contexto de outros domínios, tais como a sociologia, estudos da mulher, estudos étnicos, história e psicologia. A utilidade da perspectiva interdisciplinar permite uma análise mais abrangente e multifacetada de como raça, racismo e (des)igualdade racial se manifestam.

5. A centralidade do conhecimento experiencial. A Teoria Racial Crítica reconhece o conhecimento empírico das pessoas de cor como credível, altamente valioso e imprescindível para a compreensão, a análise e o ensino sobre a subordinação racial em todas as suas facetas (Carrasco, 1996). A Teoria Racial Crítica solicita, explicitamente, analisa e escuta as experiências vividas das pessoas de cor através de métodos contranarrativos "counterstorytelling", tais como histórias de família, parábolas, depoimentos e crônicas (ver Delgado e Stefancic, 2000; Solórzano e Yosso, 2001; Yosso, 2005). Adaptado de: Milner e Howard (2013, p. 539)

No presente trabalho, serão utilizados tais embasamentos para refletir sobre os objetivos propostos, bem como para realizar a análise das narrativas, conforme serão descritas no próximo subitem.

### 1.3. Metodologia

Quanto à natureza da pesquisa, ela se dará no campo qualitativo, com recursos da pesquisa quantitativa, ou seja, pesquisa mista.

A pesquisa quantitativa será utilizada para mapear o perfil socioeconômico do universo de cursistas do Pré-Pós UFPR da turma 2 de 2020 – realizada na modalidade EaD - no total de 350<sup>16</sup> e, em alguns aspectos, serão realizadas a análise comparativa com cursistas concluintes, no total de 152<sup>17</sup>. Num segundo momento, será realizado o mapeamento das cursistas negras, que ingressaram efetivamente nessa turma, após a aprovação no processo seletivo, no total de 92 mulheres. Esse procedimento

---

<sup>16</sup> Informo que, apesar do número de inscritos somar 398 pessoas, a planilha fornecida conta com 350 nomes que autorizaram o uso de dados, excluindo aqueles repetidos.

<sup>17</sup> Igualmente, 169 pessoas concluíram o Pré-Pós na turma 2/2020, contudo, consta os dados de 152 dessas. Informo que os dados de 15 (quinze) pessoas não constavam na planilha gentilmente cedida pela SIPAD, motivo pelo qual não foi possível inferir seus perfis e havia 2 (duas) inscrições duplicadas.

visa responder ao objetivo “Mapear o perfil socioeconômico das cursistas negras do programa Pré-Pós da UFPR” e dar base para o objetivo atender ao objetivo geral.

Para isso, serão utilizados os dados dos questionários de inscrição que os candidatos, as candidatas e as candidatas preencheram, disponibilizados pela Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade – SIPAD e autorizado o uso por meio de alternativa de concordância para uso dos dados com fins de pesquisas, resguardando o anonimato, constante naquele questionário.

A análise será realizada estatisticamente e, conforme Gil (1999), deve-se seguir três passos essenciais: o estabelecimento de categorias; a codificação e tabulação (onde os dados serão contados) e analisados estatisticamente, ou seja, conversão em números.

Nessa seara, a pesquisa qualitativa é de extrema importância, pois buscamos a compreensão de um fenômeno e contempla as necessidades da pesquisa social no sentido de desvelar, através de sucessivas aproximações, a realidade dos sujeitos sociais. Segundo Maria Lúcia Martinelli (1999, p.25), neste campo de pesquisa, “muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos”.

Ademais, a pesquisa qualitativa procura elementos para compreender os fenômenos que não são traduzidos em números, pelo contrário, são permeados por subjetividades. Esses elementos serão verificados pela minha aproximação com as condições de vida, da vivência, das estratégias - individuais e coletivas. Como fonte de dados, serão utilizadas as cartas de apresentação redigidas no momento da inscrição para concorrer à vaga no Pré-Pós e/ou escritas autobiográficas elaboradas pelas interlocutoras (mulheres negras concluintes) durante o curso, como proposta de atividade da Oficina de Escrita Criativa. Tal procedimento busca contemplar o objetivo específico “d) refletir sobre os elementos constantes nas narrativas–autobiográficas das mulheres negras participantes do curso para ingresso em programas de mestrado ou doutorado”.

Quanto ao instrumento de coleta de dados da pesquisa qualitativa, serão utilizadas as cartas de apresentação redigidas pelas cursistas quando realizaram a inscrição no curso Pré-Pós, bem como escritas autobiográficas elaboradas por na

Oficina de Escrita Criativa<sup>18</sup>, as quais são consideradas, nesse trabalho, narrativas autobiográficas. Para o acesso a tais documentos, foi enviado às participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. De 92 envios, obteve-se resposta de aceite de 20 mulheres para utilização das cartas autobiográficas. Quanto às escritas autobiográficas, serão utilizadas 7 produções das 8 que a realizaram, visto que uma das participantes não autorizou o uso para fins de pesquisa. Informo, ainda, que será resguardado o sigilo da identidade das participantes, exceto aquelas que solicitaram que seus relatos fossem nominados, em decorrência de suas lutas identitárias.

A fonte de dados são as cartas de apresentação e as escritas autobiográficas que as mulheres negras redigiram no momento da inscrição, considerando assim narrativas (auto) biográficas, as quais trazem relatos de vida, experiências, as raízes dessas mulheres, bem como sinalizam quanto aos processos de resistência, superação (individual e coletiva).

Igualmente, Clandinin (2011) revela que a “narrativa é o melhor modo de representar e entender as experiências”, assim, compreendo que a narrativa (auto)biográfica contempla, além do olhar para si, nas relações que as pessoas constroem e estabelecem com o outro e com o mundo, num movimento dinâmico. Esse olhar não é vazio, ele é imbuído de significação e representações das próprias experiências das pessoas interlocutoras, traduzidas por meio da narrativa, do exercício do contar, recontar e reviver (CLANDININ; CONNELLY, 2011).

Ainda, Ferreira (2014) citando Ladson-Billings (1999), descreve que para a Teoria Racial Crítica, as narrativas são importantes no sentido de compreender as experiências e como elas apresentam para confirmar ou contra-argumentar o funcionamento da sociedade.

Assim, a análise dos dados qualitativos será realizada a partir da TRC Essa escolha se justifica pelo fato dessa teoria trazer princípios importantes no que concerne às questões raciais, especificamente, raça e racismo e têm sido utilizadas para examinar as experiências que realizam a análise interseccional entre classe, gênero e sexualidade (FERREIRA, 2014).

---

<sup>18</sup> Durante o curso, foram propostas 4 oficinas dentre as quais as pessoas matriculadas poderiam escolher a que mais se identificada. Essas oficinas foram denominadas: Escrita no fazer acadêmico; Escrita Criativa; Escrita científica; Suficiência Em Língua Espanhola

Tem, ainda, dentre seus princípios, Ferreira (2014) aponta a centralidade do conhecimento experiencial, que privilegia e reconhece a vivência e o conhecimento empírico das pessoas negras por meio de seus depoimentos e narrativas.

Quanto a escolha metodológica de fonte e análise de dados perpassa pelas experiências pessoais de sujeitos, cuidados éticos precisam ser pautados e permear a pesquisa. Segundo Pierre Bourdieu (2003, p. 712) “Transmitir ao leitor os meios para lançar sobre as declarações que vai ler esse olhar que dá razão, que restitui ao pesquisado sua razão de ser e sua necessidade”, assim, fazer a análise de narrativas autobiográficas implica em grande responsabilidade por parte do pesquisador e sensibilidade para transmitir o conteúdo às pessoas leitoras. Dentre os cuidados éticos abarcados nessa dissertação, tive atenção especial à não incorrer em “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2003, p. 7-8)

#### **1.4 Organização da Dissertação**

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, além da presente introdução, a qual se constitui no primeiro.

No segundo capítulo realizo a contextualização histórica sobre as políticas de ações afirmativas no Brasil, destacando a atuação do movimento negro e movimento feminista negro brasileiro, atravessadas por transformações societárias e de acontecimentos históricos que tiveram importante influência sobre as conquistas das ações afirmativas hoje vigentes no país, tanto no ensino superior como na pós-graduação.

Será apresentado a origem dos cursos de pré formação acadêmica Brasil e panoramas de continuidade. Também será abordado as especificidades do curso Pré-Pós na UFPR, considerando as edições passadas e a analisada.

O terceiro capítulo refere-se à sistematização e análise dos dados coletados durante a pesquisa qualitativa, que utilizou recursos da pesquisa quantitativa, bem como a reflexão sobre o tema aqui abordado.

## 2. POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

Este capítulo está organizado de forma a discorrer sobre marcos e fatos históricos, bem como dos conceitos essenciais para a compreensão das relações étnico raciais no Brasil. Para tanto, será apresentada a trajetória histórica do movimento negro, apontando os principais acontecimentos e serão abordadas as políticas de ações afirmativas que foram forjadas na sociedade brasileira, tendo como foco a Lei de Cotas, que dispõe sobre o ingresso – dentre outro grupos - de negras/os no Ensino Superior e aquelas adotadas para ingresso desse público nos cursos de pós-graduação.

### 2.1 Relações étnico-raciais no Brasil e atuação do Movimento Negro brasileiro

Discutir as relações étnico-raciais no Brasil, só é possível se articulada com a trajetória do movimento negro brasileiro que foi e é protagonista no histórico de luta, resistência pela valorização da população negra.

Entende-se como movimento negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação, da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. (GOMES, 2017, p. 24).

Nesse sentido, Lélia Gonzalez (1984) considera que o Movimento Negro é ator de extrema relevância na luta antirracista no Brasil, por meio do protagonismo na sensibilização junto a diversos setores e áreas da comunidade afro-brasileira, incluindo pessoas não negras, com objetivo de mobilizar a discussão do racismo e suas práticas.

Faz-se necessário demarcar alguns termos essenciais para falar em relações étnico-raciais no Brasil. Nilma Lino Gomes (2005) apresenta a compreensão de raças na perspectiva das relações étnico raciais no Brasil e alude que:

podemos compreender que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza.

É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar. Se as coisas ficassem só nesse plano, não teríamos tantos complicadores. (GOMES, 2005, p. 49)

A autora aponta que militantes do Movimento Negro, “acreditam ser politicamente mais conveniente tentar manter o termo ‘raça’, sem negar, evidentemente, a necessidade de utilização do termo ‘etnia’, mas diferenciando-o do termo ‘raça’”. Sobre etnia, pontua que se refere “pertencimento ancestral e étnico/racial dos negros e outros grupos em nossa sociedade” (GOMES, 2005, p.50). Portanto, raça é considerada uma construção social e etnia é o pertencimento ancestral e étnico-racial.

É importante demarcar esses posicionamentos ao iniciar esse resgate histórico, pois em produções do século XIX, as questões biológicas foram questões de estudos científicos, baseados na eugenia. Segundo Edward Telles (2004, p. 21):

A eugenia incluía ideias científicas sobre raça que na época consideravam os negros inferiores e os mulatos, degenerados. Afirmava também que climas tropicais como o do Brasil enfraqueciam a integridade biológica e mental dos seres humanos. Assim sendo, os eugenistas do século XIX estavam convictos de que a população brasileira exemplificava a degeneração biológica.

O autor refere que essa teoria buscava justificar a necessidade de hierarquização de raças (considerando-as superiores – brancos – e inferiores – negros) e embasava o racismo científico. Segundo Telles (2004), a perspectiva eugenista defendia que a população brasileira exemplificava a degeneração biológica.

Nos anos 30, emergiram as teorias culturalistas tendo Gilberto Freyre como um de seus principais representantes (Marcelo PAIXÃO, 2013). Em seus escritos, Freyre pondera que a construção social e racial no Brasil ocorreu de forma harmoniosa, defendendo que pessoas de todas as raças se relacionavam socialmente de forma equiparada, sem maiores conflitos e/ou desigualdades.

Freyre e seus seguidores acreditavam que a desigualdade racial existente era um produto tanto da escravidão dos negros quanto de sua adesão a

valores culturais tradicionais, prevendo o seu desaparecimento em pouco tempo. Para eles, as diferenças raciais eram fluidas e condicionadas pela classe social e a discriminação era moderada e praticamente irrelevante. (PAIXÃO, 2013, p. 121)

Segundo Paixão (2013) a ideia da existência de uma democracia racial foi utilizada para definir uma suposta paz interracial vivenciada no país, a qual passa por constante processo de desmitificação sobre a suposta vivência de um regime de igualdade entre raças no Brasil. Os movimentos negros e indígenas contrapuseram a tal visão, denunciando os séculos de violência vivenciada por seus povos, compreendendo assim que se tratava de um “mito”.

Para Gomes (2005, p 57) o mito da democracia racial pode ser compreendido como uma “corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento”.

A autora relembra que Nilma Bentes (1993) apontava que as desigualdades raciais têm intrínseca relação com os caracteres físicos da população negra – fenótipo - mas que a discriminação cultural também é vivenciada. Deste modo, compreende-se que a propagação da suposta “democracia racial” no Brasil foi e é agudizadora das desigualdades raciais existentes.

Compreendo que quando Ferreira (2014) embasada por Milner e Howard (2013) e Solorzano (1997) informa que a Teoria Racial Crítica traz, dentre os seus princípios, o desafio à ideologia dominante, situa a necessidade do rompimento com a ideia de negar a existência do racismo e desafia neutralidade. Considerando o contexto particular do Brasil, é possível compreender que essa ideia foi perpetuada por meio do “mito da democracia racial”.

Não é possível falar no mito da democracia racial sem retomar o conceito de racismo que os autores brasileiros empregam.

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p. 52)



Já para o autor Kabengele Munanga (2003, p. 08), o racismo “é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”. Acrescenta que “o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas”.

Também refere que o racismo é ideologia de dominação e que tal crença existe com o objetivo de aprofundar as desigualdades sociais. Munanga (2003) afirma o “racismo a brasileira” tem peculiaridades que nos singularizam de outros países, pois historicamente/sistematicamente a população reproduz uma fala que não é racista. Porquanto, não reconhece as desigualdades raciais inscritas nas relações sociais, institucionais, econômicas, educacionais, habitacionais vivenciadas cotidianamente pela população negra.

Silvio Almeida (2018, p.25) utiliza-se do termo racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam”. Além disso, o autor compreende a existência de três concepções de racismo: a individualista; a institucional (normalização do racismo pela forma de funcionamento de atos do poder público e das instituições) e a estrutural (racismo transita nas relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas).

Com base nessas definições dos três autores, compreende-se que o racismo perpassa relações de poder e de dominação inscritas na sociedade, podendo ser definido como comportamento, conjunto de ideias, crenças discriminatórias e formas sistemáticas de discriminação, conscientes ou inconscientes, que têm a raça como fundamento. Portanto, age com base na forma do reconhecimento racial e marcadores da diferença do grupo étnico/racial negro.

Conforme Gomes (2005, p.51) assevera “a reflexão acerca da questão racial brasileira é uma questão social, política e cultural de todos(as) os(as) brasileiros(as)”, portanto, não deve interessar somente às pessoas negras, pois a luta contra o racismo é “uma questão de humanidade” (Ibidem, p.51). Trago à reflexão que além do colocado pela autora, pode-se pensar na TRC que atua em perspectiva interdisciplinar para com a finalidade de analisar o racismo, as questões raciais e a (des)igualdade racial de forma mais abrangente, conforme proposto por Ferreira (2014).



Ainda, Gomes (2005) retrata que a identidade não inata, pois é por meio dela que são criadas redes de relações dos grupos sociais e possuem referências culturais como comportamentos, linguística, alimentação e tradições civilizatórias. Sobre identidade negra, Gomes concebe que:

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). [...] Para entender a construção da identidade negra no Brasil é importante também considerá-la não somente na sua dimensão subjetiva e simbólica, mas sobretudo no seu sentido político. (GOMES, 2005, p. 43).

Para desmistificar o racismo e superar a discriminação racial, Gomes (2005) defende que é necessário construir formas, ações e políticas com objetivo de criar oportunidades iguais para negros, brancos e demais grupos raciais, em todos os setores. Elucida que, diferentemente do que foi perpetuado na sociedade brasileira, pautar o assunto “racismo”, falar sobre a questão racial, é de extrema relevância. Retrata ainda é necessário que as novas gerações sejam ensinadas sobre as diferenças construídas na cultura e nas relações de poder reverberam também na interpretação social e política que as enxerga como inferioridade e acrescenta que “o silenciamento é o que mais reforça a existência do racismo, da discriminação e da desigualdade racial”. (GOMES, 2005, p. 52).

Nesse sentido, a transformação das desigualdades tem relação direta com um projeto de sociedade que busca igualdade de oportunidades e de acesso. A intelectual citada compreende que ao estudar, realizar pesquisas sobre a história afro-brasileira, resulta em maior respeito e orgulho com a ancestralidade africana. Para a luta contra o racismo, essa retomada de consciência torna um processo de reeducação de nós mesmos, das nossas famílias, das instituições em que nos inserimos e da sociedade como um todo. Igualmente, verifica-se que essa postura é um compromisso com a justiça social a qual é um dos princípios da teoria racial crítica, conforme Ferreira (2014).

Portanto, a continuidade se dará com base em fatos históricos para compreensão das relações étnico-raciais no Brasil, descrevendo tanto fatos históricos quanto a trajetória do movimento negro brasileiro nas últimas décadas.

Na década de 1930, diante das produções eugenistas culturalistas, a Frente Negra Brasileira surge com intuito de se tornar uma articulação nacional.

1931. Criada a Frente Negra Brasileira, liderada por José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos, Francisco Lucrécio e Raul Joviano do Amaral, entre outros, foi um movimento de repercussão nacional, de mobilização popular que saiu de São Paulo e atingiu outros estados do país, entre eles, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Editou o jornal *A Voz da Raça* no período de 1936 a 1938. Em 1936 transformou-se em partido político e foi fechada em 1937 com o golpe do “Estado Novo” de Getúlio Vargas. (Iraneide da Silva SOARES, 2016 p.76)

O Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias do Nascimento, esteve ativo de 1944 a 1968 e se propôs a valorizar a população negra no país, por meio de ações nas áreas da arte, cultura, educação, além de difundir e compartilhar conhecimentos ancestrais. Ainda, tinha como pauta a igualdade de direitos para a população negra. (GOMES, 2017).

A Convenção Nacional do Negro, realizada em 1945, foi um marco, pois reuniu pautas que a comunidade negra reivindicava para levar à Constituinte que aconteceria no ano seguinte. Ainda que a lei antidiscriminatória, elaborada no evento, não tenha sido contemplada no texto da Constituição, o movimento de aglutinação foi importante para juntar a agenda de reivindicações compartilhada. (Edilza Correia SOTERO, 2015).

Outro evento importante foi o 1º Congresso do Negro Brasileiro que aconteceu em 1950 se destacou por retomar conceitos como raça, bem como por iniciar a tentativa de rompimento com o viés biológico do termo, na proposta de ressignificar para a valoração da história, da ancestralidade, da luta das/os negras/os brasileiras/os.

Os anos de 1960 são marcados pela intensificação da política desenvolvimentista no cenário nacional, bem como pelo Golpe Militar em abril de 1964 que deu início a um novo período de ditadura no país. O pacto populista e o engajamento dos sujeitos sociais comprometidos com a implantação de alternativas de desenvolvimento nacional-populares e democráticas no país, foi substituído por anos de repressão, dirigido pelos militares.

Gomes (2011) afirma que as entidades representativas do Movimento Negro, atuantes na luta antirracista, foram silenciadas e obrigadas a sair do cenário público. Iraneide da Silva Soares (2016) aprofunda essa questão e, por meio de pesquisa documental, compartilha que dentre seus achados, documentos jurídicos-legais que impõe repressão ao movimento negro:

A Lei de Segurança Nacional de 11/03/1967, em seu artigo nº 33, item VI, assinalava como crime contra a segurança do Estado Brasileiro incitar publicamente ao ódio ou à discriminação racial incluindo veiculação na imprensa, panfletos radiodifusão ou televisão. Isso, conseqüentemente, aumentou a repressão política dos ativistas da luta antirracista. A vigilância repressiva da Ditadura Militar contra as manifestações antirracistas está registrada no arquivo do DEOPS e SNI. Os órgãos repressivos acusavam os ativistas do movimento negro de incitar conflitos raciais existentes no exterior e eram veiculadores de propaganda “marxista” (SOARES, 2016, p. 76)

O Regime Militar também foi um momento de fortalecimento do mito da democracia racial que, de forma dogmática, regravava a unificação do país para uma coesão identitária e a igualdade/harmonia entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais, ao mesmo tempo em que suprimia o autorreconhecimento racial. Antônio Sergio Guimarães (1999, p. 62) considera que:

Nos anos de ditadura militar, entre 1968 e 1978, a ‘democracia racial’ passou a ser um dogma, uma espécie de ideologia do Estado brasileiro. Ora, a redução do anti-racismo ao anti-racialismo, e sua utilização para negar os fatos de discriminação e as desigualdades raciais, crescentes no país, acabaram por formar uma ideologia racista, ou seja, uma justificativa da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes

A despeito de defenderem a existência da democracia racial, verifico que os marcadores raciais foram intensificados no que se refere ao aprofundamento das desigualdades sociais naquele período.

Em contrapartida, na década de 70, os movimentos sociais buscam se reorganizar. O Movimento Negro, representado pelo Movimento Negro Unificado (MNU) a partir de 1978 passam a unir forças para pressionar o fim da ditadura militar, bem como pautando a luta antirracista brasileira (GOMES, 2011, 2017) relata que. Salienta que reflexões acerca das desigualdades vivenciadas, especificamente de gênero, no interior do movimento negro passam a ser fomentadas. As mulheres negras fundam, na década de 80, o Movimento das Mulheres Negras, em que pese já se registrasse diversas iniciativas de organização. Segundo a autora:

Podemos dizer que a questão de gênero só passou a ser pautada como uma forte preocupação da prática e das questões do movimento negro devido à pressão das mulheres negras. Estas têm exercido uma luta contínua não só no interior da comunidade negra, mas no debate com o Estado para a implementação de políticas públicas de saúde, emprego e educação que contemplem a articulação entre raça e gênero. (GOMES, 2011, p. 142).

Sobre isso, Matilde Ribeiro (1995) realizou ampla análise sobre a invisibilização da questão racial nos movimentos feministas e o escamoteamento das discussões de gênero nos movimentos sociais negros. Segundo a autora, ao não debater gênero/feminismo considerando as especificidades, deixava de considerar a diversidade existente entre as mulheres, contribuindo e reforçando a imagem da “feminista como branca de classe média intelectualizada” (RIBEIRO, 1995, p. 450).

Em concordância com os pressupostos apontados por Ribeiro (1995), Sueli Carneiro (2003) explana que durante longo tempo, o movimento feminista se ateve somente às demandas das mulheres brancas, apropriando-se da visão eurocêntrica, tratando as necessidades e as requisições da mulher (no singular) de forma universal. Segundo a autora,

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intra gênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros. (CARNEIRO, 2003, p.10)

Nessa esteira, Carneiro reflete que a incapacidade - tanto do movimento feminista (branco) como dos movimentos negros (homens) - de reconhecer a diversidade, especificidades e desigualdades das mulheres (no plural), invisibilizou as demandas de grupos específicos, particularmente aquelas advindas de mulheres negras.

As mulheres negras tiveram que, além de lutas externas, travar posicionamentos dentro do próprio movimento feminista e movimento negro. Aquelas participantes dos referidos movimentos, “buscaram desmascarar situações de conflito

e exclusão” (RIBEIRO, 1995, p. 446) construindo, a partir de sucessivas reflexões, o movimento autônomo de mulheres negras.

Foi um período de desencadeamento da consciência coletiva das mulheres negras, ao identificarem a especificidade da questão racial e a imprescindibilidade de pautá-la nas discussões realizadas, visto que tal questão não era assunto tratado pelo movimento feminista até então.

Ribeiro (1995) menciona que a partir de 1985, constata-se a presença organizada de mulheres negras, as quais colocavam questões acerca da invisibilização no bojo do movimento feminista, questionando-se endogenamente e externamente, problematizando a questão racial interseccionalizada com categorias classe e gênero, como constitutivas das relações de poder que permeiam a sociedade.

A autora aponta marcos que são importantes demarcar: 1) a III Conferência Mundial das mulheres, em São Paulo - 1985, com a produção do estudo “Mulher Negra” por Sueli Carneiro e Thereza Santos, constituiu-se como importante arcabouço teórico e empírico acerca da mulher negra; 2) a presença de mulheres negras na Comissão da Mulher Negra do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo em 1983; 3) o III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, 1985, em Bertioga/Brasil. Houve intensa crítica à ausência da pauta da questão racial no IX Encontro Nacional Feminista, 1987, levando à decisão da realização do Encontro Nacional de Mulheres Negras. Nesse momento, permeava o sentimento de necessidade da organização própria, que abarcasse de forma nacional, as questões sobre opressão racial e de gênero.

No ano de 1986, mulheres negras militantes de movimentos negros organizados participaram da construção de documentos com reivindicações da questão racial e social para Assembleia Nacional Constituinte, das quais cito Lélia Gonzalez, Helena Theodoro, Maria das Graças dos Santos, Ligia Garcia Mello, Marcélia Campos Domingos (Natália Neris da Silva SANTOS, 2015). Em conjuntura de intensa mudança social, a Constituição Federal de 1988 – CF/88, pode ser considerada - mesmo com todos os limites -, um grande avanço no que tange a reforma do Estado brasileiro, pois foi a marca da redemocratização do país propiciou a participação e representação social, estabeleceu direitos e garantias fundamentais,

baseado na igualdade e na justiça social por meio de normalização jurídico-legal (HEILBORN et al, 2010).

Os Movimentos Negros participaram da Constituinte, levando o relatório - fruto da “*Convenção Nacional do negro pela Constituinte*” - que continha inúmeras reivindicações, como a criação de um tribunal especial para julgamento dos crimes de discriminação racial, a regularização de terras, “a liberdade de culto religioso e garantida a prática de todas e quaisquer manifestações culturais, independentemente de sua origem racial, desde que não sejam ofensivas à moral e aos bons costumes” (SANTOS, 2015. p.14). No texto constitucional, houve a criminalização do racismo e assegurado a titulação das terras de quilombos.

No mesmo ano, Ribeiro (1995) cita que foi estruturada a Coordenação do Programa da Mulher Negra, inserido no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e é realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras - 1988, o qual sofre críticas do movimento feminista – branco – e dos movimentos negros, ambos por considerarem este evento o ápice da fragmentação de lutas coletivas (RIBEIRO, 2008; CARNEIRO, 2003; RIBEIRO, 1995).

Mesmo com tais críticas, este momento foi de extrema importância para o Movimento de Mulheres Negras, pois obteve aprofundamento no debate político, o reconhecimento da realidade singular vivenciada por mulheres negras, a reivindicação por uma sociedade mais justa e igualitária. Também foram traçadas perspectivas iniciais quanto à forma de organização das mulheres negras, que posteriormente, no I Seminário Nacional das Mulheres Negras em 1993, foi estruturado em pilares sólidos.

Ribeiro (1995) afirma que a partir de então, o Movimento de Mulheres Negras adquire uma identidade, com direcionamentos e concepções definidas, configurando-se como autônomo e independente, mas realizando articulações com o movimento negro e feminista, mantendo sua especificidade. Várias temáticas e bandeiras foram sendo abarcadas ao longo dos anos, na busca pela construção de projeto político coletivo.

Em 1995, houve intensa movimentação das entidades que compunham o Movimento Negro no Brasil, para organização e para realização dos eventos alusivos à comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. Gomes (2011)

afirma que a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, contou com a presença de vinte mil pessoas.

Além dos movimentos negros, havia também o apoio de outros movimentos sociais que estabeleceram um pacto político de participarem da luta antirracista. A autora alude que como resultado da Marcha, foi elaborado o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial que continha informações acerca da situação social, econômica, educacional e política da população negra no Brasil. Esse documento foi entregue ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e exigia uma posição do governo brasileiro diante da necessária superação do racismo.

No mesmo ano, a feminista negra e fundadora do movimento de mulheres negras brasileiras, Lélia Gonzalez, liderou o processo organizativo da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995. As mulheres negras tiveram intensa participação, evidenciando a necessidade da discussão que o racismo e o machismo precisam ser abordados conjuntamente, bem como problematizou as definições de gênero, empoderamento das mulheres e a necessidade de transversalidade das políticas públicas. Como resultado, as brasileiras buscaram a organização da IV Conferência da Mulher, organizada pelo Géledes - Instituto da Mulher Negra (RIBERO, 1995).

Ribeiro (2008) relata que após Beijing, criou-se espaços para formulação política, sendo esses o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra - GTI População Negra em 1996. No mesmo ano, foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, que dentre suas propostas, continha a formulação de políticas públicas específicas para o ingresso de negras/os no ensino superior por meio de políticas de ação afirmativa, contemplando tanto o setor público quanto o privado (SILVERIO e MEDEIROS, 2016).

Em 1997 o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação – GTDEO seguiu com as discussões no que concerne ao racismo vivenciado pela população negra nos espaços laborais, levando em consideração princípios da Convenção 111 realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego promove uma parceria com a Organização Internacional do Trabalho - OIT dois anos antes.

Nesse sentido, Gomes (2011, p. 142) relata que



O 3º milênio traz uma nova marca na resistência e organização negra brasileira, que é a luta pelas políticas públicas de ação afirmativa. Essa é uma das principais reivindicações das duas marchas intituladas Zumbi + 10 que, uma década depois da primeira marcha, avaliou a reação dos governos e do Estado brasileiro diante da situação racial do país e os avanços da luta antirracista.

Em 2001, considerado o Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorreu a Conferência de Durban, que marcou importante momento mundial. No Brasil, despontavam ações como implantação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD e do Programa Nacional de Ações Afirmativas (2002).

A necessidade de elaboração e implementação do Programa Nacional de Ação pós-Durban era latente. Com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência do país em 2003, houve a aprovação da Lei 10.639/2003 em 09 de janeiro de 2003, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", incluiu a comemoração do Dia da Consciência Negra no calendário escolar, trazendo a obrigatoriedade, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, a discussão da história e da cultura afro-brasileiras, além da valorização dos africanos e afro-brasileiros nos currículos escolares da rede pública de ensino.

Segundo Lucimar Rosa Dias (2005) esse avanço foi fruto de passos dados nos anos anteriores com aprovações da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional - LDB, pela constante pressão do movimento negro que reivindicou que Lula assumisse compromisso público de apoio à luta da população negra, diante da agenda política elencada ainda quando era candidato à presidência.

No mesmo ano, duas grandes conquistas são alcançadas: em 21 maio, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR é criada por meio da Medida Provisória nº 111/2003 (posteriormente convertida na Lei nº 10.678/2003) em março de 2003 fruto de lutas históricas dos Movimentos Negros brasileiros (SEPPIR)<sup>19</sup>. Importante demarcar que a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República é fruto do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro, porém, foi

---

<sup>19</sup>Informações entrelaçadas com as disponíveis no site da SEPPIR, disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>>. Acesso em 02 mai. 2019 – Vide Referências



atravessada por cumulados desmontes ao longo dos últimos anos, devido ao contexto político e econômico no país.

Gomes (2011) acrescenta que em 2009, o Plano Nacional de Implementação das referidas diretrizes curriculares é lançado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial:

A partir daí foram criadas diretrizes governamentais visando à superação do combate ao racismo e à discriminação racial e étnica. Foram instituídos a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e também o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, o que significou um novo marco regulatório para as ações do Governo Federal. Outro aspecto inédito da ação governamental na esfera social foi a inclusão da diretriz "redução das desigualdades raciais" no Plano Plurianual - PPA, nas versões de 2004-2007 e 2008-2011. (RIBEIRO, 2008, p. 993 - 994)

Segundo Ribeiro (2008), com o objetivo de superar desigualdades históricas, outros organismos foram criados, como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH e a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ. As formas de gestão participativa também foram ampliadas, promovendo a participação da sociedade organizada em diversos espaços de controle social.

O Estatuto da Igualdade Racial é instituído em 2010, por meio da lei 12.288/2010, após sete anos de tramitação no Congresso Nacional. Já no primeiro, apresenta seu objetivo de “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010).

Com texto inicialmente construído de forma coletiva pelas entidades que compunham o Movimento Negro no Brasil e apresentado pelo Senador Paulo Paim (Partido dos Trabalhadores/ Rio Grande do Sul – PT/RS), o Estatuto é marcado por diversas intervenções e mudanças em seu conteúdo, gerando muitas críticas dos movimentos negros pela retirada de dispositivos especialmente no que se refere à implantação de políticas de cotas raciais em universidades, concursos públicos, cargos políticos/eletivos e empresas. Assim, é importante resgatar as políticas de ações afirmativas – inicialmente recusadas na aprovação do texto do Estatuto – que foram conquistadas nos anos seguintes, conforme será abordado no próximo tópico.

A lei 12.711/2012, que criou as cotas para ingresso em cursos superiores foi aprovada em 29 de agosto de 2012 e será detalhada no próximo sub-capítulo. A III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) ocorreu em novembro de 2013 e diversas integrantes de movimentos sociais negros propuseram uma marcha feminista negra e participaram integrando o Comitê Impulsor Nacional da Marcha. Em 2015, foi realizada a Marcha de Mulheres Negras, que teve como lema "contra o racismo, a violência e pelo bem viver". Dentre as bandeiras e os gritos, contou o brado de "uma sobe e puxa a outra", referente as mulheres negras que sucessivamente têm ocupado espaços até então de pouco acesso à população negra e, especificamente, às mulheres negras.

## **2.2. Ações afirmativas e cotas raciais no Ensino Superior**

As políticas de Ações Afirmativas são fruto de um processo histórico de reivindicações do Movimento Negro e partem do reconhecimento e da denúncia do racismo e da desigualdade racial na sociedade brasileira. Para efeitos de conceituação, compreende-se que essas políticas são

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens como a educação e o emprego. Além disso: constituem-se meio de assegurar direitos fundamentais a todos; configuram-se mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido - o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito. (GOMES, 2003, p 27)

Em 2014, a então Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR definiu como ações afirmativas aquelas políticas públicas implementadas pelo governo ou pela iniciativa privada, as quais objetivavam corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Classifica as ações afirmativas em três níveis, justapostos: a primeira com a finalidade de reverter a representação negativa dos negros; a segunda tendo o escopo de

promover igualdade de oportunidades; a terceira com vistas a combater o preconceito e o racismo. (SEPPPIR, 2014).

Compreende-se, então, que a política de ação afirmativa procura dar respostas à realidade concreta dos grupos que são acometidos pelas desigualdades inscritas na sociedade brasileira, especificamente, a população negra que vivenciava e vivência desigualdades raciais. Assim, as ações afirmativas podem ser relacionadas ao compromisso com a justiça social ao povo negro que é relacionada como um dos princípios da TRC.

Em seus estudos, Marcelo Paixão (2003, p.116) destaca que “o fator educacional no Brasil está intimamente imbricado com o problema do negro e com as relações raciais”. Essa citação se materializa quando se analisa o acesso à educação, o nível de exclusão escolar entre a população negra, articulando com dados sobre a profissionalização e a trajetória profissional, (na qual se verifica os menores salários, precarização do trabalho, ocupação em trabalhos/cargos de menor prestígio social e informalidade). Isso adquire outros traços quando analisados sob o recorte gênero, visto que segundo o autor, as mulheres negras são as que recebem os menores salários se comparado a outros grupos (homens negros, homens brancos, mulheres brancas).

Sobre isso, Gomes (2005) afirma que a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social na construção da sociedade, portanto, atua na forma como negros e brancos são vistos e tratados.

Se ela não tivesse esse peso, as particularidades e características físicas não seriam usadas por nós, para identificar quem é negro e quem é branco no Brasil. E mais, não seriam usadas para discriminar e negar direitos e oportunidades aos negros em nosso país. É essa mesma leitura sobre raça, de uma maneira positiva e política que os defensores das políticas de ações afirmativas no Brasil têm trabalhado. (GOMES, 2005, pág. 48)

Valter Roberto Silvério e Priscila Martins Medeiros (2016) apresentam que as ações afirmativas com critérios raciais objetivam diminuir os efeitos de racialização de sujeitos negros. Nesse sentido, as ações afirmativas configuram-se como propostas de superação de desigualdades raciais, juntamente a superação de desigualdades sociais e econômicas.

a incidência da ação afirmativa na política pública educacional brasileira, em primeiro lugar, foi uma reivindicação dos movimentos sociais, em especial do

movimento negro, que, mesmo sem discordarem da tese amplamente defendida pelos contrários à implementação no ensino superior – a da necessidade de melhoria da qualidade da educação básica (infantil, fundamental e média) - se mobilizaram em diferentes frentes para assegurar a sua efetivação nas instituições públicas de ensino. (SILVERIO e MEDEIROS, 2016, p. 85)

As políticas de correção das desigualdades raciais – políticas afirmativas - são uma das formas que o movimento negro destaca para superar o mito da democracia racial.

Segundo Gomes (2011) em que pese a suposta “harmonia entre as raças” ou a miscigenação tenha sido um dos argumentos utilizados pelos grupos que se posicionavam contra a política de cotas raciais para ingresso no Ensino Superior.

A autora elucida que as ações afirmativas se configuram como canais para que os saberes produzidos pela comunidade negra, pelo movimento negro e pela juventude negra chegue à universidade, construindo processos e projetos educativos com vistas a transformação social e cultural.

No processo histórico de políticas de ações afirmativas para ingresso de discentes pretas/os e pardas/os no ensino superior data de antes da existência da lei nacional. As iniciativas de ações afirmativas para ingresso de discentes pretas/os e parda/os iniciaram anteriormente com a Universidade Federal de Brasília – UnB, a qual foi pioneira em 2003 quando adotou cotas para estudantes negros e indígenas, em que pese tenham registros de processos para políticas afirmativas anteriormente, como na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade do Norte Fluminense – UEFN e Universidade Estadual da Bahia (Silvia Maria Amorim LIMA, 2017).

A UFPR também pode ser considerada uma das precursoras quando se trata de Políticas Afirmativas para ingresso no Ensino Superior. Emerson Cervi (2013) fez estudo de caso com objetivo de verificar possíveis mudanças no perfil de pessoas negras na graduação com a implementação das ações afirmativas na UFPR. Em 2005, foi registrado o primeiro ingresso de estudantes cotistas raciais por meio da política afirmativa. O autor aponta que, nesse ano, o contingente de autodeclarados negros que foram aprovados no vestibular passou para 19,1% comparado ao ano anterior, o que equivaleu a mais da metade.

Apesar desse avanço, no mesmo ano, o COUN aprovou que a partir de 2006, o vestibular seria dividido em duas fases e as cotas seriam válidas apenas para a

segunda fase. Segundo Cervi (2013), tal decisão teve impacto direto na política de inclusão racial e social, visto que aqueles/as estudantes com intenção de ingressar por cotas teriam que disputar em condições iguais a todos os demais candidatos a primeira fase.

Cervi (2013) aponta que diante dessa situação, houve expressiva queda no percentual de ingressantes pela modalidade de cotas a partir de 2006. Nesse ano, o total de negros aprovados no vestibular foi de 14,8% das vagas, sendo que, destes, apenas 7,1% – menos da metade – havia concorrido pela cota racial. Em 2008, o total de negros aprovados no vestibular foi de 15,1% das vagas, sendo que, destes, apenas 6,6% concorrido pela cota racial, caindo para 14,3% dos aprovados, sendo 5,4 por cota em 2011 (CERVI, 2013; LIMA, 2017).

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal – STF procede com a aprovação do princípio constitucional da ação afirmativa por unanimidade, que foi gerado pela Arguição de Descumprimento de Preceito fundamental ADPG/186 em ação ajuizada pelo partido político Democratas – DEM se posicionava contra as cotas raciais na Universidade de Brasília. Silvério e Medeiros (2016, p.87) expõe que o ministro relator, Ricardo Lewandowski, considerou que as políticas de ação afirmativas adotadas pela UnB “estabelecem um ambiente acadêmico plural e diversificado e têm o objetivo de superar distorções sociais historicamente consolidadas”. Os autores consideram tal votação como ato histórico e que precede a ampliação das ações afirmativas para ingresso no ensino superior a nível nacional,

A Lei 12.711/2012<sup>20</sup>, popularmente conhecida como “Lei de Cotas”, foi sancionada no mesmo ano e dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, como o estabelecimento do percentual das vagas para alunos advindos de escolas públicas. No mesmo ano, também foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Com isso, as universidades federais passam a reservar 50% das vagas a pessoas que estudaram em escolas públicas, tendo como forma de ingresso o vestibular tradicional ou por meio do Sistema de Seleção Unificada – Sisu via Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Essas vagas são subdivididas sendo metade para

---

<sup>20</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm) Acesso em 17/02/2020

aqueles/as estudantes que além de egressos do ensino médio público também possuam renda até um salário-mínimo e meio *per capita* (por pessoa); metade para aqueles/as estudantes que são egressos do ensino médio público e possuam renda superior a um salário-mínimo e meio *per capita* (por pessoa). A legislação prevê que

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual a de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Além da reserva de vagas para os cursos de graduação, o Plano Nacional de Educação do MEC delineou como meta 14.5) implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado” (Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, p. 25).

As normativas legais citadas não são por si só, configuradas como políticas públicas, haja vista que houve um processo político que as precederam, fruto de intensos debates, discussões, estudos realizados pelas instâncias organizativas da sociedade civil - movimento negro - e governo, ensejando a inclusão de pautas específicas na agenda política, mas que o aparato jurídico-legal estabelece formalmente a emergência da constituição dessas políticas públicas de discriminação positiva, como é o caso das ações afirmativas. Assim, a TRC, em traz importante componente para reflexão quando pauta o compromisso com a justiça social, ao refletir que as cotas possuem relação direta com o acesso de pessoas negras ao ensino superior, o qual pode ser considerado um ganho de direitos civis.

Destaco que além do acesso e do ingresso, os cursos de mestrado e doutorado são bandeira de luta constantes. Desta feita, outras políticas atuam conjuntamente para fortalecer as políticas de igualdade racial na área da educação, inclusive na preparação que possibilitem grupos sub-representados acessarem a pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, conforme será abordado no próximo subcapítulo.

### **2.3. Pós-graduação no Brasil: breve ponderações sobre a origem e constituição**

Para abordar as ações afirmativas e cotas raciais para acesso e ingresso nos PPGs, retomo aspectos importantes da constituição da pós-graduação no Brasil.

Nos níveis de *stricto sensu* ou *lato sensu*, a pós-graduação no Brasil se constituiu como etapa seguinte ao ensino superior, portanto, somente pessoas que possuem diploma de curso superior de graduação podem cursá-los.

A pós-graduação *lato sensu* se refere a curso em nível de Especialização. oferecido por instituições de ensino superior e regulamentado pela Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007<sup>21</sup> a qual estabelece normas para o funcionamento desses cursos.

A Pós-graduação *stricto sensu* é regulamentada pela Resolução CNE/CES Nº 7, de 11 de dezembro de 2017<sup>22</sup> que estabelece normas para o seu funcionamento. Conforme a referida resolução, os PPGs são constituídos por cursos de mestrado e doutorado regulares, que pertencem ao Sistema Nacional de Pós-Graduação e são avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), bem como submetidos à deliberação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e homologados pelo Ministro da Educação (CNE/CES, 2017). Ainda, na resolução consta, no § 1º do Art. 1º que “Os cursos de mestrado e doutorado são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade”, inclusive, que possuem características diferenciadas no que tange a duração, complexidade, aprofundamento e natureza do trabalho de conclusão.

Dito isso, há registro que o surgimento dos programas de pós-graduação no Brasil data nos anos 1930, mas com longo período de fixação e reconhecimento.

Elizabeth Balbachevsky (2005) realizou estudo acerca da pós-graduação no Brasil, que ainda com a concepção de universidades como cátedras – ou seja, com único responsável pelas decisões institucionais, em geral, docente catedrático –eram regulamentadas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras. Esse continha determinações como os cursos que deveriam compor uma instituição para ser reconhecida como Universidade, quais sejam, Direito, Medicina e Engenharia, e deveriam ser reunidos sob a direção de uma reitoria, reforçando o já apontado no presente trabalho sobre a ocupação da academia pela elite branca masculina e hegemônica nesse espaço à época.

---

<sup>21</sup> Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007

<sup>22</sup>[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=78281-rces007-17-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78281-rces007-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192)



Esse modelo de universidade, fundado na visão eurocêntrica, que traz as bases do ensino superior no Brasil, graduação e pós-graduação, possuía inspiração francesa. Importante salientar que segundo Elizabeth Balbachevsky (2005), os docentes integrantes dos primeiros PPGs eram estrangeiros,

Em 1951 foi criado – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico o (CNPq) e a Fundação de Capacitação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), após a veiculação do Decreto nº 29.741/1951<sup>23</sup> assinado pelo então presidente Getúlio Vargas. No referido documento, foi prevista a criação de comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

Efetivamente, a regulamentação da pós-graduação *lato sensu*, voltada à formação de um profissional especializado em determinado ramo; e a *stricto sensu*, com objetivo essencialmente científico ocorreu somente 1965, quando o Ministério da Educação divulgou o parecer 977, cujo relator foi Newton Sucupira e ficou conhecido como Parecer Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação. (BRASIL, 2017).

A aprovação da pós-graduação a nível de mestrado e doutorado ocorreram intencionalmente, já que o projeto defendido pelos militares possuía forte orientação nacionalista e de superação da dependência econômica do país. Balbachevsky (2005) relembra que essa intencionalidade tinha relação com a percepção das potencialidades estratégicas do país possuir e institucionalizar s etapas avançada de formação e pondera que a expansão desse sistema representou “alternativa doméstica barata” para a qualificação dos professores das instituições de ensino federal, que estavam em período de expansão naqueles anos.

Em 1968, entrou em vigor a Lei 5.540, encarregada de regular o ensino superior no Brasil, fixando normas de organização e funcionamento, foi reconhecida como Lei da Reforma Universitária, pois inovou ao propor investimentos com a intenção de modernizar e expandir as universidades brasileiras. Tendo como foco principal a pós-graduação, adotou-se o modelo norte-americano em detrimento do modelo de cátedras, ou seja, as universidades passam a atuar em estrutura orgânica com base

---

<sup>23</sup> Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>



em departamentos de ensino e institutos de pesquisa. A intenção dessa remodelação foi impulsionar a economia e o desenvolvimento do país.

O primeiro processo de avaliação da qualidade dos cursos de pós-graduação brasileiros, ocorreu somente em 1976, quando a Capes foi encarregada de elaborar e atribuir notas aos PPGs.

De acordo com a Capes<sup>24</sup>, para que os cursos de pós-graduação estrito senso tenham garantia de qualidade de ensino, foram delineados critérios operacionais e normas para serem implantados, avaliados e desenvolvidos. Tais aspectos são abarcados nas avaliações realizadas pela CAPES acordo com as exigências previstas na legislação – Resolução CNE/CES nº 1/2001, alterada pela Resolução CNE/CES nº 24/2002, a qual estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

Em seu estudo, Balbachevsky (2005) faz ponderações - como a não consideração das características particulares da regionalidade onde as universidades estão inseridas, ou as características da população que as acessa<sup>25</sup> - acerca dos procedimentos adotados pela CAPES para realizar a avaliação dos Programas de Pós-graduação nas universidades brasileiras.

A autora aponta que nos anos 80 houve baixa procura dos cursos de mestrado e doutorado, situação a qual foi reflexo do período de estagnação vivido pelo ensino de graduação e, na década seguinte, voltaram a crescer. Balbachevsky (2005) relaciona tal fato a expansão da oferta de PPGs por instituições privadas, conjuntamente a maior exigência do mercado, principalmente após os anos 2000.

Paixão (2010), corroborando com o apresentado por Balbachevsky (2005) aponta que entre 1988 e 2008, foi identificado o crescimento exponencial de estudantes frequentando cursos de pós-graduação em 1,4% ao ano. De 49.911 discentes em 1988, houve o aumento para 325.907 em 2008.

Conforme as informações de 2020 do portal Sucupira<sup>26</sup>, atualmente são avaliados e reconhecidos pela Capes 4631 programas de pós-graduação no Brasil,

---

<sup>24</sup> Fonte: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/mestrado-e-doutorado-o-que-sao>

<sup>25</sup> Sobre os procedimentos adotados pela Capes para avaliação dos Programas de Pós-graduação no Brasil, consultar o link: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas>

<sup>26</sup> Fonte: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.xhtml>

sendo 1325 de mestrado acadêmico; 77 de doutorado acadêmico; 806 de mestrado profissional e 3 de doutorado profissional. Além desses, há registro de Programas de Pós-Graduação que possuem mestrado e doutorado conjuntamente (ou seja, no mesmo Programa), somando 2365 de mestrado e doutorado acadêmico e 55 que possuem mestrado e doutorado profissional.

A pós-graduação pode ser caracterizado como nível de ensino de natureza de produção de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, essencial para construção do sistema nacional de ciência e de tecnologia, portanto, espaço privilegiado para investigação científica.

Os cursos de mestrado e doutorado no Brasil, como já dito, são hegemonicamente e historicamente ocupado por pessoas brancas, em geral, elitizadas. A TRC tem, dentre os princípios, o desafio à ideologia dominante, desafia a meritocracia e defende a igualdade de oportunidades, buscando questionar os privilégios por parte dos grupos dominantes que marcam a sociedade (FERREIRA, 2014) e, essa ocupação hegemônica até então, vem sendo sucessivamente sido pautado e questionado por grupos sub-representados, especialmente no que se refere ao sistema de seleção.

Rosemberg (2013) indica que a sistemática da seleção para a pós-graduação depende do curso e nível e, em geral, possui fases como provas escritas de conhecimento relacionados ao Programa; prova ou apresentação de suficiência em língua(s) estrangeira(s); análise de currículo lattes; pré-projeto de tese ou dissertação; entrevista e/ou arguição. A autora considera competitiva a seleção para o ingresso na pós-graduação brasileira e ressalta que cada programa define o número de vagas a serem abertas, dependendo da quantidade de orientadores.

Por meio de movimentos sociais organizados, os quais reivindicam a representatividade na pós-graduação - à exemplo, o Movimento Social Negro - nos últimos anos são identificadas importantes iniciativas e aprovações de legislações que contribuem para a democratização do PPGs. Nesse sentido, o próximo tópico abordará como as ações afirmativas e as cotas raciais se relacionam na pós-graduação stricto sensu e aspectos importantes sobre a realidade da UFPR.

## 2.4. Ações afirmativas e cotas raciais na Pós-graduação

Nas últimas duas décadas, há registro de notável expansão da pós-graduação no Brasil, mas ainda é marcada pelas desigualdades raciais no seu acesso. Igualmente, é importante reconhecer os avanços que o Brasil teve nos últimos anos no que tange ao acesso e ingresso da população negra no Ensino Superior, conforme os dados já apresentados, bem como os sucessivos esforços dos movimentos sociais negros para que tais avanços se estendam ao pós-graduação *stricto sensu*. Nesse sentido, buscar o panorama nacional quanto a essa etapa do ensino acadêmico se faz preciso.

Anna Carolina Venturini (2019) expressa que desde 1999 foram identificadas iniciativas para implementar reservas de vagas nos cursos de mestrado e doutorado, sendo a Universidade de Brasília (UnB) uma das precursoras ao mencionar as desigualdades existentes no acesso à pós-graduação principalmente quanto às/aos/es estudantes negra/os/es. A autora aponta que, nesse sentido, desde a década de 1990, a desigualdade na representação de negras/os em cursos de mestrado e doutorado estavam em colocado em pauta, ainda que o debate fosse incipiente.

A implementação de cotas para reserva de vagas na pós-graduação *stricto sensu* partiu de iniciativas isoladas por meio de departamentos de universidades e/ou de PPGs. Segundo a autora, as ações afirmativas para ingresso em cursos de mestrado ou doutorado não foi constituída como política pública institucional de estímulo para acesso e ingresso da população negra na pós-graduação *stricto sensu* (VENTURINI, 2019).

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), foi a primeira Instituição de Ensino Superior que implantou, a partir de 2002, ações afirmativas tanto na graduação quanto nos programas de pós-graduação estrito senso, conforme identificado por Venturini (2019) em sua pesquisa.

Destaco que Rosemberg (2013) aponta que na mesma época, houve incentivo de criação de ações afirmativas em cursos de pós-graduação com a implementação de dois programas da Fundação Ford (FF) em parceria com a Fundação Carlos Chagas (FCC), sendo em 2001 o Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação e em o Programa de Dotações para Mestrado em Direitos Humanos no Brasil, criado em 2003.

Corroborando com o apresentado, Amélia Artes (2016, p.10) destaca que o Programa Bolsa antecipou uma resposta aos questionamentos de como incorporar estudantes oriundos de ingresso nos cursos de graduação por meio de ação afirmativa na pós-graduação. Segundo a autora, esse programa se posicionou estabelecendo uma metodologia com a intenção de possibilitar o acesso de pós-graduandos, com recorte racial, à cursos de mestrado e doutorado. Esses aspectos serão aprofundados no próximo tópico.

No que se refere às universidades públicas, a UNEB e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em nível nacional, foram as primeiras a adotar ações afirmativas de recorte racial, segundo Venturini (2019). A autora compreende que, apesar de o deslinde das políticas afirmativas tenha se dado se forma distinta em termos pauta na agenda governamental e difusão pelas instituições do país, as medidas de afirmação para ingresso na pós-graduação emergem juntamente com aquelas direcionadas ao ingresso em cursos de graduação.

Destaca que desde 2007 a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio do programa de Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-MN) debatia a política de ações afirmativas para pós-graduação e se tornou referência nesse aspecto. Descreve que em 2012, a política foi aprovada efetivamente, quando inseriu cotas raciais para ingresso em seu edital de seleção anual.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em 2014, confirmava a possível ampliação do sistema de cotas na pós-graduação e outras universidades federais como a UFAL, UFSC, UFPel e UFPA passam a oferecer reserva de vagas em alguns cursos de mestrado e doutorado, como Antropologia, Direito e Sociologia.

Venturini (2019) alega que seguidamente, a Universidade de Brasília (UnB), em 2015 adotou a reserva de vagas para negros em quatro PPGs, enquanto o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da mesma instituição ofereceu 50% das vagas da seleção do primeiro semestre de 2015 do mestrado a pessoas autodeclaradas indígenas ou quilombolas. Ainda no mesmo ano, a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI) passaram a contar com política afirmativa de cotas raciais em PPGs,

Concomitantemente, a Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG) teve atuação na articulação por meio da visibilidade e inclusão na agenda governamental e das universidades, quando pressionou a CAPES reivindicando inclusão de um item

de autodeclaração étnico-racial na Plataforma Sucupira (VENTURINI, 2019)

A Portaria nº 13/2016/MEC, a qual dispunha sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação e se constituiu como mais um dos mecanismos de ampliação da política de ações afirmativas nos Cursos de Pós-graduação e propôs novos diálogos étnico-raciais. Logo no Art. 1º, a redação preconiza que

As Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito de sua autonomia e observados os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, terão o prazo de noventa dias para apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas.

Venturini (2019) ainda reforça a hipótese de que essa portaria foi indutora e difusora das políticas de reserva de vagas para a população negra na pós-graduação, apesar de não vinculante. Em 2016, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM) aprovaram resoluções de reserva de vagas. No ano seguinte, mais 14 universidades passaram a contar com políticas afirmativas para ingresso na pós-graduação.

A autora informa que em 2018, o total de 19 universidades federais contavam com resoluções que dispunham sobre cotas na Pós-graduação: 1) Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por meio da Resolução nº 196/2002 do Conselho Universitário (CONSU), revogada e substituída pela Resolução nº 468/2007; 2) Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio da Resolução nº 07/2015 do Conselho Universitário (CONSUNI); 3) Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por meio da Resolução nº 010/2016 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE); 4) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio da Resolução nº 02/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; 5) Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio da Resolução nº 01/2017 do Conselho Acadêmico de Ensino; 6) Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), por meio da Resolução nº 176/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura; 7) Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por meio da Resolução nº 06/2017 do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação; 8) Universidade Federal de Tocantins (UFT), por meio da Resolução nº 14/ 2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CONSEPE; 9) Universidade Federal de Pelotas (UFPel) , por meio da Resolução nº 5/2017 do Conselho Universitário (CONSUN); 10) Universidade Federal

do Piauí (UFPI), por meio da Resolução nº 059/2015 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; 11) Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS), por meio da Resolução nº 08/2017 do Conselho Universitário (CONSUNI) e da Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (CPPGEC); 12) Universidade Federal de Roraima (UFRR), por meio da Resolução nº 02/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); 13) Universidade Federal de Sergipe (UFS), por meio da Resolução nº 59/2017 do Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE); 14) Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), por meio da Resolução nº 4/ 2017 do Conselho Universitário (CONSU); 15) Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), por meio da Resolução nº 39/2017 do Conselho Universitário da UNIFAP; 16) Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), por meio da Resolução nº 189/ 2017 do Conselho Universitário; 17) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); 18) Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por meio Resolução nº 7.200/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); 19) Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio da Resolução nº 58/2016 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) (VENTURINI, 2019).

Passando a análise para a UFPR, observa-se que não foi uma das universidades que tiveram resoluções aprovadas naquele momento. Vanali e Silva (2019) apontam que, assim como o panorama nacional, na Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi identificada a sub-representação de negros e negras nos programas de doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional. Essa pesquisa abordou tanto o corpo docente quanto o discente e identificou que muitos programas de pós-graduação desta universidade inexistem docentes autodeclarados negros. A presente pesquisa não visa se estender nas questões relacionadas no referido trabalho acerca do corpo docente da UFPR, mas ressalto aqui a importância de tal tema para conhecimento.

Os autores analisam que em 30 de outubro de 2017 havia 7.298 discentes inscritos nos 136 cursos de mestrado e/ou doutorado na instituição, sendo 526 no mestrado profissional, 3.876 no mestrado acadêmico e 2.896 no doutorado. Os autores, em sua pesquisa, destacam que, desse universo, apenas 827 discentes se autodeclararam como pessoa negra, sendo 653 de cor parda e de cor 174 preta.

Informam ainda que as desigualdades foram a observadas no que tange ao gênero e recorte racial das/os discentes de doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional na instituição.

Vanali (2019), em sua análise sobre o perfil das/os doutorandas/os, expõe que do total de 2.896 discentes, 1.209 se autodeclaravam como mulher branca; 907 como homem branco; 169 como homem negro e 134 como mulher negra. Assim, discentes se autodeclararam de cor branca ultrapassavam 73%, enquanto aqueles e aquelas que se autodeclararam de cor preta corresponderam a 2,07% e de cor parda somaram 8,39%, totalizando 10,4% de pessoas negras. Considerando o recorte sexo, a autora identificou que as mulheres brancas constituíam a maioria no corpo discente do doutorado, totalizando 42%. As mulheres negras representaram 4,6% do corpo discente dos cursos de doutorado na UFPR em 2017. Salaria que nos cursos tradicionais de maiores prestígios sociais, Medicina e Direito, inexistiu a representação de discentes que se declararam pretos/as nos programas de doutorado. Também pontua que em somente três dos nove programas de engenharia, encontra-se discentes pretas/os apenas em três: Engenharia Florestal, Engenharia de Alimentos e Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental. Em seus achados, Vanali (2019) aponta que o total de 15 programas de doutorado da UFPR não conta com a representatividade de alunas/os negras/os.

Já no mestrado acadêmico, as mulheres brancas mantiveram a maioria no montante total de 1.639 discentes, seguidas por homens brancos com 1.192, homens negros em terceiro lugar com 244 discentes e as mulheres negras com a representação de 229 discentes. Salaria que Vanali (2019) observou a ínfima presença de discentes negras/os nos cursos de Medicina (somente 1 mulher negra, autodeclarada de cor parda) e Direito (8 alunos/as negros/as, sendo 3 homens autodeclarados de cor preta, 2 de cor parda e 3 mulheres de cor parda). A autora informa que não identificou a presença de discentes pretas/os em 28 programas de mestrado acadêmico, dos 72 existentes na UFPR, sendo eles:

Administração, Agronomia, Assistência Farmacêutica, Bioinformática, Biologia Celular e Molecular, Ciência/Gestão e Tecnologia da Informação, Ciências (Bioquímica), Ciências Farmacêuticas, Comunicação, Design, Engenharia e Ciência de Materiais, Engenharia de Produção, Farmacologia, Física, Fisiologia, Genética, Matemática, Medicina Interna, Medicina Clínica, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Planejamento Urbano, Políticas Públicas, Química, Saúde da Criança e do Adolescente, Tecnologias de Bioprodutos Agroindustriais, Tocoginecologia, Turismo e Zootecnia (Vanali, 2018, p. 21)



Quanto ao mestrado profissional, observa que dos 526 discentes, 189 são mulheres autodeclaradas brancas, 131 homens brancos; 29 mulheres negras e 22 homens negros.

A autora conclui que, por meio dos dados coletados, foi possível identificar intensa desigualdade racial nos programas de pós-graduação da UFPR e compreendem, assim, que tais achados justificam a criação de políticas de ações afirmativas em outros níveis acadêmicos além da graduação.

Assim como a realidade identificada por Vanali (2019), sucessivos estudos apontam as desigualdades de acesso, permanência e conclusão desde a educação básica até o ensino superior - ou seja, na maior parte das etapas/níveis de ensino - por meio de indicadores acerca da distribuição por cor/raça e sexo na educação brasileira, denotando a defasagem educacional entre brancos e negros (ARTES, 2016; FCC, 2015; PAIXÃO et al., 2010; ROSEMBERG, 2013, SILVERIO, MEDEIROS, 2016) que apesar de ter diminuído significativamente nos últimos anos.

### **3. CURSOS PREPARATÓRIOS COMO POLÍTICA AFIRMATIVA PARA INGRESSO DE PRETOS E PARDOS NA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***

Os cursos de formação pré-acadêmica podem ser considerados uma ação afirmativa para acesso de pretos e pardos na pós-graduação *stricto sensu*. Tais cursos possuem a intencionalidade de fornecer e ampliar o repertório acadêmico científico de candidatos, candidatas e candidates, aos cursos de mestrado e/ou doutorado que fazem parte de grupos sub-representados nessa etapa de ensino acadêmico, preparando essas pessoas para a seleção em PPGs e visando condições equânimes para que estes participem de tais seleções.

Este capítulo contempla as experiências nacionais nos programas de formação pré-acadêmica no Brasil, está organizado de forma a discorrer sobre as origens desses cursos e nos desdobramentos que possuem, especificamente, aprofundando a atuação da UFPR. Para tanto, será apresentada o surgimento e trajetória dos cursos de Pré-Pós no Brasil, detalhado o Curso Pré-Pós UFPR e suas cinco edições.

#### **3.1 Origem dos cursos Pré-Pós e precursores no Brasil**

O Programa Bolsa, emergente na parceria entre a Fundação Ford, implementado como Internacional Fellowships Program (IFP) ocorreu concomitante em vinte e dois países. No Brasil, foi realizado em parceria com a Fundação Carlos Chagas e foi coordenado por Fúlvia Rosemberg, com o objetivo de conceder bolsas de mestrado e doutorado a pessoas de grupos sociais sub-representados no ensino superior.

Com vigência entre de 2001 a 2012, concedeu 343 bolsas a negros e indígenas de ambos os sexos, no Brasil, cujos contemplados expressaram no rigoroso processo seletivo sua capacidade de liderança e mobilização social (ARTES, UNDEBEHAUM, SILVÉRIO, 2016). Ressalto que o perfil de bolsistas visava atender grupos oriundos de camadas sociais economicamente desfavorecidas e vivência de poucas oportunidades educacionais. Rosemberg (2013) explana que, durante a vigência do programa, houve modificações em vários sentidos, mas as mais expressivas se referiram ao perfil das/os candidatas/os constante nos editais, à medida que verificavam a avaliação e resultados das seleções anteriores.

No Brasil, o público-alvo do IFP eram pessoas com as seguintes características:

- ser brasileiro/a ou estrangeiro/a portador/a de RNE (Registro Nacional de Estrangeiro), ambos/as com residência permanente no Brasil, residindo nesse país durante todo o período da seleção em curso;
- ter diploma de bacharel ou equivalente, tendo demonstrado qualidades acadêmicas durante a graduação;
- ter experiência em trabalho ou atividades relacionadas ao desenvolvimento de sua comunidade, grupo social, região ou país;
- pertencer a um ou mais dos grupos que, sistematicamente, têm tido acesso restrito ao ensino superior, ou seja:
  - ter nascido nas regiões Norte ou Nordeste ou Centro-Oeste;
  - identificar-se como negro/a ou indígena;
  - provir de famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais. *Caderno de Instruções. Seleção 2010* (ROSEMBERG, 2013, p. 14)

Com base nisso, é possível compreender que no público-alvo do Programa Bolsa estavam estudantes poderiam concorrer às vagas por sua identidade étnico-racial, oriundos de regiões específicas e/ou terem vivenciado questões sociais. Destaco também a indicação para que essas pessoas tivessem experiência em trabalho ou atividades relacionadas ao desenvolvimento de sua comunidade, grupo social, região ou país, o que denota que a intencionalidade do Programa ultrapassou as questões de titulação e parecia se preocupar com o retorno de produção de conhecimento para as comunidades de origem de estudantes participantes.

Artes et.al. (2016) informa que, dentro do programa, a orientação pré acadêmica teve destaque, pois oferecia formação instrumental a potenciais candidatos, candidatas e candidates e tinha por objetivo a preparação dessas pessoas para os processos seletivos para ingresso em PPGs. Dentre as atividades a serem realizadas, verifica-se a “de projeto de pesquisa, formação básica em língua estrangeira, aprimoramento da escrita acadêmica, informações sobre os processos de seleção e da cultura de pós-graduação” (Idem, p.12) e que o acompanhamento se seguia mesmo após a aprovação, seguindo até defesa da dissertação ou da tese. Por meio dessa experiência, surgiu a inspiração para a elaboração do programa Equidade.

Rosemberg (2013) afirma que posteriormente, o Treinamento Pré-Acadêmico (TPA) foi implementado e realizado de forma presencial no Brasil (30 bolsistas), nos EUA (3 bolsistas na Universidade do Texas) e no México (1 bolsista) e a distância, contemplando 246 bolsistas do Brasil. Esse projeto, iniciado em dezembro de 2010 e financiado pelo Escritório no Brasil da FF, foi inspirado no Treinamento Pré-acadêmico

IFP e disponibiliza recursos para que universidades brasileiras, que já dispõem de experiências de ação afirmativa na graduação, implementem cursos preparatórios para a seleção na pós-graduação.

Nesse sentido, é possível identificar que o IFP forneceu recursos para 71 bolsistas a serem contempladas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); 23 para a Universidade de São Paulo (USP); 14 para a Universidade Federal da Bahia (UFBA); 12 para Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Universidade Federal Fluminense (UFF); 11 para a Universidade de Brasília (UnB); 10 bolsas para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ); 8 para a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); 7 para a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); 6 para Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal do Ceará (UFCE); as Universidades Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) contaram com 5 bolsistas; A Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) contaram com 4 bolsistas; Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade de Sorocaba (Uniso), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) contaram com 3 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC- MINAS); a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) contaram com 2 bolsistas (ROSEMBERG, 2013, p. 51)

A autora ressalta que, diante da particularidade do cenário educacional do Brasil, o IFP se assumiu publicamente, desde a primeira seleção, como um programa com caráter de ação afirmativa. Rosemberg (2013) considera, assim, que isso trouxe uma marca identitária ao programa, que era o único de ação afirmativa na pós-graduação e que, por tal motivo, foram possibilitados a discutir, participar, contribuir e ampliar o debate sobre ação afirmativa no ensino superior no Brasil. Igualmente, menciona que aperfeiçoaram os conhecimentos e práticas no Programa internamente.

Devido ao êxito alcançado com o Programa Bolsa no Escritório do Brasil da FCC e da FCC, iniciaram a implementação de um novo projeto intitulado “Equidade na Pós-graduação”, que financiou universidades para implementarem cursos preparatórios à seleção na pós-graduação

Artes et al. (2016) descreve que, o programa Equidade na Pós-graduação, executado pela Fundação Carlos Chagas com financiamento da Fundação Ford, foi implementado em 2011. A partir de então, passou a financiar universidades para realização de programas de formação preparatória para a pós-graduação aos segmentos sociais sub-representados em cursos de mestrado e doutorado.

Segundo informações da FCC<sup>27</sup>, o Projeto Equidade (ou Programa de Dotações para Formação Pré-Acadêmica para seleção na pós-graduação), iniciou em 2011 e contou com a coordenação de Fúlvia Rosemberg até 2014. Posteriormente, a coordenação foi assumida por Sandra Unbehaum e Amélia Artes. Entre 2014 e 2018, o Projeto Equidade foi realizado em quinze universidades públicas e contou com equipe formada por Danielle Regina Oliveira, Tania Portela, Valter Silvério (UFSCar), André Lázaro (Flacso Brasil), Jesus Mena Chalco (UFABC). Teve como parceria a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso-Brasil, Universidade Federal do ABC (UFABC).

Segundo a descrição da página da FCC, entre 2015 e 2017 as então coordenadoras despontaram diversas atividades com objetivo de concluir a profícua parceria entre a FCC e a Fundação Ford no enfrentamento às desigualdades étnico-raciais no acesso ao ensino superior, a qual se iniciou com a já citado Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford (IFP) (2001-2012). Está destacado que no período de 2014 a 2018 a equipe se debruçou em três frentes:

- 1) avaliar o impacto do Programa IFP (International Fellowships Program, conhecido no Brasil como Programa Bolsa) e do Projeto Equidade na agenda das relações raciais, na mobilidade social das/os beneficiárias/os e no comprometimento político e social com a temática;
- 2) mapear as novas formas atuantes de associativismo negro nas questões étnico-raciais: sua caracterização, os obstáculos e os novos desafios que se apresentam para essa agenda; e

---

<sup>27</sup> FCC. **Programa de dotações para formação pré-acadêmica para seleção na pós-graduação (Projeto Equidade):** 2010 – 2018. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/fcc-pesquisa/programa-de-dotacoes-para-formacao-pre-academica-para-selecao-na-pos-graduacao-projeto-equidade> Acesso em 25/08/2021

3) propor e desenvolver um edital de pesquisa – Negras e Negras nas Ciências –, com vistas a estimular a realização de diagnósticos sobre a inserção dessa população no campo das ciências exatas e naturais. (FCC, s.d., n.p.)

Ainda, a FCC destaca em sua página *online* que o Projeto Equidade teve, dentre seus resultados, as publicações de coletâneas e artigos, apoiou cinco estudos selecionados pelo Edital Negras e Negros nas Ciências e a participação na organização do seminário realizado entre os dias 22 e 24 de agosto de 2017 e intitulado “Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar?” em São Paulo.

### 3.2 Curso Pré-Pós UFPR

O Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR integra a ação Escola Democrática da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), através do GT-21 Educação e Relações Étnico-Raciais e GT-23 Gênero, Sexualidade e Educação e é concebido como um curso de extensão. Como objetivo, o Pré-Pós busca viabilizar a existência de condições equânimes para pessoas que tenham intensão em realizar um curso de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e façam parte de grupos sub-representados na pós-graduação brasileira.

Assim, tem como fundamento, preparar candidatas, candidatos e candidates à cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) oferecendo orientação e formação. Na descrição de seus demais objetivos, estão descritos:

- Contribuir para que os candidatos adquiram condições de acesso à pós-graduação para maior equidade e diversidade no mestrado e doutorado;
- Estimular pessoas provenientes de segmentos sociais sub-representados no ensino superior a prosseguir os estudos, como estratégia para o aprimoramento profissional;
- Promover a diversificação de áreas de conhecimento frequentadas no mestrado ou doutorado por pessoas que provêm de segmentos sociais sub-representados no ensino superior para além daquelas tradicionalmente escolhidas;
- Institucionalizar experiências de formação preparatória para o processo seletivo no mestrado e doutorado no contexto de práticas de ação afirmativa;
- Atender a candidatos e candidatas que se autodeclararam como negro/a ou indígena; egresso/a de programa de ação afirmativa no ensino superior, na modalidade de cotas ou bônus; quilombolas e povos do campo; pessoas com deficiência; surdos/as; travestis, transexuais e comunidade LGBTTT; e que pertençam a grupos de vulnerabilidade socioeconômica. (SIPAD/UFPR)

Verifico, assim, que o Pré-Pós é uma ação afirmativa que dá elementos para que pessoas que façam parte de grupos sub-representados na pós-graduação *stricto sensu* possam concorrer ao ingresso em Programas de mestrado e/ou doutorado, com equidade e diversidade. Mas não se restringe a questões individuais. Há também objetivos específicos coletivos, como a busca pela diversificação de áreas de conhecimento, que denotam o caráter de internalização das práticas já realizadas pela SIPAD e NEAB como o Pré-Pós.

O Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR está em sua quinta edição. A primeira foi realizada em 2013, a segunda em 2017, a terceira em 2019, a quarta em 2020 e, a atual, em 2021.

A primeira edição do curso formação para a pós-graduação em 2013, integrante do projeto Equidade na Pós-Graduação e foi realizada pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) por meio do processo de formação pré-acadêmica para pós-graduação. Na primeira Edição, o curso ofertou o total de 95 vagas, divididas em três turmas. Paulo V. B. da Silva e Josafá Moreira da Cunha (2016) mencionam que os meios de divulgação aberta e dirigida do curso, visando dar amplo conhecimento do edital, foi veiculado pelo site da UFPR e do Neab-UFPR, chamada na TV UFPR, redes sociais, transmissão via lista de e-mails na ocasião.

Silva e Cunha (2016) referem que três turmas inicialmente atenderiam 75 cursistas, sendo 25 em cada uma, porém, verificou-se a necessidade de ampliação de vagas e totalizou 95 participantes. As inscrições somaram 166 pessoas interessadas, sendo a maior parte dessas mulheres negras no (quantitativo de 116 pessoas). Os autores destacam que esse grupo representou 67% dentre as pessoas aprovadas na seleção, assim como era maioria dentre as inscritas.

Em 2017 a segunda edição foi realizada com o financiamento do Ministério da Educação, realizado pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e com a participação da UFPR por meio da Coordenação de Políticas Inovadoras de Graduação (CEPIGRAD) e do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) e contou com turma no Campus Curitiba, com bem como na Comunidade Quilombola de João Surá em Adrianópolis/PR, com aulas nas modalidades de Educação à distância (EaD) e presencial.

Tania Aparecida Lopes e Lucimar Rosa Dias (2020) no artigo “Mulheres Negras Rumo à Pós-Graduação: relatório sobre aspectos sociais de mulheres negras



matriculadas no Curso de Formação Pré-Acadêmica, afirmação na Pós UFPR (2017)” fazem análise sobre o perfil das cursistas negras participantes do Pré-Pós em 2017.

Segundo a análise das autoras, foram identificadas o total de 173 inscrições em Curitiba, sendo 83 mulheres negras. O total de 79 mulheres autorizaram o uso das informações pelas autoras, portanto, o perfil das cursistas considerado foi com esse recorte.

Lopes e Dias (2020), em seus achados, apontam que a maioria dessas mulheres (42 inscritas) residem com familiares e refletem sobre a possibilidade de grande parte dessas mulheres ocuparem a posição de chefes de família, para além da função de cuidados, tendo ainda a condição de sustento. Nesse sentido, verificam que a maioria das mulheres negras realizam atividade remunerada o que sugere uma possível responsabilidade com a chefia de suas famílias.

Ainda, 46 dessas mulheres informaram solteira como estado civil, ou seja, 65,82%. Sobre isso, as autoras fazem a reflexão acerca da importante questão da solidão da mulher negra, quando consideradas as categorias raça/cor e gênero e que tal fator afeta mais as mulheres negras do ponto de vista de sua exclusão afetiva-sócio-cultural.

Destacam que as mulheres negras têm, sucessivamente, ultrapassado limites de um sistema educacional que se estrutura de forma desigual e excludente. Retratam as ações afirmativas, como as que visam a aumentar o acesso da população negra, especificamente, de mulheres negras aos programas de pós-graduação, bem como aquelas que contribuem para colaborar com a ampliação e busca por melhores condições de permanência, nos referidos programas, impactam diretamente na desestruturação do racismo brasileiro à medida que os grupos até então sub-representados passam a ocupar esses espaços.

Um adendo necessário de se fazer é quanto a criação da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (Sipad)<sup>28</sup> em 29 de novembro de 2017, cuja vinculação é diretamente ao Gabinete da Reitoria. Como objetivo geral, a SIPAD define “transformar a cultura universitária, por meio da consolidação e criação de políticas que promovam os direitos humanos, a diversidade e a diferença na comunidade universitária” (SIPAD, 2017). Ainda, conforme a resolução Nº 34/17 –

---

<sup>28</sup> Informações disponíveis no link: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/superintendente-fala-sobre-trajetoria-e-atuacao-da-sipad-ufpr/>

COPLAD<sup>29</sup>, a qual aprovou o Regimento da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) da Universidade Federal do Paraná. Em seu artigo 2º, conta a seguinte redação:

A SIPAD tem como missão propor, fortalecer e concretizar políticas de promoção de igualdade e da defesa de Direitos Humanos, visando o desenvolvimento de ações afirmativas; do reconhecimento da diferença e da diversidade; do atendimento aos direitos de pessoas com necessidades especiais, com deficiência, altas habilidades/superdotação, surdos/as, negros/as, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, povos do campo, mulheres, LGBTI+s, migrantes, refugiados/as, solicitantes de refúgio ou portadores/as de acolhida humanitária, apátridas e outros grupos histórica e socialmente subalternizados, no âmbito acadêmico, pedagógico e institucional da comunidade da UFPR.

Nesse sentido, a SIPAD passa a coordenar o curso Pré-Pós, por meio da por meio da Coordenadoria de Políticas Afirmativas (CPA) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB).

Em 2019 teve terceira edição do Curso de Formação para a Pós-graduação, com início no mês de maio de 2019 e contou com aulas ministradas nas dependências da UFPR – Curitiba/PR. Conforme os dados compilados por Maysa Ferreira da Silva e Wilker Solidade (2020) no documento “Relatório curso Pré-Pós turma 2019” gentilmente disponibilizado pela SIPAD/UFPR, é possível identificar que esse processo seletivo, regido pelos Edital nº 01/2019, teve o total de 109 inscrições e, dessas, efetivou 78 matrículas e 54 pessoas participaram das aulas. O processo de seleção constitui-se de duas etapas, sendo a primeira a análise da documentação solicitada e carta de apresentação e a segunda o comparecimento na aula inaugural. Importante ressaltar que a etapa de análise das cartas de apresentação não são/foram eliminatórias ou classificatórias no processo seletivo.

Feitas as considerações acerca dos processos seletivos anteriores, inicio agora os apontamentos sobre ano de 2020. Para falar de qualquer evento que tenha ocorrido a partir de 2020 até o momento, é inevitável e imprescindível contextualizar a conjuntura de saúde nacional e mundial. O estado de pandemia Covid-19, causado pelo coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2), foi declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. O cenário

---

<sup>29</sup> Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD) é o órgão normativo, consultivo e deliberativo da Administração Superior da Universidade Federal do Paraná,

mundial demonstrou o índice de alta mortalidade em decorrência da doença, com o quantitativo de mais de 4 milhões de vidas perdidas.

Considerando as características particulares do país, o qual possui altos índices de desigualdade social, racial, de gênero, geográfica, geracional; Emanuelle Goes, Dandara Ramos e Andrea Ferreira (2020) destacam que o contexto pandêmico combina a condições desiguais determinadas pelo racismo estrutural e institucional e se explicita por meio das condições objetivas de saúde da população negra que, conforme os dados, ainda possui menor acesso aos serviços de saúde e se apresenta como maior proporção entre as populações vulneráveis.

Nesse sentido, as autoras salientam que, dentre as medidas indicadas pelas autoridades sanitárias para conter o avanço da doença, ficou estabelecido o distanciamento social ou *lockdown* – confinamento – e ponderam que tal medida não se configura como um privilégio de todos, pois no Brasil, pessoas negras “representam a maioria dos trabalhadores informais, de serviço doméstico, comercial, da alimentação, transporte, armazenamento e correio, que se mantiveram ativos, mesmo durante a pandemia” (GOES, RAMOS, FERREIRA, 2020, p. 04).

Para além do citado pelas autoras, há de se considerar o contexto político e econômico do Brasil, reforçando que as medidas recomendadas por organismos de saúde internacionais foram, repetidamente, negadas e/ou ignoradas pelo governo brasileiro, chegando a quase 600 mil mortes e, conforme o Painel do Coronavírus da OMS (COVID-19)<sup>30</sup>, o país que o 5º no ranking de países com maior número de falecimentos por Covid-19 no mundo, proporcionalmente, por milhões de habitantes.

Diante da situação de pandemia, a UFPR suspendeu as atividades letivas acadêmicas presenciais a partir de 15 de março de 2020. Por tal motivo, a quarta edição do Pré-Pós em 2020 aconteceu na modalidade exclusivamente remota. Foram ofertadas três turmas, sendo uma no primeiro semestre e duas, no segundo.

A veiculação do Edital 01/2020 do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós UFPR aconteceu em maio de 2020. Foi uma chamada pública para seleção de ex-participantes dos cursos Pré-Pós oferecidos pela UFPR para realizar curso de escrita de projeto de pesquisa no formato educação a distância, desde que não estivessem matriculados em curso de Pós-Graduação e contou com 169 vagas.

---

<sup>30</sup> Disponível em <https://covid19.who.int/table> acesso em 30/08/2021

O Edital nº 08/2020 EDITAL N° 08/2020 abriu a chamada pública para seleção de cursista do curso Pré-Pós turma 2/2020, inicialmente para 60 vagas, mas diante do contexto pandêmico, foi ampliado 4 e o total de inscritos na seleção da turma 2 foi de 398 pessoas. Saliento, nesse sentido, que a modalidade remota permitiu a inscrição de estudantes de várias regiões do país, configurando uma inovação no curso Pré-Pós, visto que suas edições anteriores as aulas eram ministradas de forma presencial, portanto, limitava a participação às pessoas residentes em Curitiba, litoral paranaense e/ou regiões próximas (e, conforme já citado anteriormente, contou com turmas quilombolas e as aulas eram realizadas *in loco*). A efetivação das matrículas no Curso Pré-Pós foi vinculada à participação e o cumprimento integral de cinco etapas iniciais.

A terceira turma estava vinculada à chamada pública para seleção de cursista do Edital nº 09/2020, exclusivamente para pessoas residentes do litoral Paranaense. Igualmente a turma 2, foi prevista inicialmente 20 vagas, mas preenchidas 52.

A primeira etapa da seleção da turma 2/2020, que é o objeto de estudo da presente pesquisa, foi a participação na aula inaugural realizada em 12 de setembro de 2020. Seguidamente, a participação em palestra temática do dia 19 de setembro de 2020 se configurou como a segunda etapa do processo seletivo.

Na terceira etapa, ficou estabelecido a necessidade da realização do curso de Língua Portuguesa, em plataforma virtual, com apresentação de certificado. Seguidamente, como quarta etapa, a participação em minicurso de Ambientação da Plataforma Moodle em 26 de setembro de 2020 foi solicitada.

Por fim, era necessária a realização integral as atividades do Módulo I na plataforma UFPR Virtual como quinta e última etapa. Foram aprovadas o total de 253 pessoas para cursar o Pré-Pós na turma 2/2020 e a pesquisa quantitativa dessa dissertação contou com os dados de 152 concluintes.

#### **4. MULHERES NEGRAS NO PRÉ-PÓS UFPR**

O presente capítulo foi pensado e organizado de forma intencional, com objetivo de, inicialmente, apresentar as vinte mulheres negras interlocutoras da presente pesquisa, as quais foram cursistas do Pré-Pós turma 2/2020 da UFPR. O objetivo dessa escolha metodológica foi aproximar as pessoas leitoras do perfil auto descritos pelas interlocutoras, trazendo assim também materialização para os dados quantitativos que serão apresentados na segunda parte do presente, por meio da análise de dados quantitativos.

Por fim, na terceira parte do capítulo, a análise qualitativa será realizada por meio das cartas de apresentação dessas 20 mulheres, conforme previamente autorizado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Com a finalidade de complementar as informações, foi-me concedido o acesso às escritas autobiográficas das interlocutoras que se dispuseram a colaborar com a pesquisa. Considero importante justificar o motivo de não constar a totalidade de escritas autobiográficas dentre as análises: somente 8 mulheres, das 20 interlocutoras, realizaram a escrita na oficina denominada “Escrita Criativa”, portanto, não foi uma atividade obrigatória para a totalidade das pessoas que cursaram e concluíram o Pré-Pós na turma 2/2020. Acerca daquela faltante para integrar a totalidade das mulheres que produziram a escrita autobiográfica, uma delas não autorizou a sua utilização no termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e confirmou tal escolha por meio de e-mail enviado espontaneamente a mim. Assim, tivemos acesso ao total de 7 escritas autobiográficas, as quais foram analisadas no item 4.3 do presente capítulo.

##### **4.1. Apresentação das interlocutoras da pesquisa**

As Cartas de Apresentação foram elencadas como documentação necessária para o processo de inscrição das pessoas interessadas em participar da turma 2 de 2020 do curso Pré-Pós. Conforme o Edital, 08/2020, a carta deveria conter a) informações como o nome da pessoa que estava se candidatando; b) as razões que ensejaram a procura pelo curso, abarcando aspectos de seu histórico de vida e

trajetória acadêmica, participação em movimentos socioculturais; c) a intenção de pesquisa.

Nesse sentido, os dados para a pesquisa qualitativa foram coletados pela SIPAD quando as interlocutoras se inscreveram na Turma 2/2020 do Pré-Pós UFPR. A SIPAD forneceu as cartas de apresentação das mulheres que me autorizaram a acessá-las, por meio do preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO I).

Tais cartas se configuram como fontes primárias, pois foram redigidas pelas próprias mulheres, considerando assim narrativas (auto) biográficas. Nesse sentido, trazem relatos de vida, experiências, as raízes dessas mulheres, bem como sinalizam quando aos processos de resistência, superação (individual e coletiva).

Recorro às narrativas (auto)biográficas para responder às perguntas: Quais são as raízes (ancestralidade, relações familiares e de parentesco) que as mulheres negras concluintes do Programa Pré-Pós possuem? O que as narrativas revelam sobre as vivências, sobrevivências, superações e resistências dessas mulheres?

Como técnica de análise de dados, será empregada a análise por meio da Teoria Racial Crítica (FERREIRA, 2014). Para esse momento, o princípio 5 da TRC permeará a análise das narrativas autobiográficas das mulheres negras interlocutoras da presente pesquisa. Conforme a autora, esse se refere a centralidade do conhecimento experiencial, por meio do reconhecimento do valor dos conhecimentos empíricos das pessoas negras “solicita, explicitamente, analisa e escuta as experiências vividas das pessoas de cor através de métodos contranarrativos “counterstorytelling”, tais como “histórias de família, parábolas, depoimentos e crônicas” (FERREIRA, 2014, p. 243).

O critério de elegibilidade utilizado para selecionar as pessoas interlocutoras da presente pesquisa foi, além do recorte de gênero e raça, ou seja, mulheres negras que foram aprovadas em todas as etapas do processo seletivo e concluíram o Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós UFPR na Turma 2 de 2020, a resposta ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme o ANEXO I, por meio do Google Docs para as mulheres negras inseridas do grupo supracitado.

As mulheres que contribuem com a minha pesquisa, portanto, são aquelas que consentiram e concordaram em participar da presente pesquisa e enviaram o TCLE

devidamente identificado e assinado digitalmente perfazendo o montante de 20 mulheres, das 92 que concluíram o curso Pré-Pós.

Com o intuito de preservar a identidade das interlocutoras, informei acerca do anonimato automático da pesquisa, todavia, abri a possibilidade de, caso assim desejassem por conta de lutas identitárias pessoais, poderiam se identificar. O total de 12 interlocutoras optaram por permanecer como interlocutoras anônimas e 08 mulheres optaram por se identificar. A escolha de deixar aberta a identificação dessas mulheres se deu por conta das lutas identitárias que parte dessas mulheres.

Aquelas que optaram por permanecer anônimas, serão identificadas pelo nº atribuído à sua carta de apresentação. Início as apresentações com a minha carta de apresentação (auto)biográfica:

*Sou Graciele, 31 anos, tenho em minha ancestralidade, a resistência do povo negro. Sou neta de uma mulher preta, paranaense, empregada doméstica e lavadeira a qual ouviu as histórias e viu as marcas de seus pais resistentes a processos de escravização na região de Castrolanda/PR (apesar de essas serem proibidas aos netos) e de um homem branco, natural Imbituva/PR, mecânico, filho de imigrantes poloneses. Esses são meus avós paternos; meu pai, pardo, natural de Ponta Grossa/PR, vivenciou uma infância com poucos recursos e iniciou seu trabalho ainda nessa, concluiu o ensino médio também em um ato de resistência a tudo que lhe era ofertado à época. Sou também neta de um homem preto, mineiro, dele pouco sei, pois, o que tenho conhecimento é que fugiu do trabalho nas minas localizadas no triângulo mineiro, migrou para o Paraná muito jovem e faleceu quando minha mãe contava com apenas 6 anos de idade, era casado com uma mulher branca, a qual é fruto de uma relação entre uma mulher indígena e um homem italiano. Minha mãe, apesar dos traços fenóticos, é reconhecida socialmente como mulher branca; também vivenciou infância com poucos recursos. Meus pais, sensivelmente, sempre fortaleceram nossa identidade e valorizaram nossos traços e fios particulares. E essas são as minhas raízes. Sou Mulher Cis, autodeclarada parda, advinda de Grupo Pessoa Negra, grupo de vulnerabilidade socioeconômica e Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais, estudei em escola pública durante toda a minha trajetória escolar, morei durante a infância na Cidade Industrial de Curitiba – CIC, adolescência e parte da vida adulta no Bairro Alto, dois bairros periféricos de Curitiba. Concluí o curso de Serviço Social numa instituição privada com bolsa do ProUni, trabalhando durante o dia, estudando durante a noite. Mesmo sendo*



*a 4ª filha de uma prole formada por 5, fui a primeira entre nós a me graduar. Mais do que isso, fui a primeira pessoa, tanto da família paterna quanto da materna, a concluir a graduação. Com uma trajetória breve, mas não trivial ou furtada de percalços, considero-me uma mulher negra que obteve ascensão social por meio das Políticas Públicas de acesso ao Ensino Superior forjadas na década de 2000. Igualmente, tive a possibilidade de realizar concursos públicos para a área de Serviço Social e ser nomeada em alguns deles, tanto na esfera estadual quanto na federal. Após a nomeação como cotista racial, iniciei minha trajetória profissional como Assistente Social da Universidade Federal do Paraná, onde tive grandes aprendizados e me possibilitaram a aproximação com a academia. Esse espaço foi, desde a graduação, muito almejado e caro a mim, todavia, assim como várias de nós, precisei adiar os planos devido a necessidade de ingressar no mercado de trabalho e auxiliar financeiramente a minha família. Ao retornar ao espaço universitário, dessa vez como profissional concursada, fui convidada por uma amiga de trabalho a assistir uma aula do Pré-Pós 2017 e, por meio dessa, encorajada a participar da seleção no ano de 2018, para ingresso no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná – PPGE e aqui me encontro. Atualmente, sou servidora pública estadual, atuo como Assistente Social Judiciária e integro o quadro de servidoras no Tribunal de Justiça do Paraná, sou casada, resido com familiares (marido e filho de 1 ano e 10 meses).* (Narrativa de experiência pessoal – Graciele Alves Babiuk)

Para apresentar as características demográficas das entrevistadas, optei por contar primeiramente a minha apresentação na mesma perspectiva que apresentarei as colaboradoras a seguir, com intuito de aproximar nossas histórias, que apesar de individuais, coletivizam-se nas narrativas:

A Interlocutora da Carta de Apresentação 1 optou por não se identificar, 29 anos à época do curso, é uma mulher autodeclarada de cor preta, mulher cis, solteira, reside com familiares, possui renda per capita familiar na faixa de 2 a 4 salários-mínimos, realizou a educação básica em Escola Pública e a concluiu a graduação em Instituição Privada com Bolsa e almejava se inserir Mestrado em Educação da UFPR. Sua expectativa em cursar o pré-pós era “*A ampliação de conceitos e estruturação da metodologia científica para o almejo de uma possível bolsa*”.

A Interlocutora da Carta de Apresentação 2 optou por se identificar como Ariana, 36 anos, mulher bissexual, autodeclarada de cor preta, solteira, reside com o filho (criança ou adolescente), com renda até 2 salários-mínimos. Ariana estudou em

escola privada sem bolsa e concluiu a graduação em Instituição Pública Federal e objetiva cursar mestrado em Educação ou Geografia na UFPR. Expõe que sua acredita que “O curso PRÉ-PÓS, torna-se uma ferramenta de abertura às dúvidas que poderão ser sanadas, compartilhadas e desenvolvidas, ampliando as possibilidades na promoção às continuidades dos saberes, seja para a área da Geografia ou da Educação.”

A interlocutora da Carta de Apresentação 3, Conceição, 34 anos, escolheu se identificar. Autodeclarada de cor preta, mulher cis, solteira, possui renda de até 2 salários-mínimos, reside com familiares e cita o estado do Maranhão como sua referência. Estudou a educação básica em Escola Pública, cursou a graduação em Instituição Pública Federal, possui pós-graduação. Lato sensu (Especialização). Tem como objetivo cursar Mestrado na área das Ciências Sociais. Cita que suas expectativas quanto ao Pré-Pós foi *“contribuir para ampliar meus conhecimentos sobre as etapas metodológicas de elaboração de um Projeto de Pesquisa para melhor concorrer a uma vaga de mestrado em uma Universidade Pública”*.

A interlocutora da Carta de Apresentação 4, preferiu se manter anônima, tem 35 anos, se autodeclara como mulher preta, mulher cis e seu estado civil selecionou a opção “outro”. Sobre os grupos de identificação, marcou as seleções “Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, Grupo de vulnerabilidade socioeconômica, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais”. Conta que reside com familiares, possui renda de até 2 salários-mínimos, concluiu a Educação Básica em escola pública e a graduação em Instituição Pública Federal. Objetiva ingressar no mestrado do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva e acreditava que o Pré-Pós a auxiliaria com “Técnicas de produção de conteúdo/confiança/Metodologias de pesquisa”.

A interlocutora da Carta de Apresentação 5, escolheu se identificar como Elisandra, 42 anos, mulher cis, autodeclarada preta, solteira, mora com familiares – em sua narrativa, observou-se que é mãe de um casal de jovens, possui renda de até 2 salários-mínimos, frequentou a educação básica na Escola Pública e a graduação em instituição Pública Federal e tem objetivo de se inserir em PPG no estado do Maranhão, deseja, portanto, que com o curso Pré-Pós “construir um bom projeto para ser aceito e mostrar sua relevância em ser aceito. Construir o referencial teórico. Penso ser umas das partes mais difíceis do projeto”.

A interlocutora da Carta de Apresentação 6, identificada como Eliza, 35 anos, é mulher Cis, autodeclarada de cor negra, divorciada, reside com familiares - em sua narrativa, observou-se que é mãe de um casal de crianças - com renda de 2 a 4 salários mínimos, é advinda de educação básica em Escola Privada com Bolsa e ensino superior em Instituição Privada sem Bolsa na cidade de Curitiba/PR, possui pós-graduação Lato sensu (Especialização) e desejava ingressar no curso de Mestrado Direito/UFPR com objetivo de cursar o Pré-Pós para “Auxílio no direcionamento do estudo e na elaboração do pré-projeto”.

A interlocutora da Carta de Apresentação 7, optou por não se identificar, mulher, autodeclarada de cor parda, casada, reside com familiares e possui dois filhos, tem renda de até 2 salários-mínimos, frequentou a educação básica em Escola Privada sem Bolsa e a graduação em Instituição Privada sem Bolsa no estado de MG. Apontou seu desejo quanto ao ingresso no curso de doutorado em linguística e literatura e buscou o Pré-Pós com a finalidade de auxiliar na “Elaboração de projeto”.

A interlocutora da Carta de Apresentação 8, identificada como Glauce, 32 anos, Mulher Cis, autodeclarada de cor preta, solteira, reside com familiares, tem renda de 2 a 4 salários-mínimos, a educação básica foi realizada em Escola Pública e a graduação foi realizada em Instituição Pública Federal no estado do RJ. A interlocutora cursou pós-graduação Lato Sensu e deseja se inserir em curso de mestrado. Sobre as expectativas, delineia que *“Entendo que o curso de formação acadêmica é uma ferramenta essencial para que eu possa me preparar e organizar bem para todas as etapas que um Programa de Mestrado exige. Tenho tentado há um tempo esse caminho acadêmico com intuito de materializar uma pesquisa relevante e potente. O processo seletivo de mestrado nos desafia a dominar conhecimentos que nos foram negados ao longo de uma trajetória escolar precarizada. Como mulher negra, sinto necessidade de um dia alcançar este espaço e produzir novas narrativas para contribuir com a resistência de nossas memórias”*. Ademais, faz parte dos grupos, Pessoa Negra, Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais “.

A interlocutora da Carta de Apresentação 9 também optou por não se identificar, 31 anos, Mulher Cis, autodeclarada de cor preta, solteira, reside com familiares – é mãe de duas crianças, de 10 e 3 anos - trabalha, possui renda de 2 a 4 salários-mínimos, realizou a educação básica em Escola Pública e a

graduação em Instituição Privada sem Bolsa. Considera fazer parte do grupo de Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais, deseja se inserir no curso de Mestrado em Direito do Programa de pós-graduação em Direito da UFPR. Acredita que por meio do Curso Pré-Pós conseguirá *“Me aproximar do ambiente de pesquisa, me permitindo conviver com quem tem experiência em pós-graduação stricto sensu. Me ajudar em desafios de leituras, reflexões e desenvolvimento de texto que são básicos para poder ingressar no mestrado e que são deficitários na minha formação até então”*.

A interlocutora da Carta de Apresentação 10, **Joseane**, 48 anos, a qual escolheu se identificar, autodeclarada de cor parda, Mulher Cis, divorciada, se identifica nos grupos “Pessoa Negra, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais”, reside sozinha, exerce atividade remunerada e tem renda de de 2 a 4 salários-mínimos. Sua educação básica foi realizada em Escola Pública, enquanto a graduação em Instituição Pública Estadual e possui pós-graduação Lato sensu (Especialização). Deseja ingressar no Mestrado História da Arte UFPR ou História da Arte da Unespar e acredita que o Curso Pré-pós *“Poderá contribuir para a elaboração e preparação do projeto de pesquisa”*.

A interlocutora da Carta de Apresentação 11 preferiu não se identificar, possui 31 anos, mulher cis, autodeclarada de cor parda, solteira, reside com familiares, possui renda de até 2 salários-mínimos. A educação básica foi realizada em Escola Pública e a graduação em Instituição Pública Federal e já cursou mestrado em Psicologia. Almeja o ingresso no programa Doutorado em psicologia na Universidade de Brasília - UnB ou UFPR. Sua expectativa com relação a participação no curso de Pré-pós, apontou que *“me ajudará na escrita do meu projeto de pesquisa para o doutorado e de artigos que ainda estou terminando de escrever e preciso publicar”*. Demarcou que se identifica com os grupos Pessoa Negra, Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, Pessoa Transexual, travesti e/ou da comunidade LGBTI, Grupo de vulnerabilidade socioeconômica, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais.

A interlocutora da Carta 12, optou por não se identificar, 25 anos, Mulher Cis, autodeclarada de cor preta, solteira, reside com familiares, com renda de 2 a 4 salários-mínimos, frequentou a educação básica em Escola Pública e cursou a graduação Instituição Pública Estadual, a qual indicou ter concluído no estado da

Bahia. Tinha em vista o ingresso em PPG em Geografia. Indicou fazer parte dos grupos Pessoa Negra, Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, Grupo de vulnerabilidade socioeconômica, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais. Sobre suas expectativas no curso Pré-Pós, informou que gostaria de auxílio “*Na produção do projeto para ingresso no curso*”.

A interlocutora da Carta 13 preferiu não se identificar, 41 anos, Mulher Cis, autodeclarada de cor parda, casada, reside com familiares, possui renda de 2 a 4 salários-mínimos. Realizou educação básica em Escola Pública e a graduação em Instituição Pública Federal, possui pós-graduação Lato sensu (Especialização) e tem como objetivo cursar o Mestrado no Programa de Pós-graduação em Engenharia Biomédica da UTFPR, tendo como expectativa no Pré-Pós “*contribuir para aprendizagem de elaboração de projetos de pesquisa e busca de informações científicas relevantes*”. Identifica-se com os grupos Pessoa Negra, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais.

A interlocutora da Carta 14, Luana, 31 anos, Mulher Cis, autodeclarada de cor Preta, solteira, reside com familiares, possui renda de até 2 salários-mínimos, cursou a educação básica em Escola Pública e a graduação em Instituição Pública Federal (BA) e deseja ingressar no mestrado em Linguística e Literatura e a expectativa é que o curso auxilie na “*Leitura e Produção de Texto em Língua Estrangeira e preparação de projeto*”. Ainda, se identifica com o grupo de Pessoa Negra, Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, Grupo de vulnerabilidade socioeconômica, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais.

A interlocutora da Carta 15 optou por não ser identificada, conta com 34 anos, Mulher Cis, Preta, casada, reside com familiares, renda de 4 a 6 salários-mínimos. A educação básica foi realizada em Escola Pública e o Ensino Superior em Instituição Pública Federal (Pará) e pleiteia uma vaga no mestrado em Direito. Acredita que o curso Pré-Pós será “*fundamental para conhecer o funcionamento e desenvolver habilidades*”.

A interlocutora da Carta 16 preferiu ficar anônima, 37 anos, mulher cis, autodeclarada de cor preta, solteira, identifica-se como parte do grupo de Pessoa Negra, Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais. Possui

renda de 4 a 6 salários-mínimos, adveio da educação básica de Escola Pública e cursou a graduação em Instituição Privada com Bolsa, bem como possui pós-graduação Lato sensu (Especialização). Deseja cursar mestrado em história e acredita que *“O curso pode contribuir para o desenvolvimento da escrita do projeto, me instrumentalizar para poder concorrer de forma igual com demais candidatos, tentei duas vezes com pouca ajuda e não consegui passar nos processos, o curso me ajudará a desenvolver minha ideia, a forma, e maneira de alcançar esse objetivo que é ser mestre”*.

A interlocutora da Carta 17, 28 anos, preferiu permanecer anônima, Mulher Cis, autodeclarada preta, solteira, reside com familiares, tem renda de 2 a 4 salários-mínimos, realizou a educação básica em Escola Pública e a graduação em Instituição Pública Federal e concluiu pós-graduação Lato sensu (Especialização) e deseja ingressar em curso de mestrado nos estados do Alagoas ou Do Distrito Federal. Faz parte dos grupos Pessoa Negra, Pessoa Transexual, travesti e/ou da comunidade LGBTI, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais. Com o curso Pré-Pós, pretendeu *“auxiliar na tarefa de delimitar melhor a área de pesquisa, sincretizando e aliando os interesses do pesquisador, além disso, endossa a construção de arsenal teórico, fomenta discussões e reflexões pode possibilitar também um projeto de pesquisa mais claro e que fale ‘por si’. Para além disso, creio que o curso trazendo esse ambiente de pesquisa e estudo, fornecerá ferramentas uteis para a entrada no Mestrado”*.

A interlocutora da Carta 18, preferiu manter-se anônima, 35 anos, Mulher Cis, autodeclarada de cor parda, solteira, reside com amigos, auferir renda de até 2 salários-mínimos, frequentou a educação básica em Escola Pública e o Ensino Superior em Instituição Pública Estadual e deseja ingressar em curso de mestrado em Linguística e Literatura. As expectativas descritas quanto ao ingresso no Pré-Pós foi *“Me auxiliar com os aspectos metodológicos que eu não aprendi na minha primeira graduação e sinto falta pois na graduação que estou cursando atualmente ainda vi pouco sobre pesquisa e metodologia”*. Demarcou que faz parte dos grupos *“Pessoa Negra, Grupo de vulnerabilidade socioeconômica, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais”*.

A interlocutora da Carta 19, 26 anos, preferiu não se identificar, é mulher cis, autodeclarada de cor preta, solteira, identifica-se como parte dos grupos pessoa negra, grupo de vulnerabilidade socioeconômica, famílias que tiveram poucas



oportunidades econômicas ou educacionais. Reside em república/Pensionato/etc, tem renda de até 2 salários-mínimos. A educação básica foi realizada em Escola Pública e a graduação em Instituição Pública Federal em Minas Gerais. Tem como objetivo o ingresso no mestrado Ciências Farmacêuticas e esperava que o Pré-Pós pudesse “*Orientar sobre o manejo da vida na pós-graduação e na produção de um projeto de pesquisa, auxiliar na leitura de textos acadêmicos, auxiliar na produção de textos acadêmicos e desmitificar a pós-graduação como um bicho de 7 cabeças.*”

A interlocutora da Carta 20 escolheu não se identificar, é Mulher Lésbica, autodeclarada preta, informa como “outro” seu estado civil, informa que pertence ao grupo de egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, reside com a companheira/esposa, possui renda até 2 salários-mínimos, sua Educação Básica foi concluída em Escola Pública e a graduação em Instituição Pública Estadual. A interlocutora concluiu o mestrado no Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade e buscava se inserir no curso de Doutorado em linguística e literatura no Programa de Pós-graduação em Estudos Literários Universidade Federal de Minas Gerais e acredita que o Curso a auxiliaria na “*Elaboração no projeto e caminhos teóricos e metodológicos de pesquisa, além de reflexões sobre a docência no ensino superior*”.

Feitas as devidas ponderações sobre as interlocutoras, a partir desse momento serão apresentadas as categorias que permitiram agrupar os dados coletados, de acordo com elementos pré-estabelecidos, ou seja, em consonância com os objetivos específicos do presente estudo. Elencar categorias foi uma estratégia para sistematizar e enriquecer a análise dos dados, seguindo o preconizado pela metodologia.

## **4.2 Mapeamento do perfil**

Conforme exposto na metodologia (p. 17), utilizou-se a pesquisa quantitativa como recurso da pesquisa qualitativa, portanto, pesquisa mista, para mapear o perfil socioeconômico do universo de candidatos/as do Pré-Pós UFPR da turma 2 de 2020.

Como fonte de coleta de dados quantitativos, foram utilizadas as informações do formulário de inscrição e a utilização dos dados foram previamente autorizados.



Assim, de 398 inscrições, recorreu-se a amostra de 350<sup>31</sup> inscrições que autorizaram a utilização dos dados para fins de pesquisa, para analisar o perfil de pessoas inscritas na Turma 2 do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR. Conforme já dito, de 350 pessoas que se inscreveram no Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR na Turma 2 de 2020, 253 foram aprovadas das etapas seletivas. O montante de 169 pessoas concluiu o Pré-Pós, porém, somente 152 autorizou o uso de seus dados para fins de pesquisa e constam na planilha cedida pela SIPAD.

Ambos os procedimentos visam responder ao objetivo específico c) Mapear o perfil de pessoas inscritas, cursistas e das mulheres negras concluintes do Pré-Pós UFPR.

A análise foi realizada estatisticamente, tendo como norte os três passos propostos por Gil (1999), sendo estes a) o estabelecimento de categorias; b) codificação e tabulação e c) análise estatística/ dados convertidos em números. Em um primeiro momento, a discente autora do presente trabalho buscou a aproximação com a realidade do universo de pessoas que se inscreveram no Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR.

Posteriormente, realizo a análise específica das mulheres negras, buscando informações concernentes à: idade; escolaridade; estado civil; número de integrantes da unidade familiar e renda familiar, trajetória acadêmica e profissional que sejam quantificáveis visando responder ao objetivo específico c) Mapear perfil das mulheres negras concluintes do Pré-Pós UFPR;

A amostra delimitou-se às 92 (noventa e duas) inscrições de mulheres negras que, efetivamente, ingressaram nessa turma, após a aprovação no processo seletivo, participaram do curso e foram aprovadas. A coleta de dados se deu por meio da planilha cedida pela coordenação do Pré-Pós – UFPR da SIPAD.

Na análise dos dados quantitativos, serão utilizados os parâmetros elencados pela Teoria Racial Crítica e mesmo tempo que realizo a correlação dos dados atinentes à realidade brasileira (lembrando que essa teoria é advinda de estudos estadunidenses).

A seguir, serão demonstrados os resultados da pesquisa quantitativa do perfil socioeconômico do geral de candidatas, candidatos e candidates.

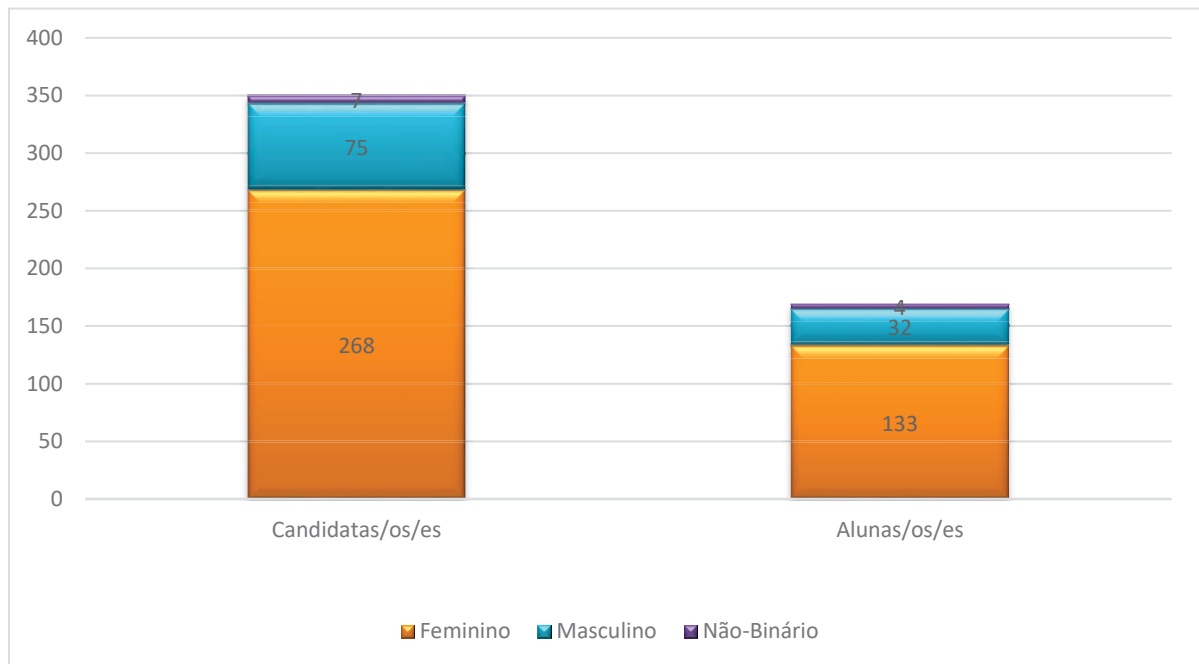
---

<sup>31</sup> Relembro que 350 nomes que autorizaram o uso de dados, excluindo aqueles repetidos.

#### 4.2.1 Perfil de candidatas/os/es

A primeira variável a ser analisada é a identificação de sexo biológico também, concomitantemente, as/os/es candidatas/os/es tiveram a oportunidade de informar a identidade/expressão de gênero com a qual se reconheciam.

**Gráfico 1-** Candidatas/os/es e alunas/os/es por sexo



Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

Com base no gráfico, compreende-se que grande parte das pessoas inscritas informaram ser do sexo feminino, somando 268 candidatas, os homens tiveram 75 inscrições e 7 candidatas informaram não se identificar com o sexo feminino ou com o masculino, portanto, 7 inscrites não-binários.

Artes (2013) afirma que a população brasileira é formada por homens e mulheres e pessoas negras e brancas de forma próxima da analogia paritária, todavia, essa questão não se reflete nos espaços acadêmicos do país, especificamente, nos níveis elevados de educação e docência.

Ao fazer o recorte de sexo e cor, há aspectos diferenciados entre discentes de mestrado e doutorado. Artes (2013) revela que nos cursos de mestrado, os homens brancos predominam com o quantitativo de 74,1% (em 58.834 n.º.a.), enquanto homens negros ocupam 25,9% (em n.º.a. 20.531) do corpo discente; entre as

mulheres, averigua-se que as autodeclaradas brancas ocupam 72,9% das vagas, enquanto as mulheres negras o montante de 25,9%.

Em contraste ao encontrado por Artes (2013) nas análises do Censo 2010, Vanali (2019) verifica que o corpo discente dos Programas de Pós-graduação da UFPR difere do apontado por Artes (2013). Segundo Vanali (2019), dentre as 526 pessoas que cursavam mestrado em 30 de outubro de 2017, a maioria eram mulheres brancas (42%) e as mulheres negras perfaziam apenas 5,5% do corpo discente à época. A autora pondera que “enquanto a presença de alunos/as brancos/as ultrapassa os 60%, os/as pretos/as são de 2,85% e os/as pardos/as de 6,83%, totalizando 9,68% de estudantes negros/as” (VANALI, 2019, p.14).

Quanto o nível de doutorado com base no Censo 2010, Artes (2013) encontrou, o universo de 76.250 discentes, a presença de 8.150 de mulheres negras e 9.153 de homens negros. Quando comparado com os discentes brancos, percebe-se a magnitude das desigualdades de acesso da população negra. A estudiosa cita que mulheres brancas somaram 30.601 e homens brancos 28.346.

Vanali (2019) por sua vez, teve achados proporcionalmente parecidos aos apontados por Artes (2013). Do universo de 2896 discentes de doutorado da UFPR, observa-se que as mulheres negras ocuparam 134 vagas e os homens negros 169 vagas. Já as mulheres brancas predominaram com o quantitativo de 1.209 e os homens brancos somaram 907 discentes. Nesse sentido, observa-se que o corpo discente dos cursos de doutorado da UFPR em 2017 perfazia em 73,06% de pessoas brancas e 10,46% de pessoas negras.

A PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do 1º Trimestre de 2021 informa que a população brasileira estimada foi de 212,4 milhões de habitantes. A pesquisa revela que 97.609 dos brasileiros se declararam de cor parda e perfaz 45,9% da população; 18.623 de cor preta, ocupa o percentual de 8,8; 93.898 de cor branca (44,2%) e 1% de cor amarela (1.537) ou etnia indígena (695). Ainda, segundo dados, a população brasileira é composta por 51,8% de mulheres e 48,2% de homens, portanto, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens.

Nesse sentido, a proporcionalidade populacional não é um aspecto que justifica a baixa participação de pessoas negras no corpo discente de pós-graduação da UFPR, destaco o reconhecimento da construção sócio-histórica dessa instituição de ensino. Assim, identifico que para além dessa construção, os aspectos de ocupação hegemonicamente de pessoas brancas condizem com a Teoria Racial Crítica, que

considera o racismo como endêmico na sociedade e que privilegia alguns grupos em detrimento de outros, por meio de privilégios raciais. Ainda, faz-se necessário apontar que os programas de ações afirmativas como o Pré-Pós e as próprias cotas raciais nos PPGs da universidade objetivam a garantir a diversidade racial nos cursos, portanto, denotam compromisso com a justiça social no que concerne a democratização do Ensino Superior e etapas acadêmicas posteriores à graduação, como os cursos de mestrado e doutorado.

Conforme já posicionado, na presente pesquisa compreendo a categoria gênero de forma ampla, no sentido de construção social dos papéis sociais historicamente atribuídos a pessoas do sexo feminino e masculino em perspectivas binárias, de forma crítica. Nesse sentido, quando me reporto a gênero, não utilizo como sinônimo de mulheres<sup>32</sup>. Penso que esse apontamento é importante para iniciar essa análise com o quantitativo de pessoas que se identificaram como não-binárias<sup>33</sup> no preenchimento do formulário inicial, perfazendo 7 inscrições e, desses, 4 cursaram efetivamente o Pré-Pós e foram aprovadas.

Com base nos dados do gráfico 1, é possível identificar que a maior parte de cursistas do Pré-Pós turma 2/2020 é formada por mulheres, com 77% entre as pessoas inscritas (candidatas, candidatos e candidates) e 79% de pessoas que efetivamente cursaram o Pré-Pós (alunos, alunas, alunes).

Percebo que a expressividade da participação de mulheres no processo seletivo e na turma 2/2020 reflete o panorama da educação superior no Brasil, que têm demonstrado as mulheres como o maior público no que tange ao avanço de etapas acadêmicas. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep (2019) as mulheres ocupavam 54% das vagas de mestrado e doutorado, bem como eram maioria nos cursos de graduação, chegando a 57% das vagas ocupadas (INEP, 2019).

---

<sup>32</sup> Sobre isso, Kofes (2005, p.29) aponta que “quando se fala em gênero há um alargamento do campo categórico e de sentidos. As categorias ‘mulher’ ou ‘homem’ recobrem, no meu entender, um campo de referências mais restrito que as categorias masculino e feminino, e as primeiras poderiam ser consideradas como partes das segundas. Desta forma, não haveria oposição, exclusão ou substituição (mulher e/ou gênero, gênero por mulher) mas gênero seria um instrumento que mapeia um campo específico e distinções, aquele cujos referentes falam da distinção sexual. Quer onde estão sujeitos concretos, substantivos, homens e mulheres, quer onde nem mesmo encontramos estes sujeitos. KOFES, Suely. **Categorias analítica e empírica**: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 1, p. 19–30, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1678>. Acesso em: 03/02/2021.

<sup>33</sup> Não-binário é a pessoa que não se define por um gênero exclusivo ou pelo seu sexo biológica

A segunda variável a ser analisada é a faixa etária das pessoas que se inscreveram no Edital 08/2020 para compor a turma 2/2020 do Pré-Pós:

**Tabela 1** - Idade, por inscrições x cursistas

Idade	Candidatas/os/es		Concluintes	
	Nº	%	N <sup>a</sup>	%
Até 25 anos	53	15%	22	14%
26 a 30 anos	79	23%	36	24%
31 a 40 anos	137	39%	53	35%
41 a 50 anos	61	17%	31	20%
51 e + anos	20	6%	10	7%
<b>TOTAL</b>	<b>350</b>	<b>100%</b>	<b>152</b>	<b>100%</b>

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

A maior parte das pessoas inscritas, assim como aquelas que efetivamente participaram do curso, estão na faixa etária entre 31 a 40 anos, perfazendo o valor de 39% de inscritos. Conforme os dados coletados, 23% tem idade entre 26 e 30 anos; seguido por 17% daqueles que contam com idade de 41 a 50 anos. Artes (2013) descreve que no Censo Demográfico de 2010, foi identificado que discentes de pós-graduação na faixa etária dos 18 a 34 anos, agruparam 59,3% do total de pessoas matriculadas em PPGs. Segundo a autora, tal fato é condizente com a tendência de ingresso na pós-graduação ser sequencial às outras etapas anteriores de escolarização. Interessante verificar que essa tendência não segue no perfil de inscrições realizadas no Pré-Pós, a qual concentra maior quantidade de pretendentes na faixa etária de 31 a 40 anos, possivelmente devido às características do público-alvo do curso aqui pesquisado, confirmando a necessidade de sua existência.

Considerando que o Pré-Pós tem como função precípua preparar candidatos e candidatas para participação em processos seletivos para programas de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado, e, em seus editais prevê que os inscritos, as inscritas e es inscrites façam parte de um ou mais grupos sub-representados na pós-graduação<sup>34</sup>, é necessário realizar o recorte de raça/cor para visualizar como esses grupos se subdividem.

<sup>34</sup> Relembrando que no Edital consta que as pessoas que desejam participar do Pré-Pós devem fazer parte de um ou mais grupos, sendo eles: 1) mulher negra; 2) autodeclarar-se como negro/a ou indígena; 3) egresso/a de programa de ação afirmativa no ensino superior, na modalidade de cotas ou bônus; 4) quilombola e/ou povos do campo; 5) pessoa com deficiência; 6) travestis, transexuais e/ou

**Tabela 2** - Inscrições e cursistas, por sexo e raça/cor

Variável	INSCRIÇÕES				CURSISTAS CONCLUINTES			
Raça/Cor	Feminino	Masculino	Não binário	Total Inscrições	Feminino	Masculino	Não binário	Total cursistas
Branca	68	24	2	<b>94</b>	24	9	-	<b>33</b>
Preta	131	29	1	<b>161</b>	62	10	1	<b>73</b>
Parda	61	22	4	<b>87</b>	30	11	1	<b>42</b>
Amarela	5	-	-	<b>5</b>	3	-	-	<b>3</b>
Indígena	3	-	-	<b>3</b>	1	-	-	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>268</b>	<b>75</b>	<b>7</b>	<b>350</b>	<b>120</b>	<b>30</b>	<b>2</b>	<b>152</b>

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

Conforme demonstrado na Tabela 2, dentre as pessoas inscritas, as mulheres pretas possuem maior representação com 131 inscritas, enquanto as pardas somaram 61, totalizando 192 mulheres negras inscritas. Seguidamente, verifico que as mulheres brancas alcançaram o quantitativo de 68 inscritas. Observo a predominância de inscrições de pessoas autodeclaradas negras, sendo o total de 248, perfazendo 71% do total. O total de 94 pessoas inscritas se autodeclararam brancas, 5 de cor amarela e 3 informaram ser indígenas.

Sobre cursistas e concluintes da turma 2/2020 do Pré-Pós UFPR, o montante de 24 mulheres se autodeclarou branca, 3 de cor amarela e 1 informou ser indígena. Dentre cursistas, é possível observar a recorrência dessa característica identificada nas inscrições que autorizaram o uso dos dados e constavam na planilha da SIPAD. Das 152 vagas disponíveis na seleção, 92 foram ocupadas por mulheres negras, sendo 62 mulheres autodeclaradas pretas e 30 pardas. Do mesmo modo à situação das inscrições, a maioria de cursistas se autodeclararam negros, somando o total de 125 que condiz com a porcentagem de 78 pontos.

Ressalto que situação semelhante foi observada no certame de 2013 (SILVA, CUNHA, 2016) e em 2017 (LOPES, DIAS, 2020), demonstrando-se recorrente na análise de dados quanto a representatividade de mulheres negras nos cursos Pré-Pós na UFPR. Nesse sentido, pode proporcionar que mais mulheres negras se

---

comunidade LGBTI+; 7) migrantes humanitários e/ou Refugiados; 8) pertencer a um grupo de vulnerabilidade socioeconômica; 9) provir de famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais;

preparem para as seleções de mestrado e doutorado e, sucessivamente, ocupem esse espaço e ingressem em PPGs.

Artes (2013) informa que, dentre os dados encontrados, 74,6% são brancos (87.180 em números absolutos - n<sup>o</sup>.a.) e 25,4% são negros (29.684 em n<sup>o</sup>.a.) no total de homens na pós-graduação (mestrado e doutorado). Quando a análise comparativa entre pretos e pardos é realizada, verifica-se que a proporção é mantida, pois segundo a autora, constata-se um preto para cada 5,7 pardos na população e um preto para cada 4,7 pardos no grupo de estudantes na pós-graduação.

Ademais, abarcando assim o princípio da intercentricidade de raça e racismo da TRC, compreendo que as questões raciais e de gênero se articula. O gênero ultrapassa o sexo biológico, assim, considero importante a abordagem das questões relacionadas a identidade de gênero das inscritas, dos inscritos e des inscrites, para que a análise não se restrinja ao binarismo, ou seja, não se restrinja ao sexo de nascimento das pessoas,

No formulário de inscrição, uma das questões se refere a identidade de gênero que as pessoas inscritas se identificam. O Manual de Comunicação LGBTI+ (2018), entende por identidade de gênero a forma como cada pessoa compreende a si própria em relação ao masculino e feminino. Ainda, algumas pessoas não se compreendem nessa relação binária de feminino e masculino, consideradas, portanto, não-binárias.

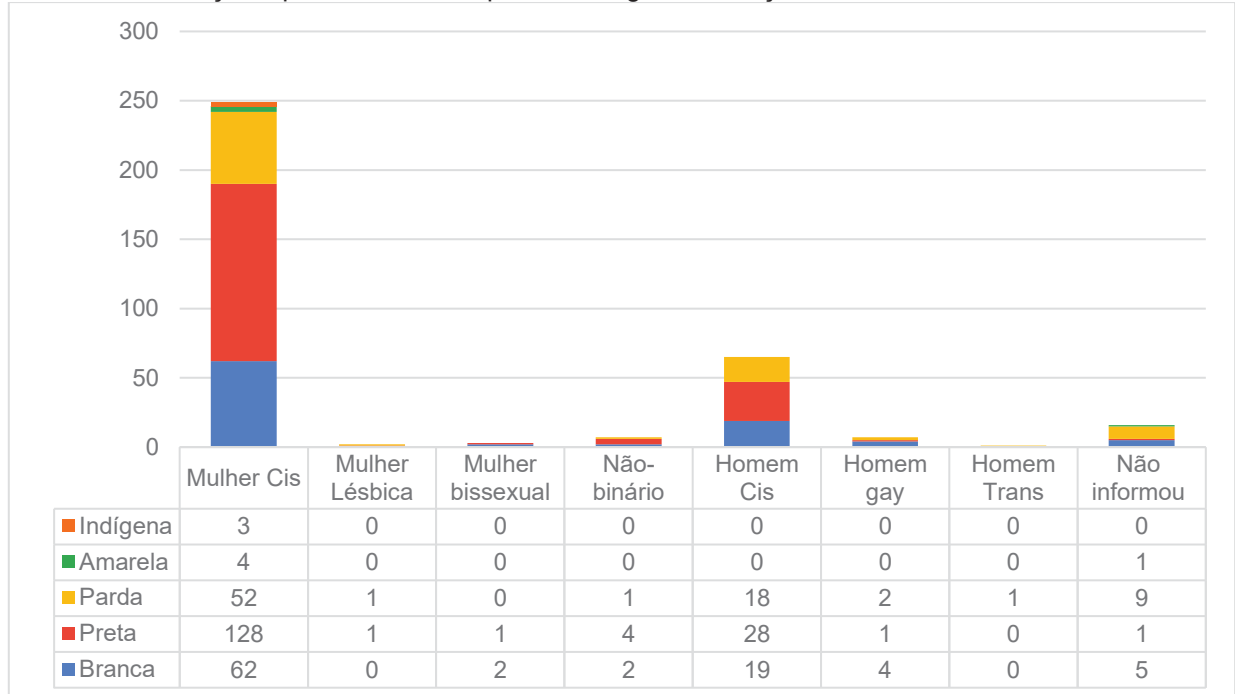
Dentre as opções do formulário de inscrição, foram listadas as seguintes identidades de gênero: mulher cis, mulher lésbica, mulher bissexual, mulher trans, não-binário, homem cis, homem gay, homem Trans.

Conforme o mesmo material, pessoas cis ou cisgênero é a pessoa que se identifica, em todos os aspectos, com o sexo biológico; lésbica a pessoa do gênero feminino (cis ou trans) que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero (cis ou trans); *gay* a pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero (cis ou trans); bissexual a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros; transgênero descreve pessoas que transitam entre os gêneros, como travestis e transexuais; transexual é a pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento; travesti é considerada a construção do gênero feminino que se opõe ao sexo biológico (de nascimento), na qual pode implicar mudanças físicas e/ou estéticas de caráter permanente (REIS, 2018).



Conjuntamente, opto por separar as categorias analisadas também por cor/raça, conforme o gráfico a seguir:

**Gráfico 2** - Inscrições, por identidade/expressão de gênero e raça/cor



Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

Com as breves considerações feitas anteriormente, com base no gráfico 2 é possível observar que a maior parte das pessoas inscritas para participar do curso Pré-Pós, turma 2 de 2020 se autodeclaram como mulheres cis, sendo o total de 249, enquanto os homens cis somaram 65. Duas mulheres que se identificam como lésbicas, ambas negras, sendo uma negra e uma parda. O total de 7 inscritos informaram identidade de gênero gays, sendo 2 autodeclarados de cor parda, 1 de cor preta e 4 de cor branca.

A perspectiva da Teoria Racial Crítica (TRC) que o racismo faz a intersecção com as formas de subordinação com base em gênero e sexualidade é importante para tecer algumas considerações: as mulheres negras que possuem a identidade de gênero e orientação diversa da normatização heterossexual da sociedade podem vivenciar discriminações interseccionais relacionadas ao racismo e homofobia, dentre outras, nos mais variados espaços sociais, inclusive na academia e conforme se avança de nível de ensino.

Ainda acerca do gráfico 2, destaco a baixa participação de pessoas trans na seleção, situação a qual me levou a procurar informações acerca desse público e sua inserção em cursos de pós-graduação *strictu sensu*.

Dentre produções intelectuais sobre o tema, encontra-se a tese da professora da UFPR, Dr<sup>a</sup> Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017), na qual destaca que a população negra encontra dificuldades de acesso e permanência no sistema educacional, é acometida em maior índice de evasão, reprovação e atraso escolar e a situação é ainda mais evidente quando se comparada com a realidade da população autodeclarada branca.

A autora destaca que quando a identidade de gênero e orientação sexual são acrescentadas a análise da trajetória escolar de pessoas negras, as interferências no que tange ao rendimento e sucesso escolar são agudizadas e resultam em “intimidação, insegurança, estigmatização, segregação e isolamento e que gera o desinteresse pela escola, produz distorção idade-série, abandono e evasão” (JUNQUEIRA, 2009 apud OLIVEIRA, 2017, p. 153).

Oliveira (2017) compreende que a inserção de pessoas trans, bichas pretas (termo que a autora utiliza em seu trabalho) na academia possuem relação com os processos de contravenção das normas regulatórias, expressas pela presença do corpo negro como um ato de transgressão desse espaço historicamente demarcados por questões raciais e heteronormativas.

Nesse sentido, verifica-se que a ascensão acadêmica de pessoas da comunidade LGBTI+ possuem relação também com a escolarização de educação básica e, diante dos aspectos já relatados, essas ponderações se configuram de relevância, em que pese não seja o tema estrito do presente trabalho.

Portanto, busco as informações acerca da escolaridade das pessoas que se candidataram na seleção da turma 2 do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós UFPR (Pré-Pós), com a caracterização do tipo de instituição, conforme a tabela a seguir:

**Tabela 3 - Relação inscrições e cursistas, por tipo de instituição da escolaridade**

Ensino médio								
COR	Candidatas/os/es				Cursistas concluintes			
	Escola Pública	Escola Privada com Bolsa	Escola Privada sem Bolsa	Total	Escola Pública	Escola Privada com Bolsa	Escola Privada sem Bolsa	Total
Branca	70	13	11	<b>94</b>	26	6	2	<b>34</b>
Preta	137	19	8	<b>164</b>	64	5	4	<b>73</b>
Parda	70	10	4	<b>84</b>	33	5	3	<b>41</b>
Amarela	3	0	2	<b>5</b>	1	0	2	<b>3</b>
indígena	2	0	1	<b>3</b>	0	0	1	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>282</b>	<b>42</b>	<b>26</b>	<b>350</b>	<b>124</b>	<b>16</b>	<b>12</b>	<b>152</b>
Ensino Superior- Graduação								
COR	Candidatas/os/es				Cursistas concluintes			
	Instituição Pública	Instituição Privada com Bolsa	Instituição Privada sem Bolsa	Total	Instituição Pública*	Instituição Privada com Bolsa	Instituição Privada sem Bolsa	Total
Branca	39	37	18	<b>94</b>	16	14	4	<b>34</b>
Preta	87	50	27	<b>164</b>	42	21	10	<b>73</b>
Parda	40	14	30	<b>84</b>	20	14	7	<b>41</b>
Amarela	0	3	2	<b>5</b>	0	1	2	<b>3</b>
indígena	3	0	0	<b>3</b>	1	0	0	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>169</b>	<b>104</b>	<b>77</b>	<b>350</b>	<b>79</b>	<b>50</b>	<b>23</b>	<b>152</b>

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

Concernente ao tipo de instituição das pessoas inscritas, constato que a maior parte (282 em números absolutos) realizou o Ensino Médio em escolas públicas e essa variável se repete entre aquelas que efetivamente cursaram o Pré-Pós. Sobre o ensino superior, observo a expressividade daquelas que cursaram a graduação em instituições privada com e sem bolsa (181) cruzando com aquelas que cursaram o Ensino Médio em instituições públicas (282).

O próximo item de análise é o rendimento domiciliar per capita, para tanto, será utilizada a compreensão do IBGE que define a renda *per capita* familiar como a divisão dos rendimentos domiciliares pelo total dos moradores<sup>35</sup>. Nesse sentido, verifico que a maioria dos indivíduos inscritos (175) possuem rendimentos familiares de até 2 (dois) salários-mínimos por pessoa. Considerando que o salário-mínimo nacional (s.m.n.) foi fixado no montante de R\$ 1.045,00 (hum mil e quarenta e cinco reais) em 2020, compreende-se então que 50% auferiam à época da candidatura ao Pré-Pós até R\$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais), conforme a Tabela 5.

<sup>35</sup> Referência das notas explicativas IBGE

**Tabela 4** - inscrições e cursista, por renda familiar per capita

Variável	CANDIDATAS/OS/ES		CURSISTA	
	Quant.	%	Quant.	%
Renda, por salário-mínimo nacional				
Até 2	175	50%	70	45%
de 2 a 4	128	37%	58	38%
de 4 a 6	29	8%	15	9%
Acima de 6	12	3%	4	3%
Não informou	6	2%	7	5%
<b>TOTAL</b>	<b>350</b>	<b>100%</b>	<b>152</b>	<b>100%</b>

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

Observo que 128 pessoas inscritas que informaram renda familiar de 2 a 4 s.m.n. (37%), 29 declararam possuir renda de 4 a 6 s.m.n (8%) e 12 informaram acima de 6 s.m.n (3%). Interessante observar que dentre as pessoas que concluíram o Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020 seguiu porcentagens iguais ou próximas ao que se identifica nas inscrições do processo seletivo. Ressalto o quantitativo de 70 cursistas que declarou renda familiar *per capita* até 2 s.m.n. perfaz 45% do total. Apesar de nessa tabela não especificar a questão racial, tendo em vista que a maior parte das pessoas inscritas e de cursistas é formada por pessoas negras, é possível fazer algumas ponderações.

A Pesquisa e Orçamentos Familiares (POF) divulgada em 2019 pelo IBGE constatou que entre 2017 e 2018 a renda média das famílias brasileiras era de R\$ 1.650,78 (hum mil seiscentos e cinquenta reais e setenta e oito centavos). Tendo em vista que a maior parte das pessoas inscritas informou renda de até 2 s.m.n. e considerando os parâmetros de inflação<sup>36</sup> (4,30 em 2019 e 4.51 em 2020) que impactam diretamente na renda e poder de consumo das famílias brasileira, bem como o lapso temporal entre a POF e o preenchimento das inscrições do Pré-Pós, é possível considerar que a renda entre as inscrições realizadas faz parte da média mensal do encontrado na pesquisa acima mencionada. Todavia, faz-se necessário considerar que das 248 pessoas inscritas e 114 cursistas são negros (Tabela 2), ou seja, de cor preta ou parda e, nesse sentido, a análise demonstra nuances importantes de serem demarcadas. Conforme a POF:

<sup>36</sup> Conforme o Banco Central do Brasil, Inflação é Inflação é o aumento dos preços de bens e serviços. Ela implica diminuição do poder de compra da moeda. A inflação é medida pelos índices de preços. O Brasil tem vários índices de preços. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o índice utilizado no sistema de metas para a inflação. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao> Acesso em 21/08/2021.

Nota-se uma grande diferença na despesa total per capita entre famílias com pessoas de referência pretas ou pardas e brancas. Para os casos de pessoa de referência branca, a despesa total per capita é de R\$ 2 279,19, enquanto quando são pretos ou pardos cai para R\$ 1 207,11, isto é, uma diferença de 47,0%. Dada a natureza essencial destes tipos de despesa, ressalta-se o contraste dos valores das despesas per capita nos grupos de habitação (R\$ 330,72 para pretos ou pardos e R\$ 644,31 para brancos), assistência à saúde (R\$ 94,99 para famílias chefiadas por pretos ou pardos e R\$ 183,94 para quando a pessoa de referência é branca) e alimentação (R\$ 181,60 em casos de pessoas pretas ou pardas e R\$ 269,44 quando brancas). (IBGE/POF, 2019, p. 27)

Isso indica que, apesar de termos nos dados a concentração de renda até 2 salários-mínimos nacionais dentre inscrições e cursistas, esse valor pode ser menor do que R\$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais), compreendendo o contexto mais amplo da sociedade brasileira, conforme apontado pela pesquisa acima citada.

No que tange o cruzamento de renda e inserção nos níveis mais elevados de escolarização, Artes (2013) destaca que como consequência da própria distribuição de renda no total da população, a desigualdade reverbera também na academia. Dentre as/os/es estudantes de pós-graduação, aquelas/os/es com autodeclaração de cor preta e parda estão mais presentes nas faixas de renda mais baixas. Segundo a autora, o quantitativo de 16,5% de estudantes de cor branca tem renda até um salário-mínimo, enquanto estudantes negros/as/es que possuem o rendimento abaixo de um salário-mínimo perfazem a soma de 28,4%.

Ainda, dentre as perguntas arroladas no formulário de inscrição, as pessoas candidatas deveriam indicar a área que intentavam cursar o mestrado ou doutorado. Para melhor visualização, optou-se por desenvolver o Quadro 1, conforme segue:

**Quadro 1 - Área de interesse para a pesquisa, por inscrição e cursista**

<b>Área de interesse para a pesquisa</b>	<b>Candidatos Candidatas Candidates</b>	<b>Nº cursistas Concluintes</b>
Educação	128	68
Direito	37	14
Linguística e literatura	25	12
Psicologia	19	7
Administração	16	7
Antropologia / arqueologia	13	2
Interdisciplinar	12	6
Comunicação e informação	9	4
História	9	4
Serviço social	8	1
Artes	7	3
Ciências biológicas	7	0
Saúde coletiva	7	3
Educação física	6	1
Engenharias	6	2
Sociologia	6	4
Geografia	5	2
Ensino	4	1
Nutrição	4	3
Ciência política e relações internacionais	3	1
Ciências agrárias	3	1
Farmácia	3	1
Arquitetura, urbanismo e design	2	0
Ciências ambientais	2	1
Enfermagem	2	1
Filosofia	2	0
Biotecnologia	1	1
Ciências da religião e teologia	1	1
Geociências	1	0
Medicina veterinária	1	1
Odontologia	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>350</b>	<b>152</b>

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

Observo que a maior parte das pessoas, têm a Educação como área de interesse para a pesquisa tanto entre as inscrições (128) quanto cursistas que concluíram o Pré-Pós na turma 2/2020 (68), seguido pela área do Direito (37 inscrições e 14 cursistas concluintes).

Pode-se perceber que as áreas de Odontologia, Medicina Veterinária, Geociências, Ciências da Religião e Teologia, Biotecnologia contaram com poucas inscrições de pessoas interessadas em desenvolver pesquisas, com uma inscrição em cada uma.

Considerando que a maior parte das pessoas que se candidataram para cursar o Pré-pós na turma 2/2020 são maioria mulheres, é possível tecer algumas considerações acerca dos dados de opção de cursos. Maria Clara Lopes Saboya (2013) aponta que mulheres pesquisadoras são encontradas, em maioria, em determinadas áreas como nas ciências humanas e sociais, em detrimento de outras (ciência e tecnologia, engenharias, exatas). Ainda, a autora aponta que “entre os programas de pós-graduação, as docentes mulheres encontram mais barreiras que os homens para acumular capital científico e avançar em suas carreiras” (SABOYA, 2013, p.7 *apud* LETA; MARTINS, 2008). Destaca que, ao seu ver, existe relação entre a escolha desses cursos a hierarquia que implica poder de decisão.

Claudiana Aparecida Bezerra Cabral (2019) faz a reflexão da inserção de mulheres nas tecnologias, com recorte racial, e destaca que “as mulheres negras estão lutando por seu espaço no ciberespaço, e mais: estão usando o ciberespaço como ferramenta catalisadora de conquistas nessa luta. Elas não querem estar à mercê de um futuro; querem pautá-lo”.

Segundo a autora, as mulheres inseridas nas áreas de tecnologias digitais promovem a diversidade e transformam as linguagens codificadas em narrativas que desejam contar, “de nós para nós”. Cabral (2019) infere que o PretaLab<sup>37</sup> acolhe a atuação das mulheres negras na tecnologia digital como possibilidade de desvendar a linguagem codificada e identificá-la como o lugar da criação, de representatividade

---

<sup>37</sup> O PretaLab se define como uma campanha que busca mapear a atuação de mulheres negras e indígenas nas tecnologias. Para além de uma campanha, o PretaLab é um ponto de articulação em torno da presença de mulheres negras nos espaços digitais, seja como produtoras de tecnologia ou como produtoras de conteúdo. Pode-se dizer que é um ponto de articulação, na medida que promove encontros entre coletivos, mundo corporativo e organismos governamentais em busca de dar visibilidade aos grupos que lutam pela construção de espaços tecnológicos feitos por e para mulheres negras é um levantamento que mostra ser urgente o debate sobre representatividade no universo da inovação. (CABRAL, 2019, p.1) Sobre isso, ver [www.pretalab.com](http://www.pretalab.com)



feminina e negra, de liberdade de expressão e de criação, assim, mulheres negras podem e vão pautar o futuro.

Com base nisso, é possível compreender a importância de pessoas, especificamente, mulheres negras inseridas não só na área da tecnologia, mas também engenharias e exatas. É por meio da inserção de negros e negras nas áreas historicamente sub-representadas que se faz a mudança nos espaços de decisão e poder, aqueles reconhecidamente como os melhores salários e postos de trabalho. As políticas de Ações Afirmativas para ingresso da população negra em cursos de ensino superior, preparatórios para pós-graduação e ingresso nos cursos de Mestrado e doutorado se fazem imprescindíveis.

#### **4.1.2 Perfil alunas negras da turma 2 do Pré-Pós 2020**

Importante lembrar que de 350 pessoas que se inscreveram no Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR na Turma 2 de 2020, 253 foram aprovadas das etapas seletivas para cursar. Já entre as pessoas concluintes, serão utilizados os dados de 152 pessoas que autorizaram o uso das informações, dessas, 92 são mulheres negras, perfazem 61% do total de concluintes da turma 2/2020.

Para a presente pesquisa, considero importante a demonstração do universo de pessoas inscritas, comparando em alguns aspectos com aquelas efetivamente matriculadas no curso e concluintes. Para além disso, tendo em vista os objetivos dessa pesquisa, compreende-se como imprescindível o recorte de gênero e raça dentre as alunas que concluíram o curso, buscando aproximação com o perfil dessas mulheres.

Serão analisados aspectos relacionados a idade; identidade de gênero; cor/raça autodeclaradas; estado civil; inserção em grupo(s) ao(s) qual(is) essas mulheres consideram fazer parte; questões de moradia (composição familiar); trabalho e renda per capita familiar; escolaridade.

**Tabela 5** - Idade de concluintes e mulheres negras concluintes

Idade (Por faixa etária)	Concluintes geral	Mulheres Negras Concluintes			
		PRETAS	PARDAS	TOTAL	%
Até 25 anos	22	4	4	8	9%
26 a 30 anos	36	15	5	20	22%
31 a 40 anos	53	25	14	39	42%
41 a 50 anos	31	16	7	23	25%
51 e + anos	10	2	0	2	2%
<b>TOTAL</b>	<b>152</b>	<b>62</b>	<b>30</b>	<b>92</b>	100%

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

Com relação à faixa etária, diversificando o perfil de candidatos e alunos apontados anteriormente (Tabela 1), dentre as alunas negras, concentra-se o maior número dentre aquelas que estão na faixa etária de 31 a 40 anos (39 concluintes).

Interessante olhar para o quantitativo de mulheres negras concluintes na faixa de 41 a 50 anos e 50 e + anos que contam com 10 participantes, sendo 2 mulheres negras. Artes (2013) nesse sentido concebe que a ampliação da pós-graduação na última década, pode ter incentivado o retorno de pessoas mais velhas aos espaços acadêmicos de formação.

Sobre as múltiplas discriminações que as mulheres negras podem são atingidas, pelo fato de serem negras, pelo fato de possuírem identidade de gênero e/ou orientação sexual fora do padrão heteronormativo. Percebe-se que a maior parte das mulheres que concluíram o Pré-Pós da turma 2/2020 são cisgênero. Observo que 2 mulheres se identificam com a orientação sexual bissexual e outra, lésbica.

**Tabela 6** - Identidade de gênero das mulheres negras concluintes

Identidade de gênero	Alunas/os/es concluintes geral	Mulheres Negras Concluintes		Total mulheres negras
		Preta	Parda	
Mulher Cis	111	61	24	85
Mulher Lésbica	2	0	1	1
Mulher bissexual	2	1	1	2
Não informou	5	0	4	4
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>	<b>62</b>	<b>30</b>	<b>92</b>

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

A Tabela acima aponta que das 92 mulheres negras que cursaram e concluíram o Pré-Pós, 85 se identificam como mulheres cisgênero, perfazendo 90% das cursistas da turma 2/2020.

O olhar para a identidade de gênero das mulheres negras faz-se importante, pois compreende-se que os preconceitos vivenciados cotidianamente por essas mulheres abarcam a interseccionalidade. Observou-se que uma mulher negra, de cor parda, concluinte do curso Pré-Pós informou que é pessoa Transexual, travesti e/ou da comunidade LGBTI+ e, devido a expressividade dos dados acerca do “grupos de pertencimento”, tal tema será aprofundado na análise da Tabela 12.

Crenshaw (2002, p. 173) considera que fatores relacionados a identidades sociais das mulheres como “como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’” e que a operacionalização de eixos de discriminação que atuam conjuntamente frequentemente acentuam as vulnerabilidades vivenciadas por mulheres negras.

As mulheres vivenciam diversas facetas do sexismo, todavia, as mulheres negras, pretas e pardas, mesmo que possuam a identidade de gênero convergente da socialmente aceitável (hetero) podem vivenciar discriminações relacionadas ao “ser mulher” e “ser negra”. As nuances de mulheres negras que vivem sua sexualidade de forma divergente à heteronormatividade, têm, além do “ser mulher”, “ser negra”, o fato de “ser lésbica” ou “ser bissexual”. A sexualização do corpo negro é evidente e já foi tema de estudos relacionados a isso (HALL, 2016).

Na Teoria Racial Crítica há apontamentos quanto a essas intersecções, bem como sobre a importância de se analisar essa situação de uma perspectiva interdisciplinar. Compreendo que devido à complexidade dessas múltiplas opressões citadas, esses dois princípios são necessários para se aproximar da realidade dessas mulheres.

Lançar o olhar sob a concepção interseccional, ou a tripla (ou mais) opressão que permeia a realidade das mulheres negras, é possível por meio de análises detalhadas das dinâmicas variáveis que formam a subordinação que essas vivenciam e abrem possibilidades de desenvolver intervenções e proteções mais eficazes (GONZALEZ, 1982; CRENSHAW, 2002).

**Tabela 7** - Estado civil das mulheres negras concluintes

Estado civil	Preta	Parda	Total mulheres negras	%
Solteira	37	11	<b>48</b>	52%
Casada	15	12	<b>27</b>	29%
Divorciada	4	3	<b>7</b>	8%
Outro	6	3	<b>9</b>	10%
Não informou	0	1	<b>1</b>	1%
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>30</b>	<b>92</b>	<b>100%</b>

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

De acordo com os dados da tabela acima, nota-se que 27 cursistas negras informaram ter estado civil casada, 7 divorciadas, 9 possuem estado civil diferente das opções dadas no formulário. O total de 48 mulheres informaram estar solteiras, perfazendo 52% das 92 cursistas negras.

Dias e Lopes (2020) abordaram a situação afetiva/sexual das mulheres negras participantes do Pré-Pós de 2017, encontrando resultados proporcionalmente similares ao trazido na presente pesquisa. As autoras afirmam que as mulheres negras são aquelas que menos contraem uma união estável em relação às brancas, bem como são igualmente as que menos se casam. Consideram, amparadas por Ana Cláudia Pacheco (2008, p.55) que "(...) raça e gênero quando combinados, são dois marcadores sociais que afetam mais as mulheres negras do ponto de vista de sua exclusão afetiva-sociocultural do que outros grupos".

Em outra produção, intitulada "Mulher Negra: afetividade e solidão". Pacheco (2013) alega que a solidão entre mulheres negras pode ser entendidas tanto do ponto de vista de dimensões emocionais, como de dimensões da estrutura social, quando as questões de gênero, raça, classe, posição social e outras formas de poder historicamente situadas são entrelaçadas.

Quando somado a composição familiar, pode compreender outras dimensões vivenciadas por mulheres negras, especificamente aquelas que buscam a pós-graduação como forma de se qualificar e avançar etapas de ensino, configurando-se, mais uma vez, como "diferenças que fazem a diferença".

**Tabela 8** - Composição familiar das mulheres negras concluintes

Com quem reside	PRETA	PARDA	TOTAL	%
Filhos	3	1	4	4%
Sozinha	6	2	8	9%
Com amigos	2	1	3	3%
Com cônjuge ou companheiro/a ou namorado	3	5	8	9%
Com familiares	47	20	67	73%
República	1	1	2	2%
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>30</b>	<b>92</b>	<b>100%</b>

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

Conforme os dados coletados, observa-se que a composição familiar que a maioria das interlocutoras estão inseridas é “reside com familiares”, todavia, não há registro de quem são ou o grau de parentesco desses, dado o qual considero importante para ter mais informações acerca das relações sociais que são estabelecidas por essas.

Seguidamente, observo que as mulheres que informaram residir “sozinha” e aquelas que tem em sua companhia “cônjuge ou companheiro/a ou namorado/a” perfazem 8% do total, cada. Em seguida, 4 mulheres informaram residir com apenas com filhos.

A reflexão que eu trago acerca da alternativa “reside com familiares” tem relação direta com o perfil das interlocutoras que descrevi no item 4.3, pois com base nisso, foi possível observar que 7, das 20 interlocutoras, são mães solas.

Considera-se ainda que para as mulheres negras outro aspecto importante de se analisar é relacionada à escolaridade. Tendo em vista que o Curso Pré-Pós tem, dentre seus objetivos, contribuir para que os candidatos adquiram condições de acesso à pós-graduação para maior equidade e diversidade no mestrado e doutorado, pressupõe-se que todas as pessoas que se candidataram, matricularam e concluíram o Pré-Pós possuem graduação em fase de finalização ou são diplomadas. No formulário de inscrição do curso Pré-Pós, as questões relacionadas a escolaridade condizem com o tipo de instituição onde as pessoas inscritas concluíram o Ensino Médio.

**Tabela 9** – Escolaridade das mulheres negras concluintes, Ensino Médio por tipo de instituição

<b>Ensino médio</b>				
<b>COR</b>	<b>Mulheres negras concluintes</b>			
	Escola Pública	Escola Privada com Bolsa	Escola Privada sem Bolsa	<b>Total</b>
Preta	53	5	4	<b>62</b>
Parda	23	4	3	<b>30</b>
<b>TOTAL</b>	<b>76</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>92</b>

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

De acordo com a tabela acima, é possível identificar que a maior parte das mulheres (76) cursaram a educação básica em escolas públicas, assim como concluíram a graduação em Instituição Pública de Ensino Superior (estadual ou federal). A maioria das concluintes são advindas de escolas e instituições públicas (76), o que nos remete à condição financeira não favorável a frequentar instituições de educação básica particulares.

O Dossiê Mulheres Negras aponta que o Programa Universidade para Todos (ProUni), que teve em seu desenho a reserva de vagas para negros e negras, foi um importante propulsor do acesso da população negra no Ensino Superior (neste caso, em instituições privadas, por meio da concessão de Bolsas de estudo, em parceria com o governo nacional. Assim, foi apontada como importante Política Pública para pluralizar o perfil dos estudantes de ensino superior que, até então, era hegemonicamente branco, atuando conjuntamente com as Ações Afirmativas de cotas raciais para ingresso nas instituições públicas.

Compreendo que a educação possui relevância no que tange as condições de vida e de sobrevivência. Segundo Paixão (2003, p.116), “o fator educacional no Brasil está intimamente imbricado com o problema do negro e com as relações raciais”.

Artes (2018) pondera que a na discussão sobre o acesso ou a conclusão de etapas de escolarização, especificamente quando se realiza recortes de gênero e raça, é imprescindível que as condições sociais, relações sociais e de poder se hierarquizam homens e mulheres, brancos e negros.

**Tabela 10** - Escolaridade das mulheres negras concluintes, Ensino Superior

Ensino Superior				
COR	Mulheres negras concluintes			
	Instituição Pública	Instituição Privada com Bolsa	Instituição Privada sem Bolsa	Total
Preta	36	16	10	<b>62</b>
Parda	14	10	6	<b>30</b>
TOTAL	50	26	16	<b>92</b>

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

Verifico que, com base na tabela acima, a maioria das mulheres negras concluintes do Pré-pós/UFPR a maioria (50) concluiu a graduação em instituição pública de Ensino Superior (estadual ou federal); 26 concluiu a graduação em instituição privada com bolsa e 16 em instituição privada sem bolsa.

Pode-se considerar que as mulheres negras buscam a ascensão social por meio da escolarização. Sobre o ensino superior, por meio da tabela acima (Tabela 10) observo a expressividade daquelas que cursaram a graduação em instituições públicas (50) cruzando com aquelas que cursaram o Ensino Médio em instituições públicas (76). Destarte, existe a hipótese dessas mulheres terem concluído o Ensino Superior pela existência das políticas de ações afirmativas de cotas raciais para ingresso da população negra nos cursos de graduação das Universidades Públicas.

Ainda, recorrendo aos dados preenchidos no formulário, destaco que do total de 92 duas mulheres que concluíram o Pré-Pós, 13 tinham concluído o mestrado e iriam tentar o ingresso no doutorado. Também, 14 mulheres concluíram pós-graduação a nível de especialização (Lato sensu) e 15 mulheres já tinham participado de alguma seleção em programas de pós-graduação e não foram aprovadas em processos seletivos para ingresso em mestrado/doutorado.

Verifico ainda, que tais fatores adquirem outros traços quando analisado o recorte gênero, visto que segundo Paixão (2003), as mulheres negras são as que recebem os menores salários se comparado a outros grupos (homens negros, homens brancos, mulheres brancas). Assim, é possível verificar que as mulheres negras seguem em desvantagem se comparado aos outros grupos por sexo/cor e a PNAD Contínua do 1º Trimestre de 2021 ainda revela que essa ocorrência se perpetua mesmo quando as mulheres negras possuem maior nível de escolaridade.

Averigua-se que conforme o nível de escolaridade aumenta, as desigualdades entre homens brancos e mulheres negras (grupos que ocupam posições opostas na



pirâmide social). Relembro aqui brevemente as considerações feitas anteriormente (Tabela 4) sobre a Pesquisa e Orçamentos Familiares (2020) que identificou a renda média das famílias brasileiras no montante de R\$ 1.650,78 (hum mil seiscentos e cinquenta reais e setenta e oito centavos). Com essa informação em voga, a PNAD apontou que, na análise de pessoas com ensino superior nesses dois grupos (homens brancos e mulheres negras), as mulheres negras tiveram, a média de renda equivalente a 129% ao do Brasil, enquanto os homens brancos tiveram salário médio no montante de 286% ao do Brasil. Observa-se que a as mulheres negras possuem o rendimento médio superior ao nacional é um fator positivo, mas quando comparado ao grupo de homens brancos, com o mesmo nível de escolaridade, as disparidades são relevantes e a média dos proventos das mulheres negras foi equivalente a 45% do salário médio dos homens brancos e denotam a necessidade do fortalecimento de políticas públicas de equidade de gênero (no sentido amplo da palavra, como já referenciado).

Apesar do panorama nacional, considero relevante apontar as conquistas que tivemos nos últimos anos, fruto de resistência e constantes requisições dos movimentos feministas negros.

Artes (2013, p.3), em sua análise dos censos 2000 e 2010, verifica a ascensão educacional e social das mulheres pretas e pardas. A autora destaca que o acesso ao ensino superior por meio de cotas raciais em instituições públicas foi/é determinante para tanto, assim como as instituições privadas, contou o Programa Universidade para Todos (PROUNI) privilegiou o atendimento desses grupos “historicamente minoritários. Ainda, a autora indica que essas medidas políticas foram respostas das pressões sociais iniciadas nos anos 1990 pelo movimento negro e tiveram respaldo legal por meio da aprovação da Lei n. 12.288/10, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas, Lei n. 12.711/12.

**Tabela 11** – Trabalho e renda das mulheres negras concluintes

TRABALHO				
VARIÁVEL	PRETA	PARDA	TOTAL	%
Possui atividade remunerada	45	23	<b>68</b>	74%
Não possui atividade remunerada	17	7	<b>24</b>	26%
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>30</b>	<b>92</b>	<b>100%</b>
RENDA				
VARIÁVEL	PRETA	PARDA	TOTAL	%
Acima de 6 SMN	2	2	<b>4</b>	4%
De 4 a 6 smn	7	1	<b>8</b>	9%
de 2 a 4 SMN	24	12	<b>34</b>	39%
Até 2 SMN	29	15	<b>42</b>	48%
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>30</b>	<b>92</b>	<b>100%</b>

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

A Tabela 11 indica que 68 mulheres negras realizam trabalho remunerado, enquanto 24 não possuem atividade remunerada.

Com relação à renda, verifica-se que 4 auferem valores acima de 6 salários-mínimos, 8 tem renda entre 4 e 6 smn, 34 de 2 a 4 smn e 42 até 2 smn.

Ao lançar o olhar para os dados de acesso à educação, quanto ao quantitativo de evasão escolar entre a população negra e entrecruzar aqueles de profissionalização e a trajetória profissional, fica evidenciado que a população negra é aquela que recebe os menores salários, vivenciam a precarização do trabalho, ocupação em trabalhos/cargos de menor prestígio social, informalidade, segregação de direitos em vários âmbitos (não somente trabalhistas). Maria Aparecida Bento (2000) destaca que as mulheres negras são maioria quando se olha para as atividades profissionais de menor prestígio, ou naquelas ocupações que exigem pouca qualificação e/ou subalternizadas.

O IBGE afirma que assim como no total da população brasileira, as pessoas de cor ou raça preta ou parda constituem, também, a maior parte da força de trabalho no País. Segundo o instituto, contingente de pessoas autodeclaradas negras correspondeu a 57,7 milhões, ou seja, 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca na força de trabalho, sendo essa no total de 46,1 milhões. Apesar disso, a população negra é maioria dentre as pessoas em situação de desocupação ou subutilizadas. Conforme o IPEA (2011), as mulheres negras estão entre a camada da

população com menor rendimento, com mais dificuldade de acesso a Políticas Públicas como as de saúde, habitação, trabalho e escolaridade.

As razões de rendimentos combinadas por cor ou raça e sexo mostram diferentes resultados comparativos. Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações). (IBGE, 2019, p.3)

Artes (2013), na análise dos censos 2000 e 2010 afirma que quando se olha para o perfil dos pós-graduandos verifica-se que a academia é um espaço de reprodução das desigualdades vivenciadas na sociedade. A autora aponta que os alunos que frequentam o doutorado estavam na faixa de renda mais alta, acima de dois salários mínimos e, nessa análise, a questão de raça e sexo não foram determinantes. Porém a autora compreende que em decorrência da própria distribuição de renda no total da população, as pessoas negras que frequentam a pós-graduação no Brasil indicaram possuir menores rendimentos. Para retratar essa informação, destaca que no conjunto de pessoas discentes de pós-graduação, o montante de 8,6% das mulheres brancas informaram estar na faixa de renda até um salário mínimo, os homens brancos representam 7,9%, mas esse índice chega a 15,1% para as estudantes negras, enquanto os estudantes negros alcançam 13,3% de representação na menor faixa de rendimento (ARTES, 2013).

No formulário que as concluintes do curso Pré-Pós preencheram no ato da inscrição, uma das perguntas era relacionada à grupos sociais que elas se identificavam e, nessa questão, foi possível marcar uma opção ou mais. O quadro abaixo relaciona a/as opção/ões escolhidas por essas mulheres:

**Tabela 12** – Identificação por Grupo das Cursistas negras concluintes do Curso Pré-Pós

<b>GRUPO ISOLADO</b>	<b>PRETA</b>	<b>PARDA</b>	<b>TOTAL</b>
Pessoa Negra	21	3	<b>24</b>
Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior	1	0	<b>1</b>
Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais	0	4	<b>4</b>
Grupo de vulnerabilidade socioeconômica	0	2	<b>2</b>
Pessoa Transexual, travesti e/ou da comunidade LGBTI+	0	1	<b>1</b>
Quilombolas e/ou povos do campo	0	1	<b>1</b>
<b>GRUPOS CUMULADOS</b>			
Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais	0	2	<b>2</b>
Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, Pessoa Transexual, travesti e/ou da comunidade LGBTI+, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais	0	1	<b>1</b>
Grupo de vulnerabilidade socioeconômica, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais	0	4	<b>4</b>
Pessoa com deficiência, Grupo de vulnerabilidade socioeconômica, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais	0	1	<b>1</b>
Pessoa Negra, Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior	7	0	<b>7</b>
Pessoa Negra, Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais	6	2	<b>8</b>
Pessoa Negra, Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, Grupo de vulnerabilidade socioeconômica	1	0	<b>1</b>
Pessoa Negra, Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, Grupo de vulnerabilidade socioeconômica, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais	10	1	<b>11</b>
Pessoa Negra, Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior, Pessoa Transexual, travesti e/ou da comunidade LGBTI+, Grupo de vulnerabilidade socioeconômica, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais	0	1	<b>1</b>
Pessoa Negra, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais	7	5	<b>12</b>
Pessoa Negra, Grupo de vulnerabilidade socioeconômica, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais	4	1	<b>5</b>
Pessoa Negra, Pessoa com deficiência	0	1	<b>1</b>
Pessoa Negra, Pessoa com deficiência, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais	1	0	<b>1</b>
Pessoa Negra, Pessoa Transexual, travesti e/ou da comunidade LGBTI+, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais	2	0	<b>2</b>
Pessoa Negra, Pessoa Transexual, travesti e/ou da comunidade LGBTI+, Grupo de vulnerabilidade socioeconômica	1	0	<b>1</b>
Pessoa Negra, Quilombolas e/ou povos do campo, Grupo de vulnerabilidade socioeconômica, Famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais	1	0	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>30</b>	<b>92</b>

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

De acordo com os dados do quadro, os grupos “pessoa negra”; “egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior”; “famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais”; “grupo de vulnerabilidade

socioeconômica”; “pessoa transexual, travesti e/ou da comunidade LGBTI+” e “quilombolas e/ou povos do campo” foram escolhidos isoladamente por 33 mulheres negras.

As outras 59 mulheres escolheram dois ou mais grupos que identificam fazer parte. Dentre as opções cumuladas com maior expressividade, verifica-se que 12 mulheres selecionaram os grupos “pessoa negra, famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais” cumulativamente, ou seja, marcaram esses dois grupos. Seguidamente, 11 delas demarcaram como grupos de pertencimento “pessoa negra, egressos e egressas de programa de ação afirmativa no ensino superior, grupo de vulnerabilidade socioeconômica, famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais”.

O total de 76 mulheres selecionaram, isoladamente ou cumulativamente, a opção “pessoa negra” o que denota o reconhecimento de pertencimento racial dessas.

Dos aspectos que chamaram minha atenção, foi o fato de 3 mulheres pretas terem demarcado opções cumuladas, incluindo “pessoa negra, pessoa transexual, travesti e/ou da comunidade LGBTI+, famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas ou educacionais e/ou grupo de vulnerabilidade socioeconômica”. Tal situação não foi registrada no formulário de perfil socioeconômico (vide Gráfico 2), somente na questão do pertencimento de grupos, a qual trouxe o dado de somente uma mulher que informou ser “mulher lésbica” na opção “identidade de gênero” do formulário.

Outro aspecto que é relevante foi o total de mulheres que marcaram a opção egressos e egressas de programa de ação afirmativa no ensino superior cumulativamente com outros grupos. O total de 31 concluintes são advindas de programa de ação afirmativa.

Compreendo, portanto, que as variáveis – principalmente as de grupos cumulados - a intersecção entre a participação e vivência das mulheres em grupos subrepresentados, podem aprofundar as desigualdades existentes.

Para além disso, é importante ressaltar a hipótese que essas mulheres tenham construído estratégias para concluir as etapas acadêmicas alcançadas até o momento, tornando o ato de acessar, permanecer, ter sucesso na educação básica e no Ensino Superior um ato político.

**Quadro 2** - Area de interesse para a pesquisa – Concluintes geral x mulheres negras concluintes

Área de interesse para a pesquisa	Nº de Concluintes por curso	Nº de Mulheres negras por curso
Educação	68	43
Direito	14	8
Linguística e literatura	12	8
Administração	7	5
Comunicação e informação	4	4
Interdisciplinar	6	4
Artes	3	3
Psicologia	7	3
Geografia	2	2
Nutrição	3	2
Antropologia / arqueologia	2	1
Biotecnologia	1	1
Educação física	1	1
Engenharias	2	1
Ensino	1	1
Farmácia	1	1
História	4	1
Saúde coletiva	3	1
Serviço social	1	1
Sociologia	4	1
Arquitetura, urbanismo e design	0	0
Ciência política e relações internacionais	1	0
Ciências agrárias	1	0
Ciências ambientais	1	0
Ciências biológicas	0	0
Ciências da religião e teologia	1	0
Enfermagem	1	0
Filosofia	0	0
Geociências	0	0
Medicina veterinária	1	0
Odontologia	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>152</b>	<b>92</b>

Fonte: A autora com apoio da planilha de inscrições SIPAD/2020 como fonte de dados (2021)

De acordo com o Quadro 02, verifica-se que semelhante o identificado nos dados de análise de pessoas que se inscreveram no curso e as concluintes geral (Quadro 1), a escolha por área de conhecimento que as mulheres negras fazem parte (são graduadas) ou desejam ingressar (PPGs). Nesse sentido, percebo que o maior contingente de alunas deseja ingressar em cursos de pós-graduação na área da Educação, seguido pela área do Direito.

Giselle Pinto (2007) reflete que discentes negros estavam mais presentes naqueles cursos de menor prestígio social e menos concorridos no exame vestibular e, do outro lado, os cursos de maior concorrência no ingresso e com maior status na sociedade eram ocupados majoritariamente por discentes brancos. A autora também pondera que

podemos concluir que estas divisões ocorrem não por falta de esforços dos grupos que sofrem com a existência destas, mas pela existência de uma série de fatores que contribuem para que ocorram estas divisões dentro da universidade. É possível citar como exemplos o menor acesso dos estudantes negros à educação de qualidade durante sua trajetória escolar e menores condições financeiras para manutenção destes alunos em determinados cursos, principalmente os cursos de horário integral. (Pinto, 2007, p.50)

Werneke (2015) considera que foram alcançados diversos avanços com a inserção de pessoas negras na pós-graduação, principalmente quando se olha a realidade da comunidade negra brasileira. Segundo a autora, quanto mais mestres e doutoras/os/es negros, maior é a possibilidade de ter pessoas habilitadas a fazer e liderar pesquisas, especificamente de nós para nós, ou seja, da população negra para a população negra.

Os dados quantitativos aqui apresentados se caracterizam como recurso da pesquisa qualitativa e foi utilizada para compreender os dados mensuráveis por números, tanto das pessoas inscritas, como do geral de concluintes do Pré-Pós, mas principalmente das mulheres negras concluintes. Considero, porém, que muitos aspectos não são contemplados nas análises quantitativas e o aprofundamento se dá quando se lança olhar afinado o qual tem em vista desvelar, aprofundar e conhecer por meio de sucessivas aproximações, a vivência de mulheres negras que pretendem ingressar ou dar continuidade na carreira acadêmica e que concluíram o curso de pré-graduação acadêmica.

No próximo subcapítulo, portanto, serão analisadas as cartas de apresentação que 20 mulheres negras, concluintes da turma 2/2020 do curso Pré-Pós UFPR.



### 4.3 Narrativas autobiográficas

As narrativas autobiográficas possibilitam que as interpretações se entrelacem com as vivências individuais e a coletivas e, igualmente, narrar-se é um exercício de reconstruir-se, reconstruir memórias – as suas próprias e a dos ancestrais (ROSENTHAL, 2014). A pergunta de pesquisa elencada para esse trabalho é “O que o perfil e as narrativas autobiográficas de mulheres negras que concluíram Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR – Turma 2 – 2020 revelam?”. Nesse sentido, o uso das cartas de apresentação e das escritas autobiográficas serão utilizadas com a finalidade de buscar respostas a esse questionamento e serão analisadas à luz da Teoria Racial Crítica - TRC.

Relembro que a TRC traz, dentre seus princípios, a centralidade do conhecimento experiencial e, por meio das narrativas e contranarrativos “*counterstorytelling*” valoriza o conhecimento das pessoas negras como credível, e imprescindível para analisar e compreender as experiências vividas por essas (FERREIRA, 2014).

Assim, foram eleitas duas categorias, sendo a primeira “Raízes, ancestralidade e identidade: um salve para as que vieram antes” e a segunda “Vivências, sobrevivências, superações e resistências”. Para tal separação, fez-se necessário a escolha dos extratos trazidos para reflexão e análise conforme os objetivos da pesquisa e, em outros aspectos, trago as cartas do universo de 20 mulheres negras que contribuem com a presente pesquisa, divididos em bloco de excertos para análise, separados conforme se aproximam entre eles no relato.

Feitas as devidas ponderações sobre as interlocutoras no item 4.1 da presente dissertação, a partir desse momento serão apresentadas as categorias que permitiram agrupar os dados coletados, de acordo com elementos pré-estabelecidos, ou seja, em consonância com os objetivos específicos do presente estudo. Elencar categorias foi uma estratégia para sistematizar e enriquecer a análise dos dados, seguindo o preconizado pela metodologia.

### 4.3.1 Raízes, ancestralidade e identidade: um salve para as que vieram antes

Reconhecer a si mesmo como pessoa negra pode ser um processo complexo.

Compreendo que o “reconhecer-se negra” é um processo identitário e, conforme Gomes (1995), a identidade é construída gradativamente em contexto histórico e cultural, portanto, não é nata. Para tanto, a autora elucida que variáveis, causas e efeitos são envolvidos num processo que considera as primeiras relações que se estabelecem entre os membros do grupo social mais íntimo, entendido por mim como a família precipuamente e, por meio dessas relações e experiências, são elaboradas as visões de mundo que pautam o futuro (GOMES, 1995).

Tendo isso em vista, trago excertos que consideram esses aspectos nas Cartas de Apresentação que li:

*Sou **mulher negra**, periférica, mãe, em constante busca de condições de qualidade de vida e com a aspiração da minha contribuição social. Moro em Curitiba, desde dezembro de 2018, quando decidi migrar de Pelotas/RS, rumo a oportunidades de renda e novos caminhos. (Carta de Apresentação 2 – Ariana. Grifos meus)*

*tenho 40 anos, estou enquanto merendeira em uma escola do município de Paço do Lumiar, moro em um Bairro periférico da grande Ilha de São Luís do Maranhão que foi reconhecido recentemente como quilombo urbano, **sou Mãe preta**, de um casal de jovens, filha de Dona de Casa e de um trabalhador do Sindicato dos Arrumadores. (Carta de Apresentação 5 – Elisandra. Grifos meus)*

*tenho 28 anos e pertenço a uma família com 3 irmãs **mulheres/negras**, filhos de pais **negros**. Resido região periférica do bairro Sítio Cercado, na Curitiba. (Carta de Apresentação 1. Grifos meus)*

*Sou **mulher negra** (de pele clara), casada, com dois filhos, tenho 42 anos. Sou filha de pai baiano e mãe mineira, pai negro e mãe branca, (Carta de Apresentação 7. Grifos meus)*

*mulher, **preta/negra** e educadora em constante construção. Filha de dona Carolina e de seu Carlos<sup>38</sup>, brasileira, nordestina, baiana e feirense. Minha história de vida não se difere de muito de meus iguais, filha de um operador de máquinas (...) e de uma dona de casa, lutadora, guerreira, exemplo de mulher de fibra. (Carta de apresentação 12. Grifos meus)*

***sou mulher negra**, tenho 27 anos, e moro na Região Administrativa Planaltina, situada no Distrito Federal. Sou filha de uma mãe, **linda, preta** que era empregada doméstica e um pai não tão presente, mas que me ensina*

---

<sup>38</sup> Nomes Fictícios

*muito sobre persistência. (Escrita autobiográfica da interlocutora da Carta de Apresentação 17)*

É possível apreender, por meio desses fragmentos, que as participantes se reconhecem enquanto pessoa negra.

Relembro que na análise quantitativa, foi possível observar por meio dos dados da Tabela 12 que 76 mulheres reconheceram seu o pertencimento racial como “pessoa negra” no formulário de inscrição. Nas narrativas, foi possível observar que das 20 cartas de apresentação lidas, em 14 existem os termos “mulher” e “negra” ou “preta” utilizados conjuntamente. Das 7 escritas autobiográficas, 2 traziam esses termos.

Por meio das narrativas descritas acima, observo que existe a identificação dessas mulheres com suas raízes e território onde nasceram, cresceram ou residem, pois trazem tal informação em destaque, logo no início de suas cartas, ou se reconhecem como “periféricas” ou ainda, aquelas que não trazem tal informação, referem sobre a regionalidade de nascimento de seus pais o que parece ter relevância para essas mulheres.

Marielle Franco (2018) destaca que nas favelas e na periferia, mulheres negras são potência de criatividade, inventividade e promovem processos de superação de suas condições, forma de sobrevivência e organização coletiva em seus territórios que se diferenciam de outras partes das cidades. São relações de identidade e solidariedade entre as mulheres negras e seu território..

Em outros excertos, as interlocutoras mencionam suas experiências com relação à estética do “ser negra” e as mudanças ocorridas em suas vivências.

*Tive uma infância bem feliz, apesar de todas as dificuldades sempre me percebi muito grata, por tudo ou por nada. Tive pais que se ausentavam diariamente para colocar comida em casa e compreensivelmente ausentes, mas nunca alheios aos meus processos. Fui aquela criança que brincava na rua, sabe? Sempre cativei bons amigos e fui cativada. Quanto ao período escolar, tudo me pareceu bem satisfatório nos anos iniciais, pois frequentei escolas públicas de qualidade e tenho a memória de me sentir bem contemplada naquele ambiente. Hoje olhando criticamente, percebo que fui passiva para estar feliz na infância **sempre perdendo os racismos, os desrespeitos... revidei foi pouco.** À medida que a vida foi passando, continuei cultivando os mesmos hábitos da infância: boa filha, boa amiga, boa colega de trabalho. Um processo de ser sempre bom para o outro e para mim o que restasse. **Enfim, mas fui crescendo e identificando que as oportunidades não eram as mesmas para todos,** que nem todo mundo ocupava determinados lugares e mesmo sem querer reconhecer aquilo, percebi que tinha nome: desigualdade racial. Esta me intrigou e submeteu-*

*me a pensar que para vencer na vida seria necessário ser muito inteligente. Chamei por muito tempo essa minha característica de determinação, mas reconheço que resisti até aqui. Vivi a adolescência com crise de identidade, querendo ser o que não podia. Branca, cabelos lisos, aceitável... Mas quando não se tem isso, o que nos resta? Estudar para ser no mínimo reconhecida (...) logo em pouco tempo me tornei uma professora concursada para alegria de uma família que achava que não chegaríamos tão longe. **Carrego no meu viver a gratidão aos meus ancestrais, aqueles que vieram antes de mim para que eu pudesse aqui estar**, bem como agradeço as experiências oportunas e inoportunas dessa caminhada, pois me ensinam a viver com firmeza e resistência. (Escrita Autobiográfica – Glauce)*

A narrativa de Glauce revela contradições que estão muito presentes na formação das mulheres negras, ao se depararem com ambiente cultural que desvaloriza suas características de aparência, em especial o tipo de cabelo, sucumbem ao discursos hierarquizante e se sujeita a intervenções para se afastar das características mais negras.

As contradições discutidas por Souza (1990) revelam-se; as tensões da crise de identidade relacionada com a aparência negra, a descoberta/percepção do racismo e a organização de identidade que opõe a características estéticas desvalorizadas a alternativa de grande esforço pessoal para estudar estão explicitadas em sua narrativa. Características distintas e entrelaçadas na estruturação do racismo (Grada KILOMBA, 2019), a construção da diferença; o estabelecimento de hierarquias raciais e o poder social são expressos na narrativa.

Outra narrativa também discute a relação entre o tipo de cabelo, a construção de identidade e as marcas hierarquizantes do padrão estético branco/cabelo liso, que neste caso foram impostos à interlocutora 7 pela própria mãe e, depois de adulta, a transição capilar para seu cabelo natural foi experienciado como libertadora, na narrativa como exercício de superação, maturidade, empoderamento:

A identidade racial pode ter como lócus privilegiado, a família; o reconhecimento racial se inicia nessa e pode ser positiva ou extremamente violenta:

*Fui filha única logo na primeira infância pois perdi meu irmão muito cedo e cresci nesta condição. Sou filha de mãe branca e pai negro, digo isto porque ser filha de mãe branca e ter cabelos crespos foi algo que me marcou muito. A minha mãe sempre me levava para alisar o meu cabelo desde os oito anos seja na base de produtos químicos ou por chapa quente (talvez vocês nem conheçam este instrumento), fui sendo criada e adaptada ao padrão de beleza imposto, mesmo porque na minha infância, o programa da Xuxa estava no auge e aquele padrão de beleza era referência. Fiz o curso de Direito, a princípio, pois meu pais sempre almejavam uma doutora na família. Mas no fundo, sempre gostei das línguas estrangeiras,*

*queria fazer Letras. A vida seguiu, casei e fiz o curso de Letras, na modalidade a distância, fiquei muito feliz por ter realizado este sonho. Após alguns anos, mesmo com filhos pequenos e ressalto aqui a transição capilar, pela qual experiei há 3 anos. Confesso que me senti tão empoderada ao assumir meu cabelo crespo, tão resolvida, tive que desconstruir e construir vários conceitos impregnados ao longo da vida, superar muitas situações para me aceitar do jeito que sou. (...) Sou muito grata à transição capilar pela qual passei, através dela mudei o modo de ver o povo negro, foi um processo de identificação e maturação imenso (Escrita autobiográfica da interlocutora da Carta de Apresentação 7 – grifos meus)*

Conforme a narrativa da interlocutora da Carta de apresentação 7 e escrita autobiográfica 4, ela foi vítima de ataques à sua estética por parte da sua mãe, o que a levou a ter padrões de beleza eurocêntricos. Nesta narrativa fica patente a contradição entre as identidades e opções estéticas de mãe e filha, num processo bastante complexo.

Ferreira (2014) destaca que a identidade racial branca também precisa ser discutida, devido ao fato que fora idealizada e estabelecida numa perspectiva normalizadora, a qual possui rebatimentos tanto na identidade racial negra quanto na branca. Concordando com isso, Lourenço Cardoso faz reflexão acerca da branquitude<sup>39</sup>. Apesar do conceito não ser aprofundado no presente trabalho, faz-se importante citar e situar – mesmo que brevemente - para compreensão desse relato.

Ainda, o autor define que a branquitude em crítica e acrítica. Segundo Cardoso:

a branquitude crítica que desaprova o racismo “publicamente”, e a branquitude acrítica que não desaprova o racismo, mesmo quando não admite seu preconceito racial e racismo a branquitude acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos. (CARDOSO, 2010, p. 610)

Nesse sentido, observa-se que no relato acima, a mãe da interlocutora teve atitudes racistas que impactaram diretamente na visão que a interlocutora tinha de si

---

<sup>39</sup> Segundo Cardoso (2010, p. 11) “a branquitude procura se resguardar numa pretensa ideia de invisibilidade, ao agir assim, ser branco é considerado como padrão normativo único. O branco enquanto indivíduo ou grupo concebido como único padrão sinônimo de ser humano “ideal” é indubitavelmente uma das características marcantes da branquitude em nossa sociedade e em outras. Para mais informações sobre o tema, ver CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. *Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv* [online]. 2010, vol.8, n.1, pp.607-630. ISSN 1692-715X Disponível em <http://www.scielo.org.co/pdf/rllcs/v8n1/v8n1a28.pdf> acesso em 05/12/2021.

mesma. Considerando seu local social e racial de mulher branca, essa genitora adotou postura de branquitude acrítica, mesmo tendo uma filha negra, no sentido da tentativa de enquadramento da prole num padrão de beleza, o que levou a interlocutora a ter diversos rebatimentos em sua vida pessoal adulta.

Ao recorrer ao conteúdo das Cartas de Apresentação, encontrei outro excerto que retrata essa perspectiva do padrão eurocêntrico de beleza, na vivência de uma das interlocutoras:

*Vivi a adolescência com crise de identidade, querendo ser o que não podia. Branca, cabelos lisos, aceitável..., Mas quando não se tem isso, o que nos resta? Estudar para ser no mínimo reconhecida. (Escrita autobiográfica da interlocutora da Carta de Apresentação 8 – Glauce)*

A construção de distanciamento social entre negros e brancos é uma construção socio-político-cultural que apela para a crença da inferioridade do negro e na supremacia branca. Segundo Gomes (2008) tanto a aceitação do ser negro quanto a sua rejeição ocorrem na esfera da racionalidade, bem como nas relações raciais que são estabelecidas e que “a expressão desse conflito passa, necessariamente, pelo corpo. Isso inclui os diversos sinais diacríticos e, entre eles, destaca-se o cabelo” (GOMES, 2008, p.125) e tal fator está relacionado diretamente às narrativas das interlocutoras.

O padrão de beleza dialoga com o princípio da Teoria Racial Crítica dos privilégios de pessoas brancas, conseqüentemente, traz a necessidade de se colocar a o desafio à ideologia dominante. A Teoria Racial Crítica é importante para analisar tal discurso, partindo da perspectiva de que grupos dominantes têm historicamente sido privilegiados pelo padrão de beleza eurocêntrico.

Vania Maria Bonfim da Silva Bonfim (2009) relata que para compreender esse espaço de privilégio, “pontos de tensão na constituição da identidade da mulher negra brasileira” precisarão ser pensados. Segundo a autora “Essa tensão está relacionada com o lugar subalternizado pela raça e pelo sexo em conflito com a condição ancestral proeminente na família, na economia, na sociedade e na civilização” (BONFIM, 2009, p. 244)

Nesse sentido, Petronilha Silva (1988 p. 17) destaca que “saber-se negra é viver a experiência de comprometer-se a resgatar sua história”. Tal reconhecimento pode criar ramificações e desdobramentos a partir de outras relações que o sujeito estabelece.

Gomes (2005, p. 120) aponta que a família é “a matriz da construção das identidades, o espaço da ancestralidade, da afetividade, da emoção e da aprendizagem de diversos padrões sociais” e, ainda, aponta que a identidade negra é uma construção social, histórica, cultural. Por tanto, pode ser um ponto de fortalecimento e apoio da identidade da pessoa negra.

Segundo a autora, a construção do olhar de um grupo étnico-racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico-racial, sobre si mesmos se dá a partir da relação com o outro. Nas narrativas abaixo, é possível identificar a referência da ancestralidade em suas próprias histórias:

*O período na Universidade foi certamente uma conquista em memória dos meus ancestrais, como mulher negra, jamais me enxerguei num espaço de produção de conhecimento, no qual me formei em 2014. (...) houve um aprofundamento considerável no reconhecimento da minha identidade, pois após anos me enquadrando num espectro social onde não haviam referências sobre a minha negritude pude experienciar neste ambiente plural o encontro com a minha ancestralidade. (Carta de Apresentação 8 - Glauce)*

*(...) logo em pouco tempo me tornei uma professora concursada para alegria de uma família que achava que não chegaríamos tão longe. **Carrego no meu viver a gratidão aos meus ancestrais, aqueles que vieram antes de mim para que eu pudesse aqui estar, bem como agradeço as experiências oportunas e inoportunas dessa caminhada, pois me ensinam a viver com firmeza e resistência.** (Escrita autobiográfica da interlocutora da Carta de Apresentação 4 . Grifos meus)*

Em ambos excertos, as interlocutoras reconhecem a trajetória e expressão sua gratidão aos ancestrais, atribuindo sua resistência aos que vieram antes.

Consonante ao exposto, Andreza da Silveira Jorge (2019) afirma que relembra a ancestralidade, é dar visibilidade ao povo negro, suas lutas e sobrevivências, enaltecendo os saberes e epistemologias contra hegemônicas e é, sobretudo, um ato de resistência, re-existência e potência, que também pode ser concebido como o conhecimento experiencial da Teoria Racial Crítica.

Quando se articula ancestralidade e mulheres, identifico que nas narrativas autobiográficas apresentadas, há destaque ao papel que outras mulheres tiveram em suas vidas:

*Faço parte de uma linhagem de mulheres muito fortes e batalhadoras. Minha história não começa comigo, mas sim com minha mãe, Tereza<sup>40</sup>, que sempre teve que trabalhar muito para prover nosso sustento – meu, do meu irmão e do meu pai por algum tempo.(...) sempre tive ela como exemplo de*

---

<sup>40</sup> Nome fictício



*como me “virar” na vida e enfrentar as dificuldades. (Carta de apresentação 9)*

*filha de (...) uma dona de casa, lutadora, guerreira, exemplo de mulher de fibra. (Carta de apresentação 12. Grifos meus)*

*Ingressei no curso de Direito no Centro Universitário de Curitiba – Unicuritiba (...) com apoio psicológico e moral da minha mãe. (Carta de apresentação 6 – Eliza)*

A figura feminina exerce importante papel na vida das duas narrativas acima. A interlocutora da Carta de Apresentação 9 destaca que é fruto de uma linhagem de mulheres muito fortes e batalhadoras e dá lugar de destaque à sua mãe, tendo-a como exemplo de vida. Na narrativa da Carta de Apresentação 12, a interlocutora descreve as características de sua mãe como lutadora, guerreira, exemplo de mulher de fibra, o que denota que possui grande admiração por aquela. A interlocutora da Carta de Apresentação 6 afirma que sua mãe ofereceu apoio psicológico e moral durante a graduação, então, observo que a figura materna foi importante para que além do ingresso, para que Eliza tivesse sucesso e conseguisse concluir o ensino superior.

Ainda sobre maternidade, verifiquei que além das narrativas contemplarem o papel de suas mães, também existem aspectos sobre e vivência da maternidade pelas próprias interlocutoras.

Mulheres negras que são mães solas já foram colaboradoras em pesquisas desenvolvidas por mim anteriormente e, em decorrência da minha trajetória de vida, relações de parentesco e ancestralidade, configura-se em uma temática cara e sensível no meu cotidiano enquanto pesquisadora.

Destaco que, em que pese os dados quantitativos tenham apresentado que 4 mulheres negras residem com os filhos (Tabela 8), pode-se identificar que 7 interlocutoras trazem em seus relatos, informação que são mães solas.

Além da questão da monoparentalidade feminina (mães solas), Lopes e Dias (2020) apresentam que significativo quantitativo de mulheres negras que moram com os familiares, encontrado na análise das cursistas do Pré-Pós de 2017, o que pode indicar a continuidade da sua função social de cuidado com a família e refletem que mulheres negras despontando como sustentadoras e condutoras da formação familiar e possuem papel agregador desde o período escravagista no Brasil.

O Teoria Racial Crítica destaca que o racismo é endêmico na sociedade. Conforme cunhado por Almeida (2018) a respeito da realidade brasileira, o racismo é

estrutural e se intersecciona com as formas de subordinação e as mulheres negras podem ser consideradas as mais atingidas pela operacionalização desses diversos sistemas na sociedade.

A maternidade em si já é permeada por diversos desafios, quando somadas outros aspectos como raça e classe, múltiplas determinações incidem sobre a vida e cotidiano dessas mulheres. Considerando a interseccionalidade, aqui é possível identificar o entrecruzamento dos aspectos relacionados à raça, gênero, escolaridade, geração

*sou Mãe preta, de um casal de jovens (...)por vezes fui muito relutante em querer dar continuidade, devido os grandes desafios que enfrentamos durante nossa caminha. Tendo que trabalhar, estudar e ainda ser mãe, dona de casa... (Carta de apresentação 5 – Elisandra)*

*Com esta força, resolvi voltar à vida acadêmica e fazer o mestrado (...) Percebo que renasci e agora estou pensando em ser doutoranda, mesmo trabalhando, sendo mãe, mas com fé, continuo na caminhada. (Escrita autobiográfica da interlocutora da Carta de Apresentação 7)*

*Espero por esta oportunidade para ajudar na elaboração de um projeto por ser mulher negra, mãe e com 42 anos sonhando entrar no doutorado. (Carta de Apresentação 8 - Glauce)*

Nas narrativas acima, identifico intersecções e coexistência de vivências das interlocutoras, como os múltiplos papéis assumidos por elas em suas famílias. Ainda assim, essas mulheres mantêm o desejo de realizar cursos de pós-graduação, ingressaram no curso pré-pós e o concluíram.

Juliana Marcia Santos Silva (2020) compreende que conciliar a maternidade e a carreira científica é uma tarefa difícil para as mulheres em geral e, quando acrescida raça nessa esfera, outros aspectos emergem. A autora cita que mulheres mães negras acumulam em suas trajetórias acadêmicas as mais diversas desvantagens que se interseccionam em formas de opressão.

Ainda, a autora considera que muitas mulheres negras ingressam tardiamente no ensino superior devido a necessidade de conciliar as múltiplas demandas da reprodução da vida que exercem, ou ainda, aquelas que ingressam e concluem a graduação, necessitam ingressar no mercado de trabalho, o que pode levar ao adiamento do desejo de seguir no ambiente acadêmico.

*Em setembro de 2010, grávida do meu primeiro filho, Alex<sup>41</sup> (hoje com quase dez anos), prestei o compromisso na Ordem dos Advogados do Brasil, no Paraná (...) Em 2017, nasceu minha filha Beatriz<sup>42</sup> cuja gestação me despertou para as questões de gênero que estruturam nossa sociedade. Em 2018 me separei do pai dos meus filhos e fui dispensada do emprego, situações que me despertaram para outras questões, como a racial, e me fizeram ter forças para abrir meu próprio escritório. (Carta de Apresentação 6)*

A interlocutora da carta 6 afirma que, com a experiência da maternidade, emergiram questões relacionadas à gênero e raça que a levaram a mudar os rumos de sua vida profissional e, ainda, retomou seu desejo para ingressar na academia, em curso de mestrado. Informa sobre a sua trajetória de maternidade e posterior separação e perda de emprego, a qual foi enfrentada com a abertura de um escritório de advocacia próprio. A monoparentalidade veio acompanhada de responsabilidades maiores na esfera profissional de cuidado dos filhos, sendo um dos casos das mulheres que moram apenas com filhos dos constantes na Tabela 8. Neste caso específico revela grande resistência, visto que mesmo com o acúmulo de atividades e início de trabalho em escritório próprio ocorre a busca pela preparação para pós-graduação.

*Desde pequena tinha o sonho de ser advogada, e isso era visível, pois meus amigos falavam “que a nega (como sempre fui chamada) sempre defendia quem em precisava”. Esse sonho sempre se manteve vivo em mim, mas a vida de uma mulher com sonhos nunca é fácil e com 19 anos engravidei do meu primeiro filho (...) A soma de muitos fatores deixava meu sonho bastante longe: eu era muito jovem, tinha que trabalhar, cuidar da casa, cuidar do meu filho, meu parceiro não aceitava que eu estudasse e as oportunidades para ingressar no ensino superior eram muito escassas para jovens da minha classe social. O tempo foi passando e meu sonho continuava vivo. O trabalho, cuidado da casa e do filho permaneciam, mas eu já não me encontrava mais naquele relacionamento e, portanto, não tinha mais a resistência de estudar por parte de meu parceiro. Além disso o Brasil era outro, com mais oportunidades para jovens como eu. Eis que resolvi me impor esse desafio e começar meus estudos. Não tínhamos condições alguma de arcar com os custos de uma faculdade, mas em 2013, graças ao programa de financiamento estudantil (FIES), dei início a jornada acadêmica na faculdade de direito, e ali pude perceber, que o senso de justiça, realmente habitava em mim. Não era nada fácil minha jornada, sendo literalmente um sacrifício para mim e minha família. Minha rotina incluía sair de casa 7 horas da manhã e retornar após as 23 horas. Mas como eu disse, a vida não nos costuma dar trégua, e como se ela já não fosse desafiadora o suficiente, no sexto período de faculdade, descobri minha segunda gestação. Como em minha primeira, esta não fora planejada, mas ela trouxe consigo um desafio a mais, o da aceitação. Eu vivia um momento muito complicado do relacionamento e foi muito difícil aceitar a gravidez, ainda mais quando ela claramente parecia exigir a suspensão dos meus estudos. Mas me mantive firme, superando as*

---

<sup>41</sup> Nome Fictício

<sup>42</sup> Nome Fictício

*dificuldades de trabalhar, estudar e cuidar de filhos (...) Continuar era cada vez mais difícil e desgastante, mas eu costumava buscar forças aonde dava. Na faculdade, escutei uma frase que ficou marcada no meu coração, “nós que temos o senso de justiça, temos que ser a voz daqueles que não são ouvidos”, ou seja, fazer justiça, vai muito além de ajuizar uma demanda, faz com que sejamos usados como instrumento para salvar vidas de outras pessoas. E eu estava lá na faculdade, mulher, negra, mãe de dois, sonhando um sonho que muitos queriam, mas poucos podiam. **Eu estava lá por muitas e não podia desistir.** (Carta de Apresentação 9 – grifos meus).*

A interlocutora da Carta de Apresentação 9 relaciona a superação dos desafios de dar seguimento aos estudos a aspectos que vivenciou em relacionamentos afetivos e a maternidade.

O conjunto de narrativas que tive acesso permite afirmar que a busca do avanço nas etapas de ensino se configura como importante ato de resistência de mulheres negras, mães solas, para ocupação do espaço acadêmico e essas redes operam como importante agente de permanência dessas mulheres na pós-graduação.

Quando a interlocutora afirma que “*Eu estava lá por muitas e não podia desistir*” dá a dimensão coletiva de sua conquista de ingressar na universidade “*sonhando um sonho que muitos queriam, mas poucos podiam*”. Com base nesse excerto, é possível fazer algumas considerações sobre essa dimensão coletiva da conquista.

Segundo Joselina da Silva e Maria Simone Euclides (2018) quando uma mulher negra ocupa um espaço público como a universidade, pode despertar o desejo e motivação em outras mulheres negras para ingressarem nesse espaço. Segundo as autoras “a frase ‘uma sobe e puxa a outra’ – utilizada pelo movimento de mulheres negras brasileiras – eleva no sentido de criar mecanismos específicos” para permitir o acesso desse grupo no ensino superior (SILVA e EUCLIDES, 2018, p. 58).

Ainda, as autoras destacam que a representatividade de gênero e raça na acadêmica pode “alavancar no trabalho simbólico de mudança na maneira como cada um e cada uma vai se ver nessa escala de oportunidades e direitos” (Idem) e que esses aspectos podem somar forças no combate à solidão que o racismo cotidianamente faz as mulheres negras vivenciar, apontando, portanto, na dimensão coletiva das conquistas individuais.

### 4.3.2 Vivências, sobrevivências, superações e resistências

O acesso de Mulheres negras ao ensino superior pode ser um caminho bastante desafiador, conforme é possível observar nos excertos das Cartas de Apresentação e escritas autobiográficas.

*Costumo pensar que a vida pode ser uma soma de possibilidades e escolhas, com doses de probabilidade. As possibilidades são as opções que aparecem no espaço tempo, as escolhas são o que fazemos com as possibilidades apresentadas. A probabilidade é o que/quando/onde algo pode vir a acontecer, considerando o exato momento de qualquer tempo/espaço de nossa vida. Assim, convido-os a olhar o cenário brasileiro sobre a educação de pessoas pretas/pardas, oriundas das classes populares, de pais com pouca ou sem escolaridade, em instituições de ensino precárias, até sem professores para determinaras matérias, com famílias desestruturadas, com rendimentos monetários extremamente baixo e acesso a serviços públicos essenciais precários, que começa a trabalhar na infância, entre outros. Este cidadão, com estas vivências, consegue um diploma de nível superior numa instituição pública de Ensino superior. As estatísticas brasileiras, se considerar todas estas variáveis, e outras de vulnerabilidades em que vivem as famílias, vai apresentar um resultado extraordinário: é praticamente impossível este cidadão (preto/pardo) chegar a uma universidade pública, terminar uma graduação, um mestrado, um doutorado e tornar-se P.h.D., ou seja, há uma probabilidade muito pequena de que isso aconteça. Entretanto, quando olho para este cenário, fazendo parte dele, vejo que sou uma probabilidade muito pequena de acontecer. Sou graduada em bacharel em Estatística pela UFPR, consegui o diploma com o auxílio de bolsas, acesso a moradia estudantil e estágios. Por meio de programas de bolsas da universidade, consegui ter acesso a conhecimentos e vivências muito significativas, pois, pude fazer viagens, participar de eventos, participar de projetos em comunidades, entre outros. (Carta de apresentação 4)*

A narrativa da carta de apresentação 4 apresenta uma análise sobre as baixas probabilidades de pessoas negras completarem a graduação e dá um sentido forte de exceção para pessoas que tem condições sociais amplamente desfavoráveis atingirem os graus mais altos de formação. A análise articula muito bem indicadores sociais com sua trajetória pessoal, dando um sentido implícito de superação por alcançar resultados com baixíssima probabilidade de acontecer, ao mesmo tempo em que apresenta oportunidades que acessou na formação superior propiciados por políticas de permanência e de acesso a bolsas, projetos e congressos. O apontamento na narrativa da interlocutora da Carta de Apresentação 4 tem correlação com os dados trazidos nos capítulos anteriores desse trabalho. As estatísticas de escolarização de pessoas negras convergem com o descrito no excerto acima.

Observei que alguns relatos trazem experiências acadêmicas que as interlocutoras consideram extremamente relevantes para dar continuidade a ascensão a outros níveis do ensino superior, portanto, promover processos de rompimentos com essa baixa probabilidades de pessoas negras avançarem etapas acadêmicas.

O ingresso, a permanência, o sucesso e a conclusão da graduação por pessoa negra, à primeira vista, pode ser entendido como uma conquista individual. Porém, é necessário considerar as lutas travadas pelo movimento negro que constroem cotidianamente estratégias de resistência em busca da igualdade de oportunidades entre pessoas negras e brancas.

Relembro de Lélia Gonzalez (1982) e Sueli Carneiro (2018), intelectuais negras brasileiras que apontam que o fato de ser mulher negra na sociedade brasileira envolve a tríplice militância, devido a operacionalização de sistemas de exclusão que auticulam a condição de raça, sexo e classe. Carneiro (2018) infere que a mulher negra carrega as bandeiras do movimento negro, do movimento de mulheres e demais movimentos sociais que buscam e militam para uma nova ordem societária, mais igual e justa.

Na Tabela 12, há informação que o total de 31 mulheres declararam fazer parte do grupo de pertencimento de “Egressos e egressas de programa de ação afirmativa no Ensino Superior”. Dentre as interlocutoras, pude observar que 12 delas relataram ter ingressado por algum programa de cotas raciais, seja nos relatos ou no preenchimento do formulário de inscrição. Nas narrativas, é possível encontrar os seguintes excertos:

*Toda minha vida escolar se deu em escola pública, inclusive, parte de meu ensino fundamental, se deu por meio da TV educativa, ainda no Japeú. Fiz parte de meu ensino médio em horário noturno e o pré-vestibular num cursinho comunitário - o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PRENEC)- que me auxiliou na aprovação em meu primeiro vestibular. Sou formada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Ingressei através do primeiro ano do programa de cotas para negros desta Universidade. (Carta de apresentação 3 – Conceição)*

Em 2008, ingressei na Universidade Federal da Bahia, como aluna cotista, no Curso de Letras Vernáculas, no qual me formei em 2012. Ao final da graduação, pedi reingresso e fiz o bacharelado, concluído em 2014. (Carta de Apresentação 14 - Luana)

*Sou graduada em bacharel em Estatística pela UFPR, consegui o diploma com o **auxílio de bolsas, acesso a moradia estudantil e estágios. Por meio de programas de bolsas da universidade**, consegui ter acesso a*



*conhecimentos e vivências muito significativas, pois, pude fazer viagens, participar de eventos, participar de projetos em comunidades, entre outros. (Carta de apresentação 4)*

Conforme as narrativas, as cotas raciais foram determinantes para a inserção e o prosseguimento acadêmico das três interlocutoras. A interlocutora da Carta de Apresentação 3 destaca, já na época de pré-vestibular, a oportunidade de participar de um cursinho comunitário e, mais tarde, ingressar na Universidade Federal do Maranhão através do programa de cotas para negros. A interlocutora da carta de apresentação 14 foi mais uma a entrar na Universidade pelas cotas, neste caso, na Universidade Federal da Bahia. A interlocutora da carta 4, além de se formar na Universidade Federal do Paraná com o auxílio de bolsas, acesso a moradia e estágios, garantiu acesso a conhecimentos e experiências diversas graças à programas de bolsas da UFPR.

Cervi (2013) afirma que, com a implementação das cotas raciais nas universidades, houve expressiva mudança no perfil de discentes no Brasil e, especificamente, na UFPR. Ainda, conforme a Andifes (2018), o sistema de cotas foi responsável por “mudar radicalmente o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades” (ANDIFES, 2018, p. 40)

Conforme trazido na reflexão do perfil de pessoas que cursaram o Pré-pós UFPR, é possível identificar na Tabela 12 que 33 são ingressaram no Ensino Superior por meio de Políticas afirmativas, o que corrobora com a narrativa transcrita acima. Ademias, dentre as 20 mulheres negras interlocutoras, 10 delas informaram fazer parte desse mesmo grupo

Analisando esse aspecto à luz da TRC, verifico que, além estar presente no princípio desafio a ideologia dominante, atinente ao processo de rompimento com os privilégios do grupo dominante, no caso, de pessoas brancas serem hegemônicas nas universidades brasileiras – sendo que a nação é composta majoritariamente por pessoas pardas e pretas – também tem intrínseca relação com o princípio de justiça social, por meio de ganho de direitos civis. Gomes (1995) afirma que mulheres negras se fazer presente, em espaços que outrora era ocupado apenas para homens brancos, expressa mais que uma colocação profissional ou acadêmica, pois por meio disso modelos construídos a respeito do negro brasileiro de que ele é intelectualmente incapaz são desconstruídos. A autora ainda salienta que “elas, saíram do seu lugar”, ou seja, de um lugar escolhido por um ideal racista



e pelas situações socioeconômicas de boa parte dos negros e negras do Brasil - do lugar da empregada, da secretária do lar, da lavadeira -, para ocuparem posições ainda visto como antes ocupado hegemonicamente por pessoas brancas detentoras de status social, portanto, associada a um ponto importante: o saber formal (GOMES, 1995, p.28-29).

É possível identificar que algumas dessas mulheres foram as primeiras das suas famílias a concluírem um curso de graduação

*sou a primeira **mulher negra** da minha família a conquistar o sonho de criança de “o que quer ser quando crescer”*(Carta de Apresentação 6)

*Sou bacharela e licenciada em História pela UNIFIEO, graduação feita com bolsa 100% do Prouni, me formei em 2010, primeira pessoa formada da minha família em quase 100 anos de história, filha de uma merendeira e um caldeireiro. (...) É com grande expectativa que vejo o curso oferecido, oportunidade única para uma **mulher negra**, que vem batalhando para conquistar um espaço no mundo acadêmico, para que nós possamos contar nossa história e não sejamos apenas objeto de pesquisa com viés eurocêntrico.*(Carta de apresentação 16)

***Mulher negra**, filha e neta de mulheres negras, primeira da minha linhagem negra a acessar o ensino dito superior. Periférica, trabalhadora, formei-me em Letras pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, no ano de 2007. (Carta de Apresentação 18)*

*Hoje, depois de muito estudar, tenho consciência que sou a primeira mulher negra da minha família a concluir o ensino fundamental em idade escolar e sou pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná – EMATRA/PR (2015); que sou a primeira mulher negra da minha família a conquistar o sonho de criança de “o que quer ser quando crescer” e a ter todos os dentes na boca aos 34 anos. **E se hoje sou o que sou, é porque muitas vieram antes de mim para abrir esse caminho** e reconheço meus privilégios. (Carta de apresentação 6 – Eliza)*

*Minha família me ajudou (e ainda ajuda muito) nessa jornada e graças a ela eu fui capaz de chegar em um lugar onde jamais imaginei que pudesse chegar. Filha de mãe empregada doméstica e pai aposentado, ex motorista de táxi, eu sou a primeira da família a cursar uma universidade pública e despertar interesse em ingressar na pós graduação. (Escrita Autobiográfica interlocurota da Carta de Apresentação 19)*

As vozes trazem marcas identitárias bastante destacadas, com diversos elementos que se relacionam com a discussão realizada nos parágrafos acima destes excertos. Trazem marcas de raça e gênero e de pertença familiar (“*filha e neta de mulheres negras*”; “*filha de mãe empregada doméstica e pai aposentado*”); de lugar social (*periférica*); de profissão.

A informação de serem as primeiras de suas famílias a concluírem o ensino superior vem acompanhada de vários sentidos da importância no plano simbólico em alcançar tal feito. A *“primeira pessoa de minha vida família a se formar em quase 100 anos de história”*, que *“jamais pensei que pudesse chegar”* e *“a primeira mulher negra da minha família a conquistar o sonho de criança de “o que quer ser quando crescer”* informam sobre o enorme valor social que a conclusão do ensino superior tem, sobre a conquista que é ao mesmo tempo individual e coletiva (da família) e romper este espaço reservado para a elite é uma distinção, um alvo e um campo de luta por seu grupo social. No acompanhamento da adoção de cotas para pessoas negras na graduação, observou-se que os relatos de estudantes cotistas negros e negras serem os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior foi muito frequente (SILVA, 2008; TRIGO, 2016).

Sobre a pós-graduação, a afirmação que *“para que nós possamos contar nossa história e não sejamos apenas objeto de pesquisa com viés eurocêntrico”* remete a esta luta e informa uma visão cristalina de ausência do ponto de vista das mulheres negras na produção de conhecimento sobre elas mesmas. A crítica às ciências sociais brasileiras de posicionar as pessoas negras como objeto de pesquisa, mas não como sujeitos é recorrente desde os anos 1950 pelo menos e com o recente crescimento do debate sobre as mulheres negras na sociedade brasileira as hierarquias na academia passaram a alvo dos movimentos feministas negros, perspectiva que fundamenta a afirmação constante na carta.

O ingresso de pessoas negras na graduação é importante, mas a permanência e a conclusão também precisam ser pontuadas, pois além de acessar o Ensino Superior, esses estudantes precisam ter condições de finalizar.

Em suas cartas, o total de 12 mulheres afirmam que participaram de projetos de pesquisa durante a graduação, o que denota que tiveram contato com produção acadêmicas e, assim, percebo correlação dessa vivência durante o Ensino Superior para seguir com o desejo de ingressar em cursos de mestrado e/ou doutorado. Ademais, quanto aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, as cotas raciais não se estenderam a todos os cursos de mestrado e doutorado existentes.

Foi possível encontrar elementos relacionados às expectativas relacionadas ao Pré-Pós. Conforme sua finalidade intrínseca, a totalidade das interlocutoras informaram que o objetivo de buscar o Curso de Formação Pré Acadêmica: Afirmação na Pós (Pré-Pós) era dar continuidade aos estudos por meio do ingresso em

programas de mestrado ou doutorado. Dentre as narrativas, destaco os seguintes excertos:

*O interesse no curso Pré-Pós da UFPR, vêm do desejo da continuidade da **construção dos desdobramentos acadêmico**. O projeto me instigou pois trata de um Pré-Pós e nesta lógica, compreendo ser uma ferramenta de amplas possibilidades na promoção às continuidades dos saberes, seja para a área da Geografia ou da Educação. (Carta de Apresentação 2 - Ariana. Grifos meus)*

*O Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós (Pré-Pós) será de extrema importância, pois, me ajudará a **entrar num curso de mestrado**. (...). As ferramentas aprendidas no curso poderão me auxiliar com o direcionamento para temáticas e construir um projeto afinado para contribuir para a sociedade e me auxiliar a passar no mestrado. (Carta de apresentação 4. Grifos meus)*

*O motivo de fazer este curso dar-se pelo **desejo e necessidade de ampliar meus conhecimentos** sobre as etapas metodológicas de elaboração de um Projeto de Pesquisa para melhor **concorrer a uma vaga de mestrado** em uma Universidade Pública...(Carta de apresentação 3 – Conceição. Grifos meus)*

Como é possível observar, duas interlocutoras consideram que o pré-pós oferecerá ferramentas para auxiliar na construção de saberes ou, conforme a interlocutora da carta 3, que poderá ampliar os seus conhecimentos quanto às etapas metodológicas para elaborar o seu projeto.

As narrativas também trazem elementos quanto a expectativa que o Curso Pré-pós ofereça o preparo para que essas mulheres participem de seleções de pós-graduação stricto sensu, conforme é possível identificar nos seguintes excertos:

*Enxergo através da proposta do Curso Pré- Pós/UFPR a possibilidade de me inserir em um ambiente que incentiva à pesquisa através da preparação de **alunos para ocupar um espaço de discussão e produção**. Certamente ter um suporte que nos aponte um caminho, nos deixa mais seguros para assumir a posição árdua que é ser professor-pesquisador no nosso país. (Carta de apresentação 10 – Joseane)*

*recebi um link divulgando esse curso pré-pós, que é exatamente o que preciso. **Com ajuda de vocês poderei ter um melhor contato com o mundo da pesquisa, me preparar e, quem sabe, conseguir ingressar no mestrado em Direito da UFPR.***  
(Carta de apresentação 9)

*almejo uma vaga no curso Pré-Pós/2020 **com intenção de obter preparo adequado para pleitear vaga de mestrado em instituição de ensino pública.*** (Carta 13)

Com base no descrito pelas participantes, verifico que as expectativas das cursistas coadunam com o objetivo do curso. O Pré-Pós UFPR informa, no Guia das

e dos cursistas, o curso tem a finalidade de “Preparar candidatas e candidatos para participação em processos seletivos para programas de pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado e doutorado, no Brasil” e, para além de atender tais expectativas, em outras narrativas é possível observar que as mulheres negras percebem o curso como “oportunidade” para avançar uma etapa acadêmica:

*Acredito que a vaga para o curso será uma **oportunidade única e de grande valia para a minha formação**. Penso que a partir dessa oportunidade conseguirei concorrer a uma futura vaga na pós, com maiores chances de aprovação. (Carta de Apresentação 1. Grifos meus)*

*Vejo esse curso **como a grande oportunidade para ter uma orientação e conseguir escrever meu projeto de mestrado**, É com grande expectativa que vejo o curso oferecido.. (Carta de apresentação 16. Grifos meus)*

A interlocutora da Carta de Apresentação 1 informa que acredita que o Pré-pós é uma oportunidade única para sua formação, a qual possibilitará maiores chances de aprovação. A interlocutora da Carta de Apresentação 16, por sua vez, informa que as orientações recebidas durante o curso poderão auxiliá-la a ingressar em cursos de mestrado e doutorado.

Percebo que nas narrativas acerca das expectativas que as mulheres negras concluintes da Turma 2/2020 do curso Pré-Pós da UFPR tinham relação intrínseca com o desejo de avançar etapas acadêmicas, por meio do ingresso em cursos de mestrado ou doutorado.

Conforme apontado por Artes, Unbehaum e Silverio (2016), os programas de preparação pré-acadêmica - como é caracterizado o Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) – representam a possibilidade real e efetiva de pessoas negras ocuparem espaço na Pós-graduação. Os autores afirmam que a academia é considerada um espaço de produção intelectual e de relevância social para o desenvolvimento do país. Assim, defendem que a mudança no perfil racial e étnico das pessoas que a ocupam os cursos de mestrado e doutorado, por meio de desestabilização da política hegemônica de produção do conhecimento, é urgente.

Com base nisso, entendo que esses apontamentos possuem relação com três princípios da Teoria racial Crítica: ao pensar que pessoas negras foram por tanto tempo restringidas a ocupar a academia, precisamos considerar a intercentricidade de raça, reconhecer que as posturas hegemônicas advêm do racismo estrutural ou,

conforme a TRC, endêmico racismo. Consequentemente, quando se questiona a hegemonia branca nos espaços de produção de conhecimento, se pauta o desafio à ideologia dominante, questionando, problematizando e reivindicando esse espaço. Por meio do compromisso com a justiça social e das lutas coletivas forjadas pelos movimentos sociais negros, são forjadas políticas de ações afirmativas que vêm, paulatinamente, mudando o perfil da universidade brasileira.

Nas narrativas, dentre outros aspectos, identifico a existência de importantes reflexões acerca vivências, sobrevivências, superações e resistências das interlocutoras. Em algumas Cartas de Apresentação e escritas autobiográficas, é possível identificar também reflexões sobre a sociedade, o racismo, a educação e a vida profissional dessas mulheres negras.

A interlocutora da Carta de Apresentação 12, por exemplo, reflete sobre o racismo na sociedade e seu compromisso social enquanto professora negra, conforme o excerto a seguir:

*O racismo como fator social é vivenciado e experienciado pela população negra brasileira, a imposição de não transitividade entre os campos sociais nos aprisionam em pensamentos criados pelo colonizador, que tira nossa humanidade e nosso direito de cidadania, nos fazendo reféns de uma lógica social que nos desqualifica nos caracterizando de incompetentes, sem beleza, sem honestidade, sem inteligência, enfim tudo que eles consideram negativo, desumanos. Ser professora preta/negra, em uma sociedade em que o racismo é institucionalizado, se torna um ato político, à medida que buscamos alertar sobre a existência de situações racistas que envolvem nosso cotidiano, não nos mostrando apáticas com tais circunstâncias, perfazemos um caminho de desafios diários na luta por uma sociedade brasileira equilibrada, no entanto, essa busca em alguns momentos se mostra desafiadora, por ser contrária a lógica político-social vigente. Por conta disso busco obter uma postura antirracista diária, de modo a conscientizar quem se encontra ao meu redor sobre as ocasiões racistas e como eles muitas vezes são vivenciadas nas sutilezas; como por exemplo, quando entramos em determinado ambiente, já tímidos por ali estar, e por isso começamos a nos justificar através de conversas em voz alta, para quem se vê como pertencente aquele ambiente, não nos veja como ameaça. Tomar consciência desses acontecimentos nos permite o sentimento de revolta quanto ao quadro que está empoeirado, emoldurado e plantado sobre o território brasileiro a séculos, diante dessa situação é preciso reinventar e reivindicar o Brasil de modo que exponhamos suas faces negras, indígenas, femininas, multiétnicas.* (Carta de apresentação 12. Grifos meus)

*O cenário de sala de aula é desafiador, não só pela violência que nos cerca diariamente, mas também pelos efeitos dela no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Desperto diariamente para o meu papel de professora negra atuando em periferia, porque sei a necessidade em desvelar uma lógica racista reforçada através de representações distorcidas sobre o negro. É um desafio pensar e desenvolver práticas que combatam o racismo enquanto percebo que num público majoritariamente negro e não se enxerguem como tal. Sinto-me instigada nesta busca de agregar a vivência*

*da sala de aula com o desenvolvimento de uma pesquisa que amplie o conhecimento sobre racismo na perspectiva dos alunos da favela da Maré. (Carta de apresentação 8 – Glauce)*

*A educação é a porta que nos permite compreender o mundo e transformá-lo, para isso se utiliza das diversas ciências que abarca, sabemos que a educação transforma pessoas e pessoas mudam o mundo, portanto, ser educadora da ciência geográfica me permite contribuir com a transformação deste mundo em que vivemos, lócus, infelizmente, das desigualdades - políticas, sócias, econômica, que perfaz uma sociedade racista, segregacional, etnocêntrica, eurocêntrica, capitalista, sexista, xenofóbica e excludente. (Carta de apresentação 12)*

A postura antirracista que as interlocutoras das Cartas de Apresentação se imbuem é transformada no alicerce para a continuidade de suas lutas Glauce enfatiza que ser professora negra numa sociedade racista consiste em resistência cotidiana, por meio de ato político.

A interlocutora 12 faz reflexões sobre sua escolha na vida acadêmica e o quanto tal escolha impactou e continua a impactar suas decisões. A escolha do curso, mais do que uma proximidade com o que se gosta de falar ou fazer, neste caso é uma fuga proposital da zona de conforto. É olhar para dentro do que faz e repensar nas atitudes cotidianas, nas desigualdades e injustiças que caracterizam nossa sociedade.

Destaco que essas interlocutoras trazem a perspectiva interdisciplinar e interseccional na intercentricidade de raça e racismo, abarcadas pelos princípios da Teoria Racial Crítica. A interdisciplinaridade se dá ao identificar as diferentes disciplinas que precisam ser articuladas para analisar as narrativas presentes nesse texto, fazendo-se necessário articular conhecimentos do feminismo, educação, raça e outros. Já quando pondero a visão interseccional, percebo a centralidade da raça de forma ampla, a qual se correlaciona com a desigualdade racial e social, classe, gênero, regionalidade educação.

Considero de extrema relevância que essas mulheres façam as reflexões sobre o racismo que permeia a sociedade, ao mesmo tempo, destacam o “seu lugar” enquanto interlocutoras, identificando-se enquanto educadoras e pretendentes a ingressar em ambiente acadêmico de Pós-graduação. Silva e Euclides (2018) destacam que as mulheres na academia ou mulheres negras afrontando o espaço acadêmico possuem a capacidade de despontar resistências, mediante corporificação do que lutam, falam do que vivenciam.

Por meio das narrativas autobiográficas aqui apresentadas, considero que as interlocutoras posicionam a ocupação do ensino superior como resistência, como ato político de demarcar e tomar esse espaço, tornando-o acessível a si e aos seus pares. Para finalizar as presentes análises, evoco Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva ao afirmar que "Chegou a hora de darmos à luz a nós mesmos", ainda destaca que somente nós, mulheres negras, podemos nos definir: "Somos a fonte mais genuína de conhecimento sobre nós; exigimos que estudos que nos tomem por temática tenham como centralidade nossos pontos de vista de mulheres negras" (SILVA, 1998 p.15).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma produção científica/acadêmica demanda as mais diversas conexões por parte de pessoas que se dispõem a pesquisar. É um esforço intelectual, mental, emocional e, também, físico. Compreendo que o resgate da historicidade que permeia o meu problema de pesquisa retrata parte (parte, pois seria inatingível conseguir fazê-lo na integridade ou desvelar a realidade concreta e subjetiva em sua totalidade), reivindicações e conquistas de nossos e nossas ancestrais e daquelas figuras que fizeram e fazem parte das lutas coletivas. Para além disso, as conexões realizadas se referem a responsabilidade de pesquisar o ser humano, para além de números, aqui retratam seres humanos, retratam vidas e histórias e se faz necessário grande respeito e adoção extrema de cuidados éticos para com as pessoas que contribuíram e contribuem como interlocutoras dessa pesquisa.

Tive como objetivo geral analisar o perfil e narrativas autobiográficas de mulheres negras que participaram da turma 2/2020 no programa Pré-Pós UFPR.

O aporte teórico selecionado para a elaboração desse trabalho foi fundamental para compreender os contextos das relações étnico-raciais e a incidência das ações afirmativas no Brasil. Assim, considero que foi possível atender aos objetivos específicos de a) compreender o contexto das relações étnico-raciais e a incidência das ações afirmativas no Brasil, especificamente aquelas atinentes ao ensino superior e pós-graduação *stricto sensu*; b) refletir sobre as condições de ingresso de mulheres negras na universidade e na produção científica no Brasil.

É possível observar que as conquistas que contamos, enquanto povo negro, são parte do que foi obtido por meio de intensos processos de lutas protagonizados pelo Movimento Negro Brasileiro e Movimento de Mulheres Negras / Movimento feminista negro. Esta aproximação foi fundamental para que pudéssemos c) Mapear o perfil de pessoas inscritas, cursistas e das mulheres negras concluintes do Pré-Pós UFPR. Com os dados da pesquisa quantitativa, conclui-se que existe aproximação entre o perfil das pessoas inscritas com as pessoas que efetivamente cursaram o Pré-Pós UFPR na turma 2/2020.

Os dados demonstraram que as mulheres negras são maioria entre pessoas inscritas e cursistas que concluíram o Pré-Pós e, em contraste, identifica-se que a realidade do perfil daquelas que fazem parte do corpo discente dos PPG na UFPR é

de mulheres brancas , seguido por homens brancos, perfazendo 73,06% de pessoas brancas e 10,46% de pessoas negras nos cursos de doutorado da instituição (VANALI, 2019).

Quanto a idade, verificou-se que tanto entre as pessoas inscritas quanto candidatas, a idade que concentra o maior quantitativo é de 31 a 40 anos, seguida por 26 a 30 anos. No perfil das mulheres negras, a maior parte também informa está na faixa etária de 31 a 40 anos (42%), todavia, diferente do perfil geral entre inscritas e candidatas, a que concentra mais mulheres negras cursistas concluintes é de 41 a 50 anos (25%).

Em que pese esteja fazendo as considerações acerca da análise quantitativa, é inevitável lembrar que duas interlocutoras trouxeram em suas narrativas a perspectiva quanto aos seus ingressos tardios no curso de graduação e, assim, também ingressariam na mesma condição em curso de mestrado e/ou doutorado. SILVA (2020) analisa que a realidade de muitas mulheres negras é, diante da necessidade de conciliar as múltiplas demandas da reprodução da vida que são responsáveis, adiar o desejo de ingressar em cursos de graduação e seguir no ambiente acadêmico.

A identidade de gênero e raça/cor de pessoas inscritas, cursistas concluintes e mulheres negras concluintes também trazem informações importantes. De acordo com os dados obtidos, a maior parte das mulheres negras concluintes informaram ser “mulher cis”. Ressalto que, conforme a análise, verifiquei inconsistência entre o preenchimento no formulário: algumas inscrições houve a seleção sua identidade de gênero como “cis”, contudo, ao selecionar os seus grupos de pertencimento, demarcaram “Pessoa Transexual, travesti e/ou da comunidade LGBTI+”.

A informação sobre a escolaridade de pessoas inscritas, concluintes do curso Pré-Pós e mulheres negras se aproximam. Identifico que a maioria realizou o ensino médio e a graduação em escola pública. Os dados das mulheres negras concluintes, apontaram que a graduação em instituição privada com bolsa foi a segunda opção que abarcou mais cursistas, seguida pela terceira e última opção de mulheres que realizaram o Ensino Superior em instituição Privada sem bolsa. Retomo que na identificação por grupos de pertencimento, há registro que 31 cursistas selecionaram a opção “egressos e egressas de programa de ação afirmativa no ensino superior”. Portando tal informação, é possível considerar que grande parte das cursistas foram

contempladas com as políticas de ações afirmativas para ingresso em Universidades Públicas e, outras, podem ter sido beneficiadas por programas como o ProUni para concluir a graduação. Referente a área de interesse da pesquisa, a maior parte das mulheres negras concluintes informou que pretendem desenvolver pesquisas na área da Educação.

Quanto as questões de trabalho e renda, verifico que 74% das mulheres possuem atividade remunerada e 48% têm rendimentos no importe de “até 2 salários-mínimos”. Conforme os dados do IBGE, população de cor preta e parda representam o maior contingente força de trabalho no país, contudo, também é a maioria dentre as pessoas em situação de desocupação ou subutilizados, bem como aquelas que recebem os menores salários.

Sobre o estado civil, foi possível mensurar que a maior parte (52%) das mulheres negras concluintes informaram ser solteiras, seguidas por aquelas que informaram seu estado civil como casadas (29%). Sobre a composição familiar, 73% informaram que residem com familiares e 4% informaram que residem apenas com seus filhos. Quando cruzados os dados quantitativos com as narrativas autobiográficas das interlocutoras, observei que 7 delas informaram residir apenas com seus filhos, portanto, configuram-se como famílias monoparentais femininas – mães-solos. Considerando a interseccionalidade vivenciada por mulheres negras que são mães-solos, adicionada ao desejo de ingressar em cursos de mestrado e doutorado, compreendo como importante que esse seja um aspecto de relevância para colocar em destaque nos formulários de inscrição para seleção no Pré-Pós da UFPR, deixando essa como uma sugestão.

Entendemos que, por meio da análise das Cartas de Apresentação e das Escritas autobiográficas apresentadas, foi possível refletir sobre os elementos constantes nas narrativas autobiográficas das mulheres negras concluintes da turma 2/2020 do curso Pré-Pós UFPR, conforme o último objetivo específico.

Essa reflexão foi um mergulho profundo nas minhas próprias vivências, experiências, histórias familiares. Ao mesmo tempo que são tão peculiares, encontrei tantos aspectos que aproximaram as narrativas autobiográficas analisadas entre si, bem como com a que já experienciei.

Apesar de analisadas em duas categorias, as narrativas autobiográficas não se restringem a qualquer enquadramento, afinal, consegui perceber a tempo que a

“vida vivida”, quando ela é escrita, adquire nuances e características únicas, imbuídas de interpretação e contranarrativas de suas interlocutoras. Portanto, qualquer tentativa de “enquadrá-las” poderia, igualmente, fazê-las perderem o sentido em sua escrita e desvirtuar do sentido que sua interlocutora denotou ao redigir o texto.

Tendo essa premissa, foi-me possibilitado observar as raízes, ancestralidade e identidade: um salve para as que vieram antes. Consegui me aproximar das narrativas e percebi que dentre os aspectos trazidos nas cartas e escritas, que as conquistas dessas mulheres possuem relação direta com a ancestralidade, relações familiares e de parentesco. As interlocutoras trazem o reconhecimento e sua identidade racial em seus escritos, as informações de território e regionalidade e corroboram com o apontado por Gomes (2005) quanto a identidade ser uma construção social.

O segundo aspecto elencado denominado de “Vivências, sobrevivências, superações e resistências” teve a intenção de responder à pergunta “o que as narrativas revelam sobre as vivências, sobrevivências, superações e resistências dessas mulheres?” Algo que chamou atenção foi que em determinadas narrativas, se auto descrevem como as primeiras da família a terem oportunidade de concluir o Ensino Superior, ainda que apontem também as dificuldades vivenciadas durante a trajetória da graduação. Outras relatam a importância da família em sua permanência estudantil. Também foi possível perceber que a maioria dessas mulheres são advindas de núcleos familiares com recursos financeiros limitados, em decorrência da natureza do trabalho de seus genitores, os quais pareceu-me motivo de grande orgulho por parte das interlocutoras. Duas delas também destacaram sua gratidão pela luta dos ancestrais, fazendo referência especialmete ao que conquistaram.

Consegui refletir que as vivências dessas mulheres são indissociáveis de sua identidade racial e que, por meio do fortalecimento dessa, buscam ascensão social por meio da academia. Para além disso, buscam ocupar um lugar hegemonicamente ocupado por homens brancos, por meio de processos de autoconhecimento, superações e resistências individuais e coletivas.

*“A noite não adormece  
nos olhos das mulheres  
há mais olhos que sono”*

(Conceição Evaristo)

## REFERÊNCIAS

ANDIFES. **V Pesquisa do perfil sócioeconômico e cultural dos estudantes de graduação** das instituições federais de ensino superior brasileiras. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em 09/05/2020

ALMEIDA, Wilton. **Prouni e o acesso de estudantes negros ao ensino superior**. Revista Contemporânea de Educação, 12(23), 89-105. (2017). doi:<https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3224>

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARTES, Amélia Cristina Abreu. **Dimensionando as desigualdades por sexo e cor/raça na pós-graduação brasileira**. Educação em Revista [online]. 2018, v. 34 [Acessado 18 Setembro 2021], e192454. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698192454>>. Epub 22 Out 2018. ISSN 1982-6621.

\_\_\_\_\_. **Estudantes de pós-graduação no Brasil: Distribuição por sexo e cor/raça a partir dos Censos Demográficos 2000 e 2010**. In: 36a Reunião Anual da Anped, 2013, Goiânia. Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: desafios para as políticas educacionais, 2013.

ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVÉRIO, Valter. (Org.). **Ações Afirmativas no Brasil: experiência bem-sucedidas de acesso na pós-graduação no Brasil**. 1ed. São Paulo: Cortez, v. 1, 2016.

\_\_\_\_\_. **Ações Afirmativas no Brasil: Reflexões e desafios para a pós-graduação**. 1ed. São Paulo: Cortez, v. 2, 2016.

BAIRROS, Luíza. **Nossos feminismos revisitados**. In: RIBEIRO, Matilde (Org.). Revista Estudos Feministas, Dossiê Mulheres Negras, Florianópolis, v. 3, n. 3, 1995.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida**. 2005. Disponível em: <[www.schwartzman.org.br/simon/desafios/9posgrado.pdf](http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/9posgrado.pdf)>. Acesso em 08/06/2021.

BENTES, Raimunda Nilma de Melo. **Negritando**. Belém: Graphitte, 1993

BENTO, Maria Aparecida. **Raça, gênero e mercado de trabalho**. In: Rocha, Maria I. (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: 2000, p. 295-307. BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A Miséria do mundo**. Tradução Mateus S. Soares Azevedo et al. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

BONFIM, Vânia Maria da Silva. **A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas**. In: Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009, pp. 220-244

CABRAL, Claudiana Aparecida Bezerra. **Narrativas codificadas: as histórias que as mulheres negras atuantes em ambientes de produção de tecnologia digital desejam**

contar. Anais do VI Simpósio Internacional LAVITS: “Assimetrias e (In)Visibilidades: Vigilância, Gênero e Raça”. 2019.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv [online]. 2010, vol.8, n.1, pp.607-630. ISSN 1692-715X.

Carneiro, Sueli. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

\_\_\_\_\_. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados [online]. 2003, v. 17, n. 49 [Acessado 17 Fevereiro 2022], pp. 117-133. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008> Acesso em: 25/26/2020

CERVI, Emerson Urizzi. **Ações afirmativas e vestibular da UFPR de 2005a 2010: de política afirmativa racial para política afirmativa de gênero**. In: FERRARINI, Norma da Luz; RIPPEL, Dirlene. (Org.). Inclusão racial e social: considerações sobre a trajetória UFPR. 1ed.Curitiba: UFPR, 2013, v. 1, p. 233-260.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011. 250 p. Creshaw, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002

DIAS. Lucimar Rosa. **Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais**. Da LDBN de 1961 a lei 10.639, revista on-line [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5935447/mod\\_resource/content/1/LucimarRosa.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5935447/mod_resource/content/1/LucimarRosa.pdf)

ES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea J. F. **Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020, e00278110. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00278

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FCC. **Programa de dotações para formação pré-acadêmica para seleção na pós-graduação (Projeto Equidade): 2010 – 2018**. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/fcc-pesquisa/programa-de-dotacoes-para-formacao-pre-academica-para-selecao-na-pos-graduacao-projeto-equidade> Acesso em 25/08/2021

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: Narrativas e Contranarrativas de Identidade Racial de Professores de Línguas..** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN, v. 6, p. 236-263, 2014.

FILLETI, Juliana de Paula; Gorayeb, Daniela Salomão. **Mulheres Negras no mercado de trabalho no 2º trimestre de 2021**. In FACAMP: Boletim NPEGen



Mulheres Negras no Mercado de Trabalho. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 02, setembro de 2021.

FRANCO, Marielle. 2018. **A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos**: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: Bueno, W. et al. (Orgs.). Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil. Zouk, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Capitulo-MarielleFranco.pdf> Acesso em 06/12/2021

GANDIN, L. A.; DINIZ-PEREIRA, J. E.; HIPÓLITO, A. M. **Para além de uma educação multicultural**: Teoria Racial Crítica, pedagogia culturalmente relevante e formação docente. (entrevista com a professora Gloria Ladson-Billings). Educação & Sociedade, v. 79, p. 275-93, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea J. F. **Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020, e00278110. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00278

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **O debate constitucional sobre ações afirmativas**. In: Ação Afirmativa – políticas públicas contra as desigualdades raciais. SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs). Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 15-57.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes. 2017

\_\_\_\_\_. **O movimento negro no Brasil**: ausências, emergências e a produção dos saberes. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação, raça e gênero**: relações imersas na alteridade. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 6/7, p. 67–82, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1862>. Acesso em: 29/09/2021.

\_\_\_\_\_. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil**: Uma Breve Discussão. In: Educação Anti-Racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03. Vol.3; SECAD/MEC, Brasília/DF, 2005, 39-62.

\_\_\_\_\_. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez**: primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA Editora, 2018

"**Por um feminismo afrolatinoamericano**". Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988  
[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por%20u m%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20u m%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf)>. Acesso em: 05/02/2020



\_\_\_\_\_. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, p. 223-244, 1984. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf) . Acesso em: 20/01/2021.

\_\_\_\_\_. **A mulher negra na sociedade brasileira**. In: O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual, organizado por Anette Goldberg Velasco e Madel T. Luz, 87-106. 1982. Rio de Janeiro: Graal.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34.1999

\_\_\_\_\_. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. São Paulo: Apicuri, 2016.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG. Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEILBORN, Maria; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as mulheres. 2010.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em 17/02/2021

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo**. 1ª edição 1981. Tradução livre. Rio de Janeiro, Plataforma Gueto, 2014.

IBGE. **Estatísticas de gênero – indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf) acesso em 19/10/2019

Inep/MEC **Mulheres são maioria na educação profissional e nos cursos de graduação**. - Censo da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mulheres-sao-maioria-na-educacao-profissional-e-nos-cursos-de-graduacao#:~:text=Os%20dados%20mais%20recentes%20do,concluintes%20dos%20cursos%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 02/04/2021

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2015. 39 p. : il. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_chefia\\_familia.html](https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html). Acessado em 17/04/2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 1**. Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 2 – Ariana**. Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Escrita autobiográfica da interlocutora da Carta de Apresentação 2 – Ariana**. Escrita autobiográfica apresentada à Oficina de Escrita Criativa do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 3 - Conceição**. Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 4**. Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 5 - Elisandra**. Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 6 - Eliza**. Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Escrita autobiográfica da interlocutora da Carta de Apresentação 6 - Eliza**. Escrita autobiográfica apresentada à Oficina de Escrita Criativa do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 7**. Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Escrita autobiográfica da interlocutora da Carta de Apresentação 7**. Escrita autobiográfica apresentada à Oficina de Escrita Criativa do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 8 - Glauce**. Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Escrita autobiográfica da interlocutora da Carta de Apresentação 8 - Glauce.** Escrita autobiográfica apresentada à Oficina de Escrita Criativa do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 9.** Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 10 - Joseane.** Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Escrita autobiográfica da interlocutora da Carta de Apresentação 10 – Joseane.** Escrita autobiográfica apresentada à Oficina de Escrita Criativa do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 11.** Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 12.** Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 13.** Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 14 - Luana.** Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 15.** Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 16 - Michele.** Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 17.** Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Escrita autobiográfica da interlocutora da Carta de Apresentação 17.** Escrita autobiográfica apresentada à Oficina de Escrita Criativa do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 18.** Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 19.** Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020.

INTERLOCUTORA. **Carta de Apresentação 20.** Cartas de apresentação apresentada no formulário de inscrição do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020

JORGE, Andreza da Silveira. **Mulheres ao vento:** Dança e representatividade na vida de mulheres negras e faveladas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações ÉtnicoRaciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ. Disponível em [http://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/133\\_Andreza%20da%20Silveira%20Jorge.pdf](http://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/133_Andreza%20da%20Silveira%20Jorge.pdf) acesso em 05/12/2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Cadernos De Campo (São Paulo - 1991), 29(1), 268-277.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

LADSON-BILLINGS, Glória. **A Raça ainda é importante: a Teoria Racial Crítica na Educação.** In: APPLE, M. W.; AU, W.; GANDIN, L. A. (Orgs.). A Educação Crítica: análise internacional. Porto Alegre: Artmed, 2011, p.129-142

\_\_\_\_\_. **‘QUEM VOCÊ ESTÁ CHAMANDO DE CABELO DURO?’:** um olhar da Teoria Racial Crítica sobre a construção das mulheres negras. Revista Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 2, p. 628-643, maio/ago. 2019 ISSN 1645-1384 (online). Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss2articles/ladson-billings.pdf>

LIMA, Sílvia Maria Amorim. **A permanência de estudantes negros (as) na Universidade Federal do Paraná:** aspectos material e simbólico. Curitiba, 2016.

LOPES, Tânia Aparecida; Dias, Lucimar Rosa. **Mulheres negras rumo à pós-graduação:** relatório sobre aspectos sociais de mulheres negras matriculadas no Curso de Formação Pré-Acadêmica, afirmação na Pós UFPR (2017). InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.26, ns.51 e 52, p.81-103, jan./dez. 2020

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Cortez, 1999.

MOREIRA, Cláudia Regina B. Silveira; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Ações Afirmativas fazem diferença?** Uma análise dos perfis dos aprovados no vestibular da UFPR (2013-2017). Revista internacional de educação superior, v. 6, p. 1-20, 2020.

MOREIRA, Cláudia R. B. **Políticas de ações afirmativas na UFPR: impactos sobre a graduação (2013–2017)**. Relatório de Estágio Pós-Doutoral – UFPR (2018).

MUNANGA, Kabengele. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo**. Cadernos PENESB, v. 12, p. 169-203, 2010.

\_\_\_\_\_. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, PENESB-RJ, 05/11/03 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> Acesso em 22/05/2020

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (e)existências gays afeminadas, viados e bichas pretas na educação**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; LEITE, Renato Lopes. **Reflexões UFPR 100 anos: 1912-2012**. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra : afetividade e solidão**. Salvador; ÉDUFBA, 2013. 382 p. - (Coleção Temas Afro).

\_\_\_\_\_. **“Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”**; escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 324 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: UNI-CAMP, 2008. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf>. Acesso em: 25/07/2021.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. **Os negros e os determinantes das desigualdades sociais no Brasil**. In: PAIXÃO, Marcelo J.P. Desenvolvimento Humano e Relações Raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.97 a 134 PAIXÃO, Marcelo. **500 anos de solidão: ensaios sobre as desigualdades raciais no Brasil**. Curitiba: Appris, 2013

\_\_\_\_\_, Marcelo (org.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010

\_\_\_\_\_. Marcelo **Os negros e os determinantes das desigualdades sociais no Brasil**. In: PAIXÃO, Marcelo J.P. Desenvolvimento Humano e Relações Raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.97 a 134.

PINTO, Giselle. **Gênero, Raça e Pós-Graduação: um estudo sobre a presença de mulheres negras em cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense – Niterói: UFF/PPGPS, 2007**.

REIS, Toni, org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017



RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras**: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 987, set. 2008. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300017>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Mulheres negras brasileiras**: de Bertioga a Beijing. Revista de Estudos Feministas, v.3, n.2. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1995

ROSENTHAL, Gabriele. “**História de vida vivenciada e história de vida narrada** – A interrelação entre experiência, recordar e narrar”. In: Civitas, v. 14, n. 2, p. 227-249, 2014.

ROSEMBERG. **Ação afirmativa na pós-graduação**: O Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford na Fundação Carlos Chagas. Coleção Textos FCC (Impresso), v. 36, p. 3-100, 2013.

SABOYA, Maria Clara Lopes. **Relações de gênero, ciência e tecnologia**: uma revisão da bibliografia nacional e interna. In: Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2179-9636, Ano 3, número 12, novembro de 2013. Disponível em: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170509155548.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509155548.pdf) Acesso em: 12/09/2021

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani (1979). **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Rio de Janeiro: Rocco. Disponível em Biblioteca Pública do Paraná - localização: Ciências Sociais; acervo: 119011; chamada: 396 S128

SANTOS, Carlinda Moreira dos. **A mulher negra no ensino superior: trajetórias e desafios** / Carlinda Moreira dos Santos - Salvador, 2013. 153f. Orientadora: Delcele M. Queiroz. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Campus I. 2013.

SANTOS, Natália Neris da Silva. **A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988)**: um estudo das demandas por direitos / Natália Neris da Silva Santos. - 2015

SCOTT, Joan. **Prefácio a Gender and politics of History**. Cadernos Pagu, Campinas, v. 3, p. 11- 27, 1994.

SEPPIR. **O que são ações Afirmativas?** Disponível em <<https://www.justica.gov.br/news/conheca-melhor-o-trabalho-da-seppir>> Acesso em 14/07/2019

\_\_\_\_\_. **Educação**. Disponível em <http://www.portaldaigualdade.gov.br/assuntos/educacao> Acesso em 14/07/2019

SILVA, Juliana Marcia Santos. **Mães negras na Pós-Graduação**: uma abordagem interseccional / Juliana Marcia Santos Silva. – 2020. 150 f.: il. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,

Salvador, 2020. Disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32119> Acesso em 12/09/2021

SILVA, Joselina. da; EUCLIDES, Maria . S. **Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil)**. Revista Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 70, p. 51-66, jul./ago. 2018 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/snWvxPSTLhrJqY67FZvxM3G/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 06/12/2021

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. CUNHA, Josafá M. . **Formação pré-acadêmica: afirmação na pós-graduação**. In: Sandra Unbehau; Amélia Artes; Valter Roberto Silvério. (Org.). **Ações Afirmativas no Brasil: Experiências Bem Sucedidas de Acesso na Pós-Graduação**. 1ed.São Paulo: Cortez, 2016, v. 1, p. 219-237.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Políticas de democratização de acesso na Universidade Federal do Paraná**. In: Evandro Charles Piza Duarte; Dora Lucia Bertúlio; Paulo Vinicius Baptista da Silva. (Org.). **Cotas Raciais no Ensino Superior: entre o Jurídico e o Político**. 1ed.Curitiba: Juruá, 2008, v. 1, p. 159-188.

\_\_\_\_\_; ROSEMBERG, F. . **Brasil: lugares de negros e brancos na mídia**. In: Teun A. van Dijk. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2008, v. , p. 73-118.

Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e. "**Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas**": Situando-nos enquanto mulheres e negras. Cadernos CEDES [online]. 1998, v. 19, n. 45 [Acessado 12 Outubro 2021] , pp. 7-23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000200002>>. Epub 28 Abr 1999.

SILVERIO, Valter Roberto; MEDEIROS, Priscila Martins. **Ação Afirmativa para negros e indígenas: um ensaio sobre a crise do discurso civilizacional e a reorientação nas políticas públicas de inclusão no Brasil**. In: Amélia Artes; Sandra Unbehau; Valter Silvério. (Org.). **Ações Afirmativas no Brasil: Reflexões e desafios para a pós-graduação**. 1ed.São Paulo: Cortez, v. 2, p. 61-92, 2016.

SIPAD/UFPR. **Superintendente fala sobre trajetória e atuação da SIPAD UFPR**. Disponível em: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/superintendente-fala-sobre-trajetoria-e-atuacao-da-sipad-ufpr/> Acesso em 02/06/2021

SIPAD/UFPR. **Planilha de dados inscrições**: Curso pré-pós UFPR/ Turma 2/2020. UFPR – Dados internos bom isso

SOARES, Iraneide da Silva. **Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do Movimento Negro Brasileiro**. Universitas Relações Internacionais, Brasília, v. 14, n. 1, jan./jun. 2016, p. 72. s6LTRTYy2J7TdPC

SOLIDADE, Wilker Solidade da Silva... [et al.] (**Narrativas periféricas e formação humana no Pré - Pós UFPR** [recurso eletrônico] /. –Org.). -- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná - NEAB. – Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade - SIPAD. – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.



SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 174f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Disponível: <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/3915/1/Claudete%20Alves%20da%20Silva%20Souza.pdf>. Acesso em: 12/08/2021.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se Negro** ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1990.

SOTERO, Edilza Correia. **Representação política negra no Brasil pós-Estado Novo**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-03122015-134905. Acesso em: 02/09/2020

TELLES, Edward. **O significado da Raça na sociedade brasileira**. Tradução de Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil. 2004. Princeton e Oxford: Princeton University Press.

TRIGO, Rosa Amalia Espejo. **POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: ANÁLISE DO DESEMPENHO E PERMANÊNCIA DOS COTISTAS RACIAIS NA UFPR**. Relatório final de Pós-Doutado em Educação,. Curitiba: PPGE-UFPR, 2016.

VANALI, Ana Crhistina. Reflexões sobre a Universidade do Mate: análise da distribuição de cor/raça dos docentes e discentes de pós-graduação da UFPR. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019

\_\_\_\_\_; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. **Ações Afirmativas Na Pós-Graduação Stricto Sensu: Análise Da Universidade Federal Do Paraná**. Cadernos de Pesquisa [online]. 2019, v. 49, n. 171, pp. 86-108. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145911>. Acesso em 02/04/2021.

VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão**. 2019. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/12384> Acesso em 18/06/2020

UFPR. **Resolução nº 37/04 - COUN/UFPR**. Disponível em [http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/resolucao\\_coun\\_11052004-112.pdf](http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/resolucao_coun_11052004-112.pdf). Acesso em 05/09/2019.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 31/09 - COPLAD**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em 05/09/2019

WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Criola. 2008, p.8

## ANEXO I

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto de pesquisa: Políticas de ações afirmativas para acesso à pós-graduação: trajetória acadêmica e profissional das mulheres negras participantes do Curso de Pré-Pós/UFPR.

Pesquisadora responsável: Graciele Alves abiu RG: 0271800-3/PR Orientador responsável: Prof. Dr. Paulo Vinícius Baptista da Silva.

Programa de Pós Graduação em Educação, na linha de pesquisa "Educação: Diversidade, Diferença, Desigualdade Social", da Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prezada ex-cursista do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (Pré- Pós) turma 2 no ano de 2020

Este é um convite de participação, como voluntário/a, na pesquisa previamente intitulada “Políticas de ações afirmativas para acesso à pós-graduação: trajetória acadêmica e profissional das mulheres negras participantes do Curso de Pré-Pós/UFPR ”, de responsabilidade da pesquisadora Graciele Alves Babiuk, aluna do curso de Mestrado, do Programa de Pós Graduação em Educação, na linha de pesquisa "Educação: Diversidade, Diferença, Desigualdade Social", da Universidade Federal do Paraná - UFPR, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Vinícius Baptista da Silva.

Peço que leia atentamente o que segue e, caso restem dúvidas, poderá solicitar mais informações por meio de contato pessoal, via e-mail [graciele.babiuk@ufpr.br](mailto:graciele.babiuk@ufpr.br)/[gracii.babiuk@gmail.com](mailto:gracii.babiuk@gmail.com) e/ou pelo telefone/whatsapp (41) 99866-4626.

Caso aceite contribuir com a pesquisa, por favor, preencha a caixa de consentimento ao final deste documento e uma cópia será enviada automaticamente ao e-mail informado. Em caso de recusa, haverá nenhum prejuízo.

**\*Obrigatório**

1. E-mail \*
2. Eu, (nome completo) \*
3. RG nº (escreva o nº do seu documento de identidade) \*

Informo que tenho ciência e estou de acordo com os pontos que seguem:

I) A pesquisa previamente intitulada “Políticas de ações afirmativas para acesso à pós-graduação: a trajetória acadêmica e profissional das mulheres negras participantes do Curso de Pré-Pós/UFPR ” tem por objetivo: conhecer a trajetória acadêmica e profissional das mulheres negras participantes do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós UFPR (Pré-Pós);

II) A minha participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio das cartas de apresentação enviadas no momento da inscrição e/ou da descrição autobiográfica que compõem o conteúdo programático do Curso de Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós UFPR (Pré-Pós) turma 2 no ano de 2020 e concedo o uso dos dados aqui descritos para a presente pesquisa. Nesse sentido, disponibilizo-me a fornecer possíveis informações que contribuam para ampliar o acesso de mulheres negras nos Programas de Pós-graduação Strictu Sensu (mestrado/doutorado) por meio de políticas afirmativas por meio do Curso formação pré-acadêmica, o qual viabiliza a existência de condições equânimes para interessadas, bem como para o efetivo ingresso o grupo social que fazemos parte e ainda é sub-representado nesse nível de ensino superior. Reconheço, assim, que nada terei de despesas ou benefícios financeiros por essa participação e que os benefícios são coletivos, no sentido de fornecer elementos contribuam para ampliar a representação de mulheres negras nos Programas de Pós-graduação;

III) Quanto aos cuidados éticos, tenho conhecimento as informações por mim concedidas preservarão o meu anonimato, assim como de outros nomes de

peças que, eventualmente, possam ser evidenciadas na descrição da carta de apresentação e/ou carta autobiográfica. Ciente, igualmente, que caso eu deseje me identificar pelo motivo de reconhecimento/luta identitária (nome social, militância, dentre outros), poderei fazê-lo e preencherei os dados adicionais ao final do presente termo;

IV) Recebi a informação que a devolução dos resultados a nós, interlocutoras, poderá ser realizada de forma individual ou coletiva, sendo a primeira com prévio agendamento e a segunda por meio da participação na ocasião da defesa da dissertação que terá a finalidade de publicizar os resultados da presente pesquisa;

V) Assim, autorizo o uso dos dados constantes na minha inscrição, o conteúdo da minha carta de apresentação e/ou minha carta autobiográfica, para a pesquisadora Graciele Alves Babiuk, RG: 10.271.800-3, para fins de pesquisa no curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação, na linha de pesquisa Educação: Diversidade, Diferença e Desigualdade Social, da Universidade Federal do Paraná – UFPR;

Nesses termos, subscrevo a presente.

6. Ao clicar no botão abaixo, a prezada concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. \*

Li e concordo em participar da pesquisa

7. Autorização de acesso aos dados\* \*

- Autorizo o uso da minha carta de apresentação e da carta autobiográfica;
- Autorizo, exclusivamente, o uso da minha carta de apresentação;
- Opto por NÃO fornecer minhas informações.

8. IDENTIFICAÇÃO - Desejo me identificar na pesquisa e análise de dados, considerando minha luta identitária (nome social, militância, dentre outros).

SIM, desejo me identificar

- NÃO desejo me identificar, prefiro que minhas informações permaneçam anônimas

9. Caso tenha marcado sim na pergunta anterior, por gentileza, informe o nome que deseja utilizar: \_\_\_\_\_

Obrigada! A sua contribuição será imprescindível para dar continuidade à luta e a ampliação de Políticas de Ações Afirmativas para acesso e ingresso da população negra, especificamente das mulheres negras, na Pós-graduação.